



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS  
Campus I – Prédio B4, sala 135 – Bairro São José – Cep. 99052-900- Passo Fundo/RS  
Fone (54) 3316-8341 – E-mail: mestradoletras@upf.br

---

Grasieli Canelles Bernardi

**O FUNCIONAMENTO DOS DISCURSOS A PARTIR DO  
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CHAPECÓ: DA  
LEITURA À PRODUÇÃO DE SENTIDOS PARA A FORMAÇÃO  
DO CIDADÃO**

Passo Fundo

2012

Grasieli Canelles Bernadi

**O FUNCIONAMENTO DOS DISCURSOS A PARTIR DO  
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CHAPECÓ: DA  
LEITURA À PRODUÇÃO DE SENTIDOS PARA A FORMAÇÃO  
DO CIDADÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Professora Dr. Carme Regina Schons.

Passo Fundo

2012

Grasieli Canelles Bernardi

**O FUNCIONAMENTO DOS DISCURSOS A PARTIR DO  
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CHAPECÓ: DA  
LEITURA À PRODUÇÃO DE SENTIDOS PARA A FORMAÇÃO  
DO CIDADÃO**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carme Regina Schons – UPF – Orientador

Prof. Dr. Ercília Ana Cazarin – UPF – Examinador

Prof. Dr. Maria Cleci Venturini – UNICENTRO –  
Examinador

Passo Fundo

2012

Dedico este trabalho à minha família, que me apoia incondicionalmente.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, pela oportunidade de estudo,  
pesquisa e trabalho;

À minha família, que mesmo não sabendo exatamente onde queremos chegar  
quando devoramos livros ou nos esquecemos no computador, reconhece o esforço de alguém  
que quer mais da vida.

Ao meu marido, pelo apoio e paciência nos meus momentos de reflexão.

Aos meus amigos e colegas, pela troca de ideias proporcionada pelo interesse em  
saber sobre o que pesquisamos.

À minha professora orientadora, Carme Regina Schons, pelos momentos  
carinhosamente enriquecedores de orientação, amizade e coleguismo.

À banca de qualificação, Maria Cleci Venturini e Fabiane Verardi Burlamaque, que  
mostraram construções e desconstruções a serem realizadas no trabalho.

À professora Ercília Ana Cazarin, pelo esmero na leitura deste trabalho.

À UPF e à Capes, pela disponibilização do curso e da bolsa e,  
consequentemente, do nosso aprimoramento pessoal e profissional. Aos professores do  
Programa de Pós-Graduação em Letras - Linguística da UPF, pelos ensinamentos e  
aprendizagens, discussões e construções de conhecimento ao longo das aulas.

À Fundação Cultural Chapecó, pela oportunidade de trabalho, experiência de  
vida e novos contatos culturais, profissionais e pessoais.

À Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, pelos novos desafios  
disponibilizados a mim em 2011.

Às funcionárias da Biblioteca Pública Municipal de Chapecó, pela intensa troca  
de experiências e conhecimentos nos meses em que estive na coordenação, os quais levarei  
para sempre na memória, com carinho e respeito.

CONTA DO SONHO

Quanto custa um sonho?

Algumas coisas ele sempre custa,  
muitas vezes muitas coisas ele custa,  
outras vezes outros sonhos ele custa.

Não importam os percalços, os sacrifícios,  
os espinhosos enredos.

Não importa,  
uma vez vivido,

o sonho está sempre num ótimo preço!

Elisa Lucinda, In *Parem de falar mal da rotina*.

## RESUMO

O discurso vai além da escrita ou da fala, envolve um sujeito que faz parte de uma ideologia e fala de um determinado lugar porque ele tem uma história. A partir de estudos em Análise do Discurso e da participação (articuladora de literatura) na elaboração do Plano Municipal de Cultura em Chapecó, busca-se realizar uma análise discursiva de representações culturais, através de diferentes setores. Pretende-se observar os discursos (gestos de leitura) de algumas áreas para a constituição do Plano Municipal de Cultura de Chapecó, relacionar com a AD e tentar compreender diferentes efeitos de sentido sobre a representação de cultura presente nas entrevistas e/ou documentos das diferentes áreas do PMCC. Pesquisam-se conceitos do universo da cultura bem como de suas áreas; investiga-se se o desenvolvimento do Plano gera representação da cultura de Chapecó. Organizam-se sequências discursivas referentes à cultura de Chapecó a partir de entrevistas; recorta-se um *corpus* específico (conceituação sobre cultura, literatura, leitura, patrimônio histórico e contribuições para o plano) para análise a partir das sequências; elencam-se gestos interpretativos, representação estrutural e textual dos mesmos para encontrar com a teoria da AD. As considerações finais versam sobre possíveis contribuições para a aplicabilidade do documento discutido.

**Palavras-chave:** Cultura, Leitura, Plano Municipal de Cultura, Gestos de interpretação.

## **ABSTRACT**

The discourse goes ahead from writing and speaking, it involves a subject that is part of an ideology and he speaks from a specific space because he has a history. From studies about Discourse Analysis (DA) and the participation (literature articulator) in the elaboration of Chapecó Municipal Plan of Culture (CMPC), it is searched by a discursive analysis of cultural representations, through different areas. It is intent to observe the discourses (reading gestures) of some areas to the contribution of CMPC, to relate with DA and try to comprehend different effects of meaning about the representation of culture presented in the interviews and/or documents from different areas of PMCC. It will be searched some concepts concern the culture universe as its areas; it will be investigated if the development of the Plan produce representation of Chapecó Culture. It will be organized some discursive sequences which refer to Chapecó Culture from an interview (written questions); It will be cut a specific corpus (conception of culture, literature, reading, historical patrimony and contributions to the Plan) to analysis from some sequences; it will be emphasized some interpretative gestures, cultural representation in terms of linguistics and discourse to find the theory of AD. The final considerations are about possible contributions to the applicability of the discussed document.

**Key-words:** Culture, Reading, Municipal Culture Plan of Chapecó, Interpretations gestures.

## **LISTA DE SIGLAS**

**AD – Análise do Discurso**

**FD – Formação Discursiva**

**FCC – Fundação Cultural de Chapecó**

**FMC – Fundo Municipal de Cultura**

**PMCC – Plano Municipal de Cultura de Chapecó**

**PNC – Plano Nacional de Cultura**

**PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura**

**S – Sujeito**

**SD – Sequência Discursiva**

**SNC – Sistema Nacional de Cultura**

**UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 OBJETO DE ANÁLISE E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	14
1.1 Do objeto de análise.....	14
1.2 Leitura numa perspectiva cognitiva.....	14
1.3 Leitura e suas repercussões no campo da Análise do Discurso.....	26
1.4 Um percurso de leitura do Plano Municipal de Cultura.....	31
<b>2 DO REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	37
2.1 Começando a encontrar caminhos, Análise do Discurso em linhas gerais, Análise de Discurso Três Épocas.....	37
2.1.1 Discurso e condições de produção.....	39
2.1.2 Sujeito, forma-sujeito, formação discursiva.....	45
2.1.3 Intradiscurso, interdiscurso, ideologia.....	49
2.1.4 Memória, sentido e interpretação.....	52
2.2 Cultura, Literatura, Identidade Cultural, Patrimônio Histórico.....	54
<b>3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E AS ANÁLISES</b> .....	68
3.1 Da preparação das análises.....	68
3.2 Da Constituição do <i>corpus</i> .....	70
3.3 As Análises.....	71
3.3.1 Os discursos no Plano Municipal de Cultura de Chapecó.....	71
3.3.2 Identificação de saberes culturais e seus efeitos de sentido.....	72
3.3.3 Identificação de saberes literários e seus efeitos de sentido.....	77
3.3.4 Identificação de saberes sobre leitura e seus efeitos de sentido.....	89
3.3.5 Identificação de saberes patrimoniais e seus efeitos de sentido.....	96
3.3.6 Saberes sobre práticas no Plano Municipal de Cultura de Chapecó.....	103
3.3.7 Construções imaginárias sobre cultura para os entrevistados.....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
<b>ÍNDICE DOS ANEXOS</b> .....	120

## INTRODUÇÃO

Trabalhar com o discurso é ir além da escrita ou da fala, é dar-se conta de um sujeito que faz parte de uma formação discursiva ou uma dada comunidade. Este é interpelado por uma ideologia e fala de um determinado lugar porque ele tem uma história. Trata-se de uma análise muito mais que textual, afinal, para que esta se estruture, muitos elementos entram em cena.

Diante do desenvolvimento de estudos em AD e do envolvimento com a elaboração de um Plano Municipal de Cultura em Chapecó, surge a possibilidade de análise discursiva de gestos de leitura de representações culturais, a partir de diferentes domínios. Estes possibilitam efeitos discursivos interessantes/importantes (para a área) de serem refletidos, através da teoria do discurso, a qual será discorrida, seguida das análises e de prováveis considerações alcançadas no encontro teórico-prático proposto.

Tal preocupação se deve ao fato de, no ano de elaboração do Plano, a mestranda atender como articuladora de Literatura da Fundação Cultural de Chapecó, órgão responsável pelo plano, movimentar a área através de orientações, reuniões, estudos para a promoção de propostas ao referido documento, e instigar-se com a maneira como cada segmento da sociedade chapecoense ligado à literatura (escritores, leitores, professores, bibliotecários, estudiosos) se colocava e se defendia referindo-se a atitudes de fomento e desenvolvimento da área literária.

Como os estudos em Análise do Discurso consideram, além da linguagem, a constituição do sujeito, a formação discursiva em que ele se inscreve, a ideológica, sua identificação, seus gestos de leitura, pensa-se, num encontro entre teoria e prática, ser possível compreender diferentes efeitos de sentido na concepção cultural do povo de uma cidade, no caso, Chapecó.

Para possibilitar o alcance de respostas, pretende-se observar os discursos (gestos de leitura) de alguns domínios para a constituição do Plano Municipal de Cultura de Chapecó (hoje já aprovado pela Câmara de Vereadores de Chapecó), relacionar com a teoria da Análise do Discurso para compreender diferentes efeitos de sentido sobre a representação de cultura presente em entrevistas e documentos das diferentes áreas do PMCC. Para tanto, faz-se

necessário pesquisar conceitos do universo da cultura bem como de suas áreas; investigar em que medida o desenvolvimento do Plano gera representação da cultura de Chapecó; relatar possíveis contribuições encontradas, ao longo do estudo, com o *corpus* e com a teoria para a aplicação do Plano.

Tais objetivos partem de alguns questionamentos. A cultura de um povo envolve elementos dos mais variados âmbitos, físicos, psicológicos, sociais, econômicos, visuais, auditivos. Sendo assim, a construção do arquivo em si, iniciou-se a partir de dois questionamentos: em que implica a leitura prévia de documentos, a partir de cada área/domínio, para compor a conceituação de uma cultura e o Plano Municipal de Cultura de Chapecó? Como cada sujeito se posiciona diante de conceitos relevantes para a elaboração do Plano através de questionário aberto de perguntas e respostas? Como esse processo de leitura e questionamento pode ajudar a representar a cultura chapecoense de uma forma compreensível a partir de questões políticas, sociais, econômicas e pessoais?

Metodologicamente, a pesquisa foi estruturada nos seguintes passos: aplicação de instrumento constituído de 10 (dez) questões sobre conceitos tais como cultura, literatura, leitura, dança, teatro, música, patrimônio histórico e contribuições para o Plano (em reunião de apresentação das propostas de cada área para a composição do plano); compilação de dados das respostas pela pesquisadora; escolha, por saliência de resposta condizente ao que se quer ver no estudo, das respostas de algumas áreas de maior interesse para análise; recorte de algumas sequências discursivas de cada área para análise (que envolve ideologia, memória, inter e intradiscurso, formação discursiva, identificação dos sujeitos entre outros elementos que não apenas linguísticos); levantamento de gestos interpretativos, representação estrutural e textual dos mesmos por meio da teoria discursiva.

No entanto, ressalta-se que, neste estudo, o objetivo não é criticar profissionais, instituições ou sistemas de governo vigentes à época, e sim perceber como por meio de tais âmbitos se constituem determinados sentidos possibilitando diferentes leituras à luz da teoria elencada.

Inicia-se o capítulo I com a conceituação de leitura numa perspectiva cognitiva, por Kleiman, Martins e Silva, escolhidos por serem referência de trabalho com leitura no âmbito escolar, para então passar para a sua repercussão na Análise do Discurso (AD), em especial, pelo que Pêcheux e Orlandi afirmam, escolhidos por trabalharem numa linha mais discursiva de leitura, levando em conta não apenas escritor e leitor no processo de leitura e

compreensão/interpretação textual, mas também sua ideologia, história e memória. Tomam-se depois alguns conceitos-chave da AD, também ancorados em Pêcheux e Orlandi, além de outros teóricos renomados na teoria (discurso, condições de produção, sujeito, forma-sujeito, formação discursiva, memória, interdiscurso, intradiscurso, ideologia, identidade cultural) [II capítulo], para assim discutir o *corpus* – sequências discursivas sobre cultura, literatura, leitura, patrimônio cultural e de contribuições para o plano, a partir de questionário conceitual aberto e documentos consultados pelas áreas para propor as ações do plano (III capítulo). As análises foram distribuídas em blocos por área, cada um com 8 (oito) a 10 (dez) SDs, discutidas/refletidas com base na AD a fim de resgatar como cada sujeito se posiciona diante de questões que envolvem a cultura e qual concepção de cultura ele está representando/sistematizando em documento posterior, além de quadro de materialidade linguístico-textual em que podem ser percebidas construções parafrásticas e polissêmicas dos conceitos. As considerações finais versam sobre possíveis contribuições para a aplicabilidade do documento na comunidade chapecoense como um todo, uma vez que não participaram da coleta de dados apenas professores e funcionários públicos da Prefeitura Municipal/Fundação Cultural de Chapecó, mas também empresários, arquitetos, artesãos, escritores, entre outros.

# **1 OBJETO DE ANÁLISE E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

## **1.1 Do objeto de análise**

Neste primeiro capítulo, far-se-á um breve percurso para situar o objeto de análise – os discursos a partir do Plano Municipal de Cultura de Chapecó, através de um olhar sobre leitura. Para tanto, começa-se tratando da leitura numa perspectiva cognitiva para, a seguir, apresentar o modo como esta questão é tratada pela Análise do Discurso, a partir dos estudos de Pêcheux, numa perspectiva materialista do discurso.

Num segundo momento, tratar-se-á de noções de efeitos de sentido suscitados pela condução da constituição do Plano Municipal de Cultura a partir de leituras prévias, ou seja, leituras feitas pelos componentes das áreas durante o processo de elaboração do plano (leis, outros planos, documentos de referência local, regional e nacional que dizem respeito à constituição da cultura de um povo, etc...).

Dessa forma, procurar-se-á mostrar qual caminho o documento de base de análise percorreu para apresentar o que já comunga.

## **1.2 Leitura numa perspectiva cognitiva**

Antes de fazer o percurso de leitura proposto nesta pesquisa, pretende-se explorar, em linhas gerais, um pouco da história da leitura. Anne-Marie Chartier, em seu livro *Práticas de Leitura e Escrita* (2007), contribui para tal pretensão, escrevendo que, no fim do segundo Império, adaptavam-se livros para educação inicial doméstica. O método prioritário era o intuitivo. Os meninos de famílias ricas tinham latim aos oito anos, pois já sabiam ler e escrever. As escolas católicas passaram a adotar manuais modernos. Ler, escrever e falar francês era ensinado ao mesmo tempo. O currículo foi criado. A progressão da aprendizagem foi se dando pela aquisição de novos materiais escolares. Mas o trabalho infantil foi proibido para permitir escolarização geral (consequentemente, lenta e gradativa) (CHARTIER, 2007, p. 116-117).

Em 1870, os alunos do primário entravam para o curso elementar com sete anos de idade e aprendiam a ler, resolver problemas de História, Geografia e Ciências. Antes disso, no curso preparatório aprendiam a decifrar, segurar a pena e calcular. Porém, alguns alunos resistentes não acompanhavam esse ritmo. Mesmo assim, os professores deveriam continuar o método silábico, alvo de críticas no século XX adentro (CHARTIER, 2007, p. 118-119).

No tocante à relação entre professores, alunos, bibliotecários e pais, embora esses últimos se comportem, cada vez mais, como consumidores da escola, o esclarecimento de funções e missões de cada parte é imprescindível, uma vez que a biblioteca não é algo rentável para as partes em termos de demanda e clientela, no entanto, faz parte do ensino-aprendizagem.

Assim, concepções diversificadas de leitura podem gerar outros interesses e procuras, no caso, para além de obras literárias clássicas (CHARTIER, p. 145-146).

Então, professores precisam levar em conta expectativas de leituras infantis/juvenis a partir de realidades e culturas tais, mas encontrando uma forma suave/prazerosa de mostrar aos aprendizes que aprender a ler e a escrever nunca termina, visto sua complexidade e, conseqüentemente, também seu encanto. Logo, esforço e paciência serão sempre necessários (CHARTIER, p. 181-184).

Trabalhando numa perspectiva textual, Kleiman (1995, p.13-16) manifesta que “o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto.” O linguístico, segundo a referida autora, é implícito, não verbalizado, que faz com que se fale português como nativo, por exemplo. É um componente do conhecimento prévio, indispensável à compreensão. Além dele, têm-se as noções e conceitos sobre o texto.

Estes podem ser classificados pelo caráter de interação entre autor e leitor, o primeiro se dispõe a algo que, se estiver marcado no texto, o leitor escuta para aceitar ou rejeitar. Distingue-se também narração, descrição e argumentação. Sendo assim, quanto mais conhecimento textual do leitor, maior sua exposição a qualquer tipo de texto, mais fácil sua compreensão, o que determina expectativas textuais e de compreensão (KLEIMAN, 1995, p. 19-20).

Kleiman, na mesma obra (p. 22-24), acrescenta que, muitas vezes, o texto pode ser o mesmo, mas ocorre mudança de compreensão pela procura na memória de informações relevantes para o assunto. E há também o conhecimento de uma determinada situação, seletivo

e econômico, visto que é implícito (consulta médica, pedido num restaurante etc...). Pode ser chamado de esquema o texto que gera expectativas sobre a ordem natural das coisas a partir de categorias lexicais, assim como o conhecimento mútuo.

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer inferências necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente. Este tipo de inferência, que se dá como decorrência do conhecimento de mundo e que é motivado pelos itens lexicais no texto é um processo inconsciente do leitor proficiente (KLEIMAN, 1995, p. 19).

Para enfatizar o caráter individual da leitura, a autora cita Virgínia Woolf (1932), a qual menciona que os aspectos são determinados pelos objetivos do leitor. O que, aliás, a escola não faz, mesmo que se torne algo paradoxal (KLEIMAN, 1995, p. 29-30).

A autora continua lembrando que a forma textual também determina o objetivo de leitura, o qual poderia ser o prazer. Diferentes leituras cabem a diferentes mecanismos superficiais do processamento visual, já que é através destes que a imagem é apreendida, passando por processos analíticos da procura de significado.

Contudo, ao estabelecerem-se objetivos de leitura, Kleiman diz que se operam estratégias metacognitivas, que controlam o conhecimento. E a leitura é um processo apenas, porém, com diversos caminhos, de acordo com as necessidades elencadas. Se há diversos caminhos para a leitura, o texto não está acabado e ocorre pela formulação de hipóteses (reconhecimento instantâneo ou de movimento de leitura). A criança em alfabetização decodifica, o adulto percebe as palavras globalmente e/ou adivinha, pelo conhecimento prévio ou pelas hipóteses. E as hipóteses imaginam temas e estruturas, conduzindo à compreensão. Enquanto isso, o leitor se monitora (KLEIMAN, 1995, p. 33-43).

Na mesma obra (p. 45-47), a autora lembra que “a materialização de uma intenção do autor se dá por meio de elementos tanto linguísticos como gráficos, cabendo ao leitor a recuperação dessa intenção através do formal.” O componente textual (cotextual) define relações e propriedades internas do texto a partir do processamento destas pelo leitor. Como se considera o texto unidade semântica de significação materializada em categorias lexicais, sintáticas, semânticas, estruturais (ex: tempo narrativo – pretérito perfeito ou imperfeito), essas

categorias precisam ser reconstruídas para a compreensão, através, por exemplo, da coesão e da estrutura textual.

Quando os textos são maiores, os elementos de ligação de suas partes funcionam como a coesão. Vale lembrar que, diante disso, tem-se também o princípio de parcimônia – redução do quadro mental para a leitura -, pois um item pode fazer diferença entre um texto coerente ou não, o qual se estruturou coesivamente ou não (KLEIMAN, 1995, p. 48-50).

Apresentam-se, ainda, as estratégias cognitivas de leitura que “regem os comportamentos automáticos, inconscientes do leitor, e o seu conjunto serve essencialmente para construir a coerência local do texto [...] [sequências do texto]”. Elas comportam princípios: economia (regras de recorrência de elementos); continuidade temática (interpretação de elementos por um mesmo tema); canonicidade (expectativas sobre a ordem natural do mundo (linearidade ou antecedência – laços coesivos)); distância mínima (possibilidade de antecedência de pronome); coerência (escolha de interpretação coerente); relevância (escolha de informações relevantes ao tema); não contradição (orientação de leitura). É ainda a autora que vem sendo citada (KLEIMAN, 1995, p. 50-54) quem observa que

a exploração de elementos formais na reconstrução de relações lógicas é, também uma característica do leitor proficiente. Na ausência desses elementos, no entanto, esse leitor é capaz de perceber a organização textual abstrata, ou superestrutura, componente este que, junto com a informação sequencial ou microestrutural e com elementos da macroestrutura (ou estrutura de conteúdos, também conhecida como estrutura temática), fornece ao leitor dos dados necessários para a leitura que, [...] se faz a partir de elementos que o leitor traz à tarefa, por um lado, num processamento descendente (de cima para baixo), [...], por outro lado, a partir de elementos formais do texto. O processamento é essencialmente de caráter cognitivo, mas quanto mais complexo for o texto, mais se faz necessário o controle ativo desse processo através das estratégias metacognitivas de manutenção de objetivos e monitoração e desautomatização do processo de compreensão (KLEIMAN, 1995, p. 62) (grifo nosso).

De acordo com a autora (KLEIMAN, 1995, p. 69), a atividade de leitura é uma interação a distância entre leitor e autor por intermédio do texto. Mas não existe reciprocidade com a ação do autor, o qual quer a adesão do leitor, apresentando os melhores argumentos para facilitar seu objetivo. No entanto, ambos devem se responsabilizar mutuamente pela leitura, mesmo com opiniões divergentes para desenvolverem um elo de perspectivas. A leitura não dispõe de contexto gestual ou fisionômico como a fala, a não ser pistas linguísticas (operadores,

conectivos, modalizadores, adjetivação, nominalização) que o autor pode deixar para o leitor inferir sentidos por intermédio de seu conhecimento prévio.

Assim, na perspectiva de Kleiman, o sujeito é empírico, consciente, exerce domínio, controle sobre a língua. A memória é cognitiva. Na AD, a memória é discursiva. Mas esta será tratada mais à frente, no próximo capítulo.

É importante então ser crítico, mas não limitado a certas leituras para não tolher a possibilidade de outras opiniões, ideias, mundos, como bem complementar a teórica. Isso porque o ato de ler é geralmente relacionado com a escrita, e o leitor é visto como decodificador da letra. No entanto, outra autora, Martins (1984, p. 08-10) afirma que o leitor contenta-se, por economia ou por preguiça, em ler superficialmente. Em geral, não se acrescenta ao ato de ler algo mais além do gesto mecânico de decifrar os sinais.

Essa autora aponta que se o texto é visual, fica-se cego a ele, mesmo que os olhos continuem a fixar os sinais gráficos ou as imagens. Se é sonoro, fica-se surdo, ou seja, não se lê nem se o compreende, impossível dar-lhe sentido uma vez que ele diz muito pouco ou nada. Agradecendo a Paulo Freire, a autora diz: “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”.

O que precede sinaliza para que se diga que os homens se educam conjuntamente, mediatizados pelo mundo, ou seja, “Ninguém ensina ninguém a ler, o aprendizado é, em última instância, solitário, embora se desencadeie e se desenvolva na convivência com os outros e com o mundo” (MARTINS, 1984, p. 12).

As investigações interdisciplinares também evidenciam, mesmo na leitura do texto escrito, que não é apenas o conhecimento da língua que conta, mas todo um sistema de relações interpessoais e entre áreas do conhecimento, da expressão do homem e suas circunstâncias de vida. Quem pesquisa a linguagem diz que se aprende a ler lendo. Martins diria: vivendo.

Ainda assim, a interpretação das condições interiores (subjetivas) e das exteriores (objetivas) é importantíssima para desenvolver a leitura. Independente do leitor, o ato de ler sempre estará atrelado a essas condições, sejam elas boas, más, reais ou ilusórias. Seria preciso considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, indiferente do meio de linguagem. “Assim, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido” (MARTINS, 1984, p. 21-30).

Ainda sobre isso, Martins (1984, p, 31) propõe algumas sistematizações de leitura:

1) decodificação mecânica de signos linguísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-resposta (perspectiva behaviorista – skinneriana); 2) processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos (perspectiva cognitivo-sociológica).

Para a mesma, “decodificar sem compreender é inútil; compreender sem codificar, impossível. Há que se pensar na questão dialeticamente. [...] A leitura vai, portanto, além do texto e começa antes do contato com ele” (MARTINS, 1984, p. 32).

Aprender a dar sentido ao mundo e a si próprio, bem ou mal, segundo a estudiosa, faz-se mesmo sem alguém ensinar. Mas enquanto se permanece isolado na cultura letrada, só se pode enfrentar a leitura como instrumento de poder, dominação dos alfabetizados sobre os analfabetos.

Conforme a autora (1984, p. 34-60), há três níveis de leitura: sensorial, emocional e racional. Cada um equivale a uma forma de aproximação ao objeto lido. Dado que a leitura é dinâmica e circunstanciada, eles são inter-relacionados, talvez simultâneos, mesmo um ou outro privilegiado, segundo experiências, expectativas, necessidades, interesses do leitor e das condições do contexto em que está inserido. Os referenciais mais elementares do ato de ler podem ser a visão, o tato, a audição, o olfato e o gosto.

Esmiuçando as formas de leitura, observa-se que a emocional começa cedo e acompanha toda a vida. Quando faz ficar alegre ou deprimido, desperta a curiosidade, estimula a fantasia, provoca descobertas ou lembranças, deixa-se de ler com os sentidos para entrar em outro nível de leitura – o emocional. Ela também tem sua inferioridade: é lida com os sentimentos, o que implicaria subjetivismo.

De acordo com tal referencial teórico, muitas vezes, gravadas na memória, há cenas e situações encontradas durante a leitura de um romance, um filme, uma música. E se sente que, com o passar do tempo, tornaram-se referências de um período especial de vida, cheio de sonhos. Assim como a leitura pode se transformar num martírio, numa experiência ruim.

Na leitura emocional aflora a empatia, tendência de sentir o que se sentiria caso se estivesse na situação e circunstâncias experimentadas por outro, ou seja, na pele de outra

pessoa, animal, objeto, personagem de ficção. Caracteriza-se como um processo de participação afetiva numa realidade alheia. Implica disponibilidade, predisposição para aceitar o exterior, mesmo se depois descartado.

Como aponta a autora, a leitura transforma-se, assim, numa espécie de válvula de escape. Porém, direta ou indiretamente, ajuda a elaborar, através do relaxamento de tensões, sentimentos difíceis de compreender a conviver. Tudo o que se lê é fruto de uma visão de mundo, de um sistema de técnicas de produção, caracterizando um comprometimento do autor com o que produz e com seus possíveis leitores. E a resposta do leitor depende de fatores presentes no ato da leitura.

A leitura racional enfatiza o intelectualismo, doutrina que afirma a anterioridade dos fenômenos intelectuais sobre os sentimentos e a vontade. Tende a ser única; o leitor se debruça sobre o texto, enxerga-o isolado do contexto e sem envolvimento pessoal, orientando-se por normas preestabelecidas, ou seja, endossa um modo de ler preexistente, condicionado por uma ideologia. Tal postura orienta a leitura a perceber no objeto lido só o que interessa às ideias que o leitor se liga. Muitas vezes, usa-se, então, o texto como pretexto para avaliar/provar asserções alheias a ele, frustrando o conhecimento daquilo que o individualiza. Portanto, limita-se a noção de leitura ao texto escrito, pressupondo formalidade, cultura e erudição do leitor (MARTINS, 1984, p. 63).

Ocorre, na mesma perspectiva, a partir da autora, uma visão de leitura confinada à escrita e ao texto literário ou às manifestações artísticas em geral, propondo vê-la como compreensão abrangente através da qual o leitor participa com suas capacidades com a finalidade de apreender diversas formas de expressão humana e da natureza.

A construção da capacidade de produzir e compreender as mais diversas linguagens está diretamente ligada a condições propícias para ler, para dar sentido a expressões formais e simbólicas, representacionais ou não, quer sejam configuradas pela palavra, quer por gesto, pelo som, pela imagem. E essa capacidade relaciona-se, em princípio, com a aptidão para ler a própria realidade individual e social. [...] A leitura racional é certamente intelectual, enquanto elaborada por nosso intelecto; mas, se enuncio assim, é para tornar mais evidentes os aspectos positivos contra os negativos do que em regra se considera leitura intelectual (MARTINS, 1984, p. 65).

Ao mesmo tempo em que o leitor sai de si em busca da realidade do texto lido, sua percepção visa uma volta à sua experiência pessoal de uma ideia da própria história do texto, estabelecendo-se, então, um diálogo entre este e o leitor com o contexto no qual a leitura se realiza. Significa que o processo de leitura racional é, a todo momento, atualizado e referenciado.

A leitura racional acrescenta, à sensorial e à emocional, o estabelecimento de um elo entre o leitor e o conhecimento, a reflexão, a reordenação do mundo objetivo, possibilitando-lhe, na leitura, dar sentido ao texto e questionar a própria individualidade e o universo das relações sociais. E ela é importante por aquilo que o seu processo permite, estendendo as expectativas do leitor e as possibilidades de leitura do texto e da realidade social (MARTINS, 1984, p. 66).

Na leitura emocional, o leitor se envolve pelos sentimentos que o texto lhe desperta. Sua atitude tende ao irracional. Gosta ou não do que lê por motivos pessoais ou características textuais que nem sempre consegue definir. Não se coloca a questão de como o objeto lido se constrói. Isso leva a considerar a leitura racional como exigente, pois o processo de identificação se transforma em vontade de aprender um processo de criação. Martins cita Barthes, o qual vê a leitura como a “parte pobre” da criação, cujo objetivo é de reencontrar algo que foi criado (MARTINS, 1984, p. 67).

Historicamente, acrescenta a autora, todos estão ligados à noção de leitura como se referindo à letra. Mas o intercâmbio de experiências de leituras desmistifica a escrita, levando a compreender e a apreciar a mesma naturalmente, assim fortalecendo condições de leitores efetivos das infindáveis mensagens do universo em que vivemos. E, assim como existem tantas leituras quantos leitores, há também outra leitura a cada contato do leitor com um mesmo texto, mesmo que mínimas as variações. Nessas ocasiões, talvez ocorram mudanças de nível. Um poema ou uma canção que hoje não dizem nada, não fazem sentido, podem emocionar, agradar ao ouvido pela musicalidade e pelo ritmo, tempos depois; podem suscitar reflexões apenas após várias leituras (MARTINS, 1984, p.73-79).

Observa-se, até o momento que, Chartier (2007), mesmo fazendo ressalvas e apontando para o cuidado com as instâncias de leitura (livro, aluno, biblioteca, escola, pais), traça um perfil de como se vê a leitura e a escrita ao longo dos tempos: mecânica, cognitiva, impositiva. Embora Kleiman e Martins considerem o contexto de leitura, a história de leitura, bem como o percurso e o conhecimento prévio do leitor, ainda assim, tendem a persistir num modelo cognitivista de leitura, uma vez que a memória que superficializam não é

necessariamente o que se sabe sobre o que se diz, e sim o que se disse a momentos, épocas atrás.

Já Silva (1984, p. 50-55) perpassa modelos clássicos de leitura a partir de Holmes, Smith e Carrigan, Gray, entre outros e aponta que esses autores são mecanicistas e indicam interesse da leitura enquanto fenômeno, ao passo que o problema da leitura é humano.

[...] a oralidade é o universo de referência da escrita, porém não se pode pensar a escrita como sendo uma simples transposição desse universo. [...] a escrita não fixa a linguagem oral, mas a transforma profundamente o próprio autor, ao acabar de escrever seu texto, morre como autor e transforma-se, ele próprio, num leitor. [...] aprender a ler é ter acesso a um mundo distinto daquele em que a oralidade se instala e se organiza. [...] a escrita se transforma num recurso pelo qual o homem comunica as suas experiências (SILVA, 1984, p. 63).

O autor recém-citado (p. 64-65) menciona que escrever e ler se complementam e a escola, enquanto instituição, facilita isso. Sem a linguagem pela busca da comunicação, o ser humano não expandiria suas experiências e não transformaria a cultura. ‘[...] se compreender é enriquecer-se com novas proposições de mundo, então ler é detectar ou apreender as possibilidades de ser-ao-mundo apontadas pelos documentos que fazem parte do mundo da escrita. [...] a interpretação des-cobre aquilo que a compreensão projeta’ (SILVA, 1984, p. 70-71).

Segundo Silva (op. Cit., p. 77-79), a leitura pressupõe elementos de comunicação tais como estrutura do sujeito, da mensagem, do código e do mundo. Logo, um documento comunicativo “provoca, questiona, interpela e dá a sua palavra, levando em conta a presença do leitor em situação de aprendizagem”.

“Compreender um texto significa compreender a relação dinâmica que ele mantém com um determinado contexto, bem como perceber criticamente a objetividade dos fatos desse contexto, como instituída pelo autor” (SILVA, 1995, p. 14). De acordo com o teórico (p. 15), para a sociedade brasileira, a leitura é tida como privilégio a alguns e não como direito de todos. O autor adentra o campo da literatura, pontuando que ela serve para produzir efeitos que levem o leitor a participar da transformação da realidade. Assim, ler é um modo de conhecer e praticar a cultura (SILVA, 1995, p. 23-26).

Mas será que a leitura feita para a constituição do Plano Municipal de Cultura de Chapecó não é apenas decodificação e sequência do que já está dado? Será que a transformação da realidade está acontecendo para que a cultura seja conhecida e praticada ou tanto a realidade quanto a cultura estão apenas sendo aceitas?

Para Silva (1995, p. 35-39), a obra escrita é registro de cultura ao longo dos tempos, logicamente também fonte de conhecimento. Porém, a crise da leitura está na forma de ensinar e na função que é atribuída ao texto, uma vez que é prontamente decodificado sem maiores reflexões sobre o mesmo. Entretanto, a marginalização da cultura também se dá pelo custo da leitura. Cabe ao bibliotecário, enquanto elo para a conquista da leitura, incitar leitura crítica, pois o discurso por trás do livro pode ser maior que o recurso gasto para o mesmo (SILVA, 1995, p. 64-65).

E ainda, o percurso do leitor almeja constatação, cotejo e transformação da realidade como um todo, mas sem esquecer, é claro, do prazer de ler. (SILVA, 1995, p. 107)

Acredita-se ter sido traçado um percurso geral da leitura como uma capacidade cognitiva, abordando algumas questões tratadas por Kleiman (1995), Martins (1984) e Silva (1995). Salienta-se que a perspectiva dessas autoras contribui para o contraponto com os trabalhos da Análise do Discurso que adota uma abordagem que leva em conta o sujeito sócio-histórico e sua posição diante da leitura para além de um processo cognitivo; trabalha-se a leitura como um processo de construção e desconstrução do texto. É essa perspectiva que se apresenta a seguir.

### **1.3 Leitura e suas repercussões no campo da Análise do Discurso**

Procurar traçar um percurso da Análise do Discurso (AD) incita a problematizar – mesmo que brevemente – algumas questões. Na teoria não-subjetiva da subjetividade (Althusser), resgatada e, a partir dos escritos de Lacan, redefinida por Pêcheux (1995), o indivíduo é interpelado em sujeito através da ideologia, pois o materialismo não admite apenas reproduzir um sujeito, uma vez que este é ideologicamente constituído.

Consequentemente, a escrita e a leitura do sujeito não se baseiam em reprodução de modelos, caso contrário, a ideologia seria apagada. Assim, essa leitura não é espelho nem do autor nem do leitor. Já que na AD a leitura não é centrada nem no autor nem no leitor, mas na

prática, é preciso entender um pouco sobre essa leitura como um todo. Aí entra a interface com a AD, outras leituras, outros leitores, outros sentimentos através do mesmo objeto, porque as circunstâncias podem ser outras, as formações discursivas e imaginárias também.

Cabe, por conseguinte, pensar na maneira de interpretar. Segundo Orlandi (1996a, p. 135), “interpretar, se não se trata de encontrar os sentidos já dados, é então sinônimo de ideologia, entendida como o que oculta o verdadeiro sentido natural”. Para a referida autora, ler é saber que o sentido pode ser outro, uma vez que entender o funcionamento do texto enquanto objeto simbólico é entender o funcionamento da ideologia, percebendo em todo o texto a presença de outro texto excluído dele, mas constituidor do próprio.

As formas de leitura são históricas, referidas às diferentes ordens de discursos e não existe sentido sem interpretação. Diante da imprevisibilidade da relação do sujeito com o sentido, toda formação social tem formas de organizar a relação de um trabalho social da leitura: quem tem ou não tem direito à interpretação, que textos são ou não interpretáveis. A relação com a interpretação abarca também o que não tem sentido, e o sujeito tem necessidade de domar o sem-sentido (ORLANDI, 1996, p. 140-141). Ora, a autora lembra que

Sujeito e sentido são constituídos pela ordem significante na história. E o mecanismo de sua constituição é ideológico. [...] Há sempre interpretação e faz parte da ilusão imaginária do sujeito acreditar ser a origem do sentido, projetando-se sobre a literalidade e imaginando que só alguns sentidos são sujeitos à interpretação. Os outros seriam evidentes, naturais à própria língua, literais. A interpretação, por seu lado, se mostra discursivamente como necessidade da relação da língua com a história, ideologicamente constituída. (ORLANDI, 1996, p. 143-147)

A autora ainda pontua que não ocorre sentido sem interpretação, e esta é um observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, num processo em que intervém o imaginário e se desenvolve em determinadas situações sociais. É como se, pelo viés da AD, o sujeito se autointerpretasse para poder interpretar o texto e este ajudasse na constituição da interpretação do sujeito para um resgate textual, ideológico, imaginário e sensível a um ou mais sentidos.

Para Pêcheux (1995, p. 129), leitura é “relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o centro de um trabalho de leitura”. A ideia do autor conduz à concepção da língua como uma estrutura com seus condicionantes – estrutura sintática,

elementos de coesão – e também como lugar de equívocos, logo, de produção de novos sentidos. Outro condicionante é a inscrição dos significados na história, por meio da ideologia, e configurados pelas condições de produção. E, de acordo com Indursky e Zinn (1985, p. 78, apud TROMBETTA, 2009, p. 66), ler é estabelecer “uma relação dialética com o texto”. Ao tomar os sentidos das palavras numa perspectiva dialética, reconhece-se a multiplicidade, uma vez que o sentido da palavra é compreendido também pelo seu contexto.

Pêcheux (1995, p. 130) escreve que “o obstáculo idealista fundamental se encontrava na noção ideológica de sujeito como ponto de partida e ponto de aplicação de operações”, pois “a metáfora é um processo não-subjetivo na qual o sujeito se constitui”. Como bem resgata Pêcheux, de Althusser: “as massas não são um sujeito”. Assim, pode-se também dizer o contrário, um único sujeito não compõe as massas. Logo, o idealismo atrapalha o subjetivismo e, conseqüentemente, a leitura. Segundo Pêcheux (1995, p. 164-217), a relação de substituição entre A e B não deve/pode ser a mesma entre B e A, não se generaliza a metáfora. E uma desidentificação do sujeito não anula a ideologia, que continua funcionando mesmo às avessas. “As formas empíricas e espontâneas – subjetivas – da prática política funcionam diferencialmente em função das posições de classe às quais elas correspondem” (PÊCHEUX, 1995, p. 207). O idealismo prevê que um mais um somem apenas um (identificação), enquanto que o materialismo desfaz a unidade de identificação (desidentificação) (PÊCHEUX, 1995, p. 273), visto que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, estes desidentificados, individualmente, mas identificados ideologicamente.

Coracini (2007, p. 15) considera o ato de ler como um processo discursivo, no qual se inserem os sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor – ambos sócio-historicamente determinados e ideologicamente constituídos.

Já Orlandi usa a relação de *interação* autor/leitor para dizer que, a partir dela, é que se “processam os sentidos uma vez que não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos” (ORLANDI, 1988, p. 58). Mas, segundo essa autora (2010, p. 6), o que ela queria trazer para a discussão era a noção de discurso, ou seja, o sentido outro (que, aliás, continua defendendo). A autora enfatiza a relação entre ideologia e linguagem, a materialidade do discurso é a primeira e a materialidade deste é a segunda, sujeito e sentido se integram ao mesmo tempo.

Cabe lembrar que como, nesta pesquisa, trata-se de discursos institucionais, toma-se a citação abaixo, na qual Orlandi, retornando a Pêcheux (1975), diz:

Há a interpelação do indivíduo, afetado pela língua em sujeito pela ideologia, o que resulta em uma forma-sujeito histórica, em nosso caso, capitalista. Esta, por sua vez, declina-se em sua relação com o Estado de maneira própria à sua forma. Como o Estado capitalista funciona pelo jurídico, esta forma-sujeito funciona com seus direitos e deveres. O Estado, por sua vez, cumpre o seu modo de funcionamento, capitalista, individualizando o sujeito pela prática de suas Instituições e Discursos. E aí temos a forma-sujeito individualizada, constituindo-se como um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável. Liberdade e submissão, ser determinante e ser determinado, eis a contradição que o sujeito assume em seu próprio modo de funcionamento na ideologia capitalista (ORLANDI, 2010, p. 7).

Orlandi (1988, p. 8-11), em relação à memória, mostra que há três momentos na produção de sentidos: constituição, formulação e circulação, perpassados pelas formas de memória (as quais interferem na função-autor e no efeito-leitor): discursiva (do esquecimento, sem nome); institucional (que não esquece, das instituições que normatizam a significação individualizando os sujeitos pelo Estado – biblioteca, escola, museu, evento, políticas públicas etc.); metálica (da mídia e novas tecnologias – técnica, horizontal). Logo, interação pode migrar para gestos de interpretação, pois o discurso lida com fatos que são materializados pelo processo de constituição. E a forma material é o texto – significação relativa à situação e, por isso, produtora de efeitos particulares.

Outra autora que explica o processo de leitura/interpretação é Coracini (2007, p. 23). Afirma ela que o olhar do leitor é um “olhar (que) vem de dentro do sujeito, inteiramente impregnado por sua subjetividade, que se constitui do/no exterior, por sua historicidade”. Então, se os sujeitos estabelecem diferentes relações com a história e com a ideologia, acontecem os diferentes sentidos, portanto, diferentes posições-sujeito se apresentarão no processo de leitura. O leitor realiza sua significação com base nesse lugar social, ou seja, discursivamente, a linguagem é tida como um trabalho no nível do simbólico que demonstra uma estreita relação com a prática política, de envolvimento com as ações de uma sociedade. (Apud, ORLANDI, 1988, 8-11).

Na perspectiva da AD, o leitor está em interlocução com outros sujeitos: o autor, o leitor virtual. Como afirma Orlandi (1988, p. 68), a relação se dá entre homens, relações sócio-históricas, mediadas pela materialidade do texto. O leitor real também tem que se relacionar

com esse leitor virtual inscrito no texto, estabelecendo com a posição-sujeito-escritor uma relação de confiança, admiração ou desprezo.

Conforme a Análise do Discurso, a leitura também se constrói através de uma memória. A heterogeneidade da memória mostra-se no instante da leitura, resultando em diferentes entradas no texto e em diferentes posições-sujeito. É a memória discursiva que concebe compreender gestos de interpretação de diferentes posições de sujeitos. Assim, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição-sujeito, suas condições de produção de leitura, portanto ele não só interpreta, mas compreende (ORLANDI, 2001, p. 14). Então, é o gesto de interpretação do sujeito que produz sentido.

É na passagem do espaço empírico para o discursivo que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva, a qual está estabelecida pelas relações que representa socialmente. Por tal motivo, o gesto do leitor é sempre determinado por um dispositivo ideológico. É o sujeito participante de uma determinada formação discursiva (FD) que determina as leituras; sujeito esse atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. O lugar social é ideológico, propõe o que se fala e como se fala (ORLANDI, 2001, p. 75-77).

Essa mesma autora, em obra distinta (2000, p. 26-27), aponta três níveis de atribuição de sentido. O Inteligível é o primeiro sentido que o leitor atribui, é decodificado; o Interpretável é a atribuição de sentido levando-se em conta o co-texto e o contexto; e o Compreensível é a atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação ao enunciado, à enunciação.

Como lembra Trombetta (2009, p. 83-85), as histórias de leitura do sujeito são proporcionadas por questões particulares e sociais. Pelo conhecimento de mecanismos discursivos, o leitor se porta como sujeito de sua própria leitura. No uso da linguagem, “o sujeito apreende o inteligível, e se constitui em intérprete. A compreensão supõe uma relação com a cultura, com a história, com o social e com a linguagem, que é atravessada pela reflexão e a crítica”. O sujeito-leitor, ao se relacionar com o nível compreensivo, pode estabelecer relações consigo mesmo e com o outro e, a partir desse encontro, significar.

Orlandi (2007, p. 50-69) complementa essa questão dizendo que a Inteligibilidade é unidade significativa discernível em nível de frase; a Interpretabilidade: atribuição de sentido ao enunciado; e a Compreensão: apreensão dos processos de significação de um texto. Conquanto, o silêncio não é interpretável e sim é compreensível. O sentido do silêncio não vem do sentido das palavras. Estas é que são cheias, carregadas de silêncio. A “legibilidade” do

silêncio nas palavras só é possível quando se considera que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem se diferenciam e que isso conta nos divergentes efeitos de sentido que produzem. O silêncio transpassa as palavras. Toda denominação, acrescenta Orlandi (2007, p. 74), apaga necessariamente outros sentidos possíveis, então o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras, através da textualidade.

Pela perspectiva discursiva, textualidade significa: todo texto é tomado como parte do processo de interlocução. O domínio de cada um dos interlocutores não tem unidade a não ser no (e pelo) texto. O texto é unidade. Consequentemente, a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado pelos (nos) interlocutores, em um contexto sócio-histórico dado. Assim, como o texto não se concebe em um espaço fechado, o sujeito e o sentido também são caracterizados pela sua incompletude (ORLANDI, 2007, p. 77).

O silêncio, portanto, fundamenta o movimento da interpretação. É o ponto de apoio do interpretativo que produz o efeito da ilusão do sujeito como origem de si e dos sentidos: o sujeito não se vê como interpretando, mas como “dando” sentido. Porque pode estar em silêncio, significar em silêncio (ORLANDI, 2007, p. 156).

Como diz Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje* (2010, p. 51),

Seria do maior interesse reconstruir a história desse sistema diferencial dos gestos de leitura subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão do documento) numa “leitura interpretativa” – que já é uma escritura. Assim se começaria a construir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma ‘descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’.

O autor também menciona o trabalho anônimo através do qual os aparelhos de poder das sociedades governam a memória coletiva. Na Idade Média, havia uma distinção entre clérigos autorizados a ler, falar e escrever (portadores de leitura e obra própria) e outros (copistas, classificadores,...) com leitura de sujeito-leitor apagado diante da instituição (PÊCHEUX, 2010, p. 51-52).

Nesse sentido, a separação cultural entre literário e científico (leitura de arquivo) pode ser repensada: recobre divisão social de trabalho de leitura e encaminha-se para dominação política, uns visíveis, outros invisíveis (PÊCHEUX, 2010, p. 52-53).

Hoje, a questão da leitura se debruça no saber ler e escrever e no saber lidar com a informática. O que não deixa de continuar sendo uma espécie de luta de classes. Nesse sentido, é interessante o que o teórico acrescenta:

[...] não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente [...] é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritos em novas práticas intelectuais de massa (PÊCHEUX, 2010, p. 55).

E, como ele bem observa, é a relação entre língua, como sistema sintático passível de jogo, e a discursividade, como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que forma o centro de um trabalho de leitura de arquivo. A pluralidade de gestos de leitura requer um meio termo para o trabalho com o arquivo (PÊCHEUX, 2010, p. 58-59).

Na mesma direção, Indursky (1998, p. 191-192), quando trata da prática discursiva da leitura, salienta que é a inserção de leitores num mesmo sistema de valores que confere seu modo comum de leitura, responsável pela produção de sentido que resulta na evidência de leitura, parecendo óbvio e único o efeito de sentido que ali se produz, o qual se considera como o sentido. Sendo assim, a diversidade de formações discursivas na formação social acarreta uma pluralidade de sujeitos sociais e, conseqüentemente, de leituras possíveis. Ainda, a troca de saber implica um efeito de sentido e um sujeito-leitor diverso. Se este último mudar seu efeito, transforma-se também a formação discursiva.

Orlandi (2001, p. 37-44), por continuidade, defendendo a perspectiva da análise do discurso, ressalta que é o leitor que dá sentidos ao texto. A leitura é feita e determina o processo e as suas condições de produção. Aí, então, configura-se o espaço da discursividade, no qual se instaurará um modo de significação específico. Isto posto, salienta que toda leitura tem sua história, pois as leituras não são as mesmas em tempos diferentes. Há modos de leitura dirigidos a distintas classes sociais, portanto é preciso levar em conta as condições de produção e a relação com outras leituras e outros textos. Por compreensibilidade de cada leitor, a autora denomina o conjunto de leituras feitas, o que compõe, previsivelmente, a história de leitura. Mas o contexto sócio-histórico pode imprevisibilizar a leitura desejável. Então, a

historicidade é o critério para a possibilidade e/ou a razoabilidade da leitura. Por isso, não se pode dizer que tal leitura pressupõe tal sentido fechado.

Isso leva a crer que, em diferentes setores, compostos por diferentes áreas/domínios, delimitados por diferentes formações discursivas e, por conseguinte, variadas ideologias, memórias e sujeitos, divergentes leituras de destacados documentos e de outros textos podem ser as mais plurais possíveis.

Fazendo então um contraponto entre leitura cognitiva e discursiva, pode-se dizer que a primeira concebe a leitura como um ato, que pode ser interdisciplinar, centraliza-se no indivíduo com intenção, o qual pensa que domina os sentidos, ou seja, tem-se autor e leitura em interação, e destaca a memória relacionando-a ao psicológico (armazenamento de conhecimento). A segunda vê a leitura como um gesto, inscrito no entremeio, centrado na contradição e num sujeito com posição, logo, cindido e inscrito em uma formação discursiva. Tem-se autor e leitor com funções e a leitura como processo. Ai, a memória é dividida em dois eixos, o da formulação (que trabalha com a atualidade) e o da constituição (que trabalha com o interdiscurso).

Em *O Chapéu de Clementis*, Courtine (1999, p. 16-20) fala sobre a ordem do discurso distinta da materialidade da língua, mas realizada na língua (enunciado), através do sujeito assujeitado pelo seu próprio discurso. Enfatiza que os linguistas pensam a presença do sujeito (como origem psicológica do seu dizer) por marcas linguísticas (dêiticos, pessoas, pressupostos, performativos, etc.), passando linearmente da ordem da língua para a ordem do discurso, desinteressando-se pelo assujeitamento. Isso seria reduzir o enunciado ao repetível, o que valeria apenas pela sua repetição. Assim, as posições de sujeito regulam o ato de enunciação.

E cabe pontuar, a partir do mesmo autor, uma vez que se está trabalhando com um documento público, também de cunho político, que

o trabalho da categoria de assujeitamento na ordem do discurso político” [...] concebe ‘uma repetição vertical, que não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um-não-sabido, [...] deslocado e deslocando-se no enunciado: [...] ao mesmo tempo ausente e presente [...]: ausente porque ela funciona aí sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas’ (grifo nosso). Logo,

“memória e esquecimento são, assim, indissociáveis na enunciação do político”  
(COURTINE, 1999, p. 21-22).

Passa-se, neste momento, ao início da imersão aos possíveis gestos de interpretação que algumas leituras puderam suscitar na organização do Plano Municipal de Cultura de Chapecó.

#### **1.4 Um percurso de leitura do Plano Municipal de Cultura**

As leituras feitas pelos componentes das áreas/domínios durante o processo de elaboração do plano (leis, outros planos, documentos de referência local, regional e nacional que dizem respeito à constituição da cultura de um povo etc...) constituem o percurso de leitura do PMCC.

Dessa forma, procurar-se-á mostrar que caminho o documento de base de análise percorreu para apresentar o que já comunga. Para tanto, alguns conceitos são requeridos.

Efeito de sentido é a relação de possibilidade de substituição entre elementos no interior de uma formação discursiva dada. Há duas formas: 1) equivalência: A e B – possuem o mesmo sentido; 2) implicação: A e B não é a mesma coisa que a relação de substituição B e A (PÊCHEUX, 1995, p.164). Assim, um elemento pode causar um efeito de sentido em uma dada formação discursiva e outro efeito em outra formação discursiva. Esta será discutida adiante.

Em 1969, a ideia era de que a produção das regularidades das sequências vinha de uma formação discursiva fechada, resultando em condições de produção homogêneas. A análise linguística era indispensável e a análise discursiva servia para construir paráfrases. Ocorria então um processo por fase, específico em termos de metodologia e teoria (PÊCHEUX, 1993, p. 313).

Em relação à elaboração do Plano Municipal de Cultura, algumas leituras pré-orientadas comuns para todas as áreas (nem por isso com efeitos de sentido idênticos) foram: 1) Sistema Municipal de Cultura (como o próprio nome já diz, sistematiza a sequência de encaminhamentos que cada município deve ter em relação ao desenvolvimento de um plano); 2) propostas prioritárias da Conferência Nacional de Cultura (trabalha com eixos e sub-eixos: produção e diversidade/cidadania/desenvolvimento sustentável/economia/gestão); 3) Pré-conferências Setoriais – Estratégias Prioritárias da Conferência Nacional de Cultura (trabalha

com eixos e áreas: artesanato, arquitetura, artes visuais, arte digital, audiovisual, arquivo, circo, culturas indígenas/populares/afro-brasileiras, dança, design, livro/leitura e literatura, moda, museus, música, patrimônio material/imaterial, teatro); 4) Diretrizes Gerais de um Plano (trabalha com eixos, objetivos e ações: força, financiamento, legislação, proteção, valorização, preservação, estímulo, acesso, formação, circulação, ampliação, difusão, capacitação, regulação, assistência, organização, consolidação, diálogo etc...); além de, 5) textos específicos de cada área (aos quais não se tem acesso direto).

No caso da setorial de Literatura, esta contou com um documento base de leitura que é o Plano Nacional do Livro e Leitura. Ainda vale comentar que tanto o Plano Municipal de Educação de Chapecó quanto o Plano Municipal de Saúde foram consultados, mais precisamente em termos estruturais, visto que os mesmos já se encontram instituídos no município. Também foram vistas superficialmente, leis de incentivo à produção cultural de outras cidades catarinenses.

As conferências e as diretrizes apontam para questões de pesquisa, fomento, incentivo, divulgação e promoção das áreas em voga, de um modo generalizado, mas não necessariamente focado em leituras enquanto nominalização.

O que pode remeter a uma articulação com a leitura são pontos do tipo: difusões de diferentes expressões culturais; ações socioeducativas nas diversas linguagens culturais; implementação de conteúdos programáticos nas disciplinas dedicadas à cultura, à preservação do patrimônio, à memória e à história; saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal; fomento à leitura por meio da criação de bibliotecas públicas, urbanas e rurais em todos os Municípios; regulamentação de profissões de mestres detentores e transmissores dos saberes e fazeres tradicionais; criação de cursos técnicos e programas de capacitação na área cultural para o desenvolvimento sustentável; produção de inventários, pesquisas e diagnósticos permanentes; ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes; sistema nacional de formação na área da cultura (eixos e sub-eixos).

Em termos gerais, pode-se levar em consideração que o referencial que faz menção explícita à leitura e aos seus mecanismos autorais, textuais e leitores é, e não poderia deixar de ser, o Plano Nacional do Livro, Leitura e Literatura, até mesmo porque já é um documento estabelecido da área em nível de nação. Consequentemente, possíveis efeitos de sentido poderão ser interpretados nas propostas e ações da setorial de literatura para o plano.

Em análise feita sobre o discurso da educação e da cultura no PNLL, através da manifestação do ministro da cultura e do ministro da educação, se pôde perceber algumas manifestações a respeito da leitura e da cultura, as quais cabem ser mencionadas.

No PNLL, o discurso do ministro da Cultura recorre ao discurso do outro para enfatizar o próprio. O discurso do outro é metafórico, ou seja, ocorre uma ruptura. Mariani (apud FERREIRA E INDURSKY, 2007, p. 226) aponta que a metáfora é o deslocamento de sentidos, pois “os sentidos existem nas relações de metáfora”. Logo, desloca-se o sentido entre texto e leitor e vice-versa. Chama-se o próprio leitor para a responsabilidade da leitura. Toma-se então, novamente, o discurso metafórico e se lança mão de outra voz, para corroborar com o conceito de texto. O próprio conceito de leitor pressuposto pelo Plano encontra-se imbricado na sequência discursiva. E não poderia deixar de ser posto a partir da formação discursiva em que se inscreve o locutor, no caso, na FD discursiva da cultura.

As sequências discursivas a seguir materializam o discutido acima.

**SD 1 – ‘O texto é uma máquina preguiçosa, esperando que o leitor faça a sua parte’. Ao defini-lo desta maneira, o escritor italiano Umberto Eco está afirmando que, embora essa seja uma máquina especial, ela não funciona por si própria. [...]**

**[...] Esse tipo especial de leitor, mais do que exigido funcionalmente pelo texto, é exigido de uma perspectiva cultural. [...]**

Observa-se que, na SD1, o sujeito coloca o interlocutor, o leitor, num patamar, o de que ele tem que fazer a sua parte, desde que use de outros recursos para desenvolver a própria leitura: por exemplo, a imaginação. E esta é metaforizada, pois age para fazer os outros elementos de um texto funcionarem. Para o entrevistado, ao afirmar “ela não funciona por si própria”, a leitura pressupõe um sujeito-leitor. E “Esse tipo especial de leitor, mais do que exigido funcionalmente pelo texto, é exigido de uma perspectiva cultural”. Aqui é pertinente se fazer uma observação: todo texto tem uma historicidade.

Cazarin (2005, p. 255), apoiada nas obras de Pêcheux, lembra que na AD ‘[...] o sujeito é entendido como *descentrado* porque é atravessado pelo inconsciente e afetado pela formação discursiva em que está inscrito. [...]’. No interior desta, ‘coexistem distintas posições de sujeito que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito (sujeito histórico) da formação discursiva, essa coexistência de diferentes posições-sujeito no interior da formação

discursiva contribui para caracterizar o sujeito da AD como fragmentado'. Daí a ilusão/o imaginário de liberdade do sujeito de falar como autor. Isso posto, observe-se a sequência discursiva, que tem mais a dizer.

**SD2 - [...] Mas eu dizia que o leitor é o principal personagem em qualquer livro, tornando-o mais vivo à medida que desenvolve uma faculdade imprescindível para a existência da literatura: a imaginação. [...]**

Pode-se observar que aparecem saberes herdados da perspectiva cognitiva, concepção em que o sujeito acredita que “o leitor é o principal personagem em qualquer livro” e é alimentador da “imaginação”. Ao perceber o leitor “personagem” do livro e a existência da literatura depender da “imaginação”, esquece-se de que há, no discurso, uma instância ideológica exercendo efeitos sobre o texto, sobre o autor e sobre o leitor.

O livro assume o diálogo para criativizar a cultura brasileira, uma vez que a primeira pessoa do plural reaparece para garantir que quem ganha com projetos de incentivo à leitura são escritores e leitores, o governo e a população. Conforme o observado, o leitor ganha destaque em detrimento ao papel do autor, ou seja, como se vê, não existe literatura sem a função-leitor. Essa relação do sujeito-leitor com a existência da literatura encontra o que comungam Orlandi (2001) e Indursky (1988) sobre o diálogo entre texto, autor e leitor, até mesmo porque, na perspectiva da AD, os efeitos de sentido estão no tripé e não em um ou em outro elemento isoladamente.

Então, com o texto literário, os gestos de leitura podem ir além da realidade, já que a ficção e a verossimilhança dão vazão a eles através do dialogar dos efeitos de sentido.

Para pensar sobre o posicionamento de Orlandi (2001) de que a leitura não se resume em uma atividade linguística, em que pese a concepção que predomina na maioria dos profissionais da educação, colhe-se a próxima sequência discursiva que mostra no que a maioria acredita acerca da leitura.

Passando agora à SD3, tem-se a leitura como condição de vivência e relacionamento com o mundo que o cerca, além de objeto de ascensão social do ser humano.

**SD3 - [...] A leitura certamente qualifica a relação do indivíduo com os outros indivíduos, com a saúde, com a televisão e o computador, com a cidade e com o meio ambiente, com a política e com a economia, constituindo-se como uma base sólida para o desenvolvimento de uma cultura de**

**discernimento e de diálogo, e para a construção de um ambiente social qualificado, participativo, pacífico e democrático.**

O advérbio ‘certamente’ enfatiza a qualificação do indivíduo diante dos outros e das outras coisas materiais que o cercam. E é essa qualificação que gera cultura para que o indivíduo saiba o que é pertinente ou não para si. É como se o indivíduo tivesse que se defender de algo, talvez de algo imposto? Será que qualificação, participação, pacificidade e democracia combinam? Conseguem conviver? Ou uma tende a “cutucar” a outra? Há quem reflita sobre o que se pensar acerca de propostas de governo: são para calar ou dar vazão aos anseios da população? Se o povo aprende, qualifica, tem mais chances, respaldo para cobrar, criticar, mas se é acalmado com uma falsa educação tende a se aquietar? Isso vai mais além.

O texto do ministro da educação no PNLL inicia-se, poeticamente, por uma citação de João Cabral de Mello Neto, cujo eu poético, resumidamente, retrata, metaforicamente, que um livro, se não for usado: lido, refletido e compreendido, de nada adianta, é apenas um peso morto.

Agustini (2005, p. 68) lembra que “a literatura é o lugar onde se (pode) fala(r) da moral, da índole, da organização social, dos hábitos, da cultura que regem os comportamentos (linguísticos) de seus falantes. [...] e lugar de movimento ideológico, social e histórico e, em decorrência, da configuração linguística de nossa sociedade [...]”.

**SD4 - João Cabral de Mello Neto diz sobre o livro:**

**Silencioso: quer fechado ou aberto inclusive o que grita dentro;**

**anônimo: só expõe o tombo, posto na estante; [...]**

**modesto: só se abre se alguém o abre [...]**

**Mas apesar disso e apesar de paciente (deixa-se ler onde queiram), severo:**

**exige que lhe extraiam, o interroguem;**

**e jamais exala: fechado, mesmo aberto.**

Reforça-se a disponibilidade de um ambiente adequado de incentivo à leitura.

**SD5 - [...] É preciso, portanto, que – da educação infantil à pós-graduação – a criança/aluno usufrua de um ambiente de forte e permanente estímulo à leitura, quer através do livro, quer através dos demais suportes que tornam a leitura uma atividade cada dia mais necessária a todos [...]**

Nos casos referidos acima, deve-se lembrar a singularidade do discurso, segundo a qual, mesmo vinda de posições-sujeito diferentes, compartilham de formações discursivas semelhantes e, conseqüentemente, convergem para visões de leitura semelhantes. Estas se relacionam com a perspectiva da AD uma vez que consideram o texto como passível de divergentes interpretações a partir de leitores/leituras heterogêneas de ideologia, memória, história.

Mostra-se, a seguir, um recorte da teoria predominante neste trabalho: a AD.

## 2 DO REFERENCIAL TEÓRICO

Traz-se, neste capítulo, o referencial teórico sobre o qual será fundamentado o presente trabalho. A escolha pela Análise do Discurso, como já exposto, é pelo tratamento dado às questões discursivas, ou seja, a AD trabalha a intervenção de conceitos exteriores ao domínio linguístico. Não se vai aqui trazer todas as noções que estão sendo estudadas no Brasil, hoje, pelos analistas de discurso. Centra-se apenas nas noções e conceitos que compõem o arcabouço teórico da Análise do Discurso e que constituem o quadro teórico de referência que sustenta a análise do *corpus* discursivo.

Portanto, são apresentadas, no próximo item, algumas concepções que perpassam o percurso da AD pelas épocas em que ela se desenvolveu e foi tomando forma, as quais servem de contexto para se entender como se dão os sentidos emanados de determinadas esferas sociais como é o caso da Cultura, por exemplo.

### **2.1 Começando a encontrar caminhos, Análise do Discurso em linhas gerais, Análise do Discurso: três épocas**

Conforme o trabalhado no primeiro capítulo, a Análise do Discurso de linha francesa, a partir de Michel Pêcheux, tem seu foco voltado para os estudos sobre as condições históricas e sociais de produção do discurso e como constitutiva desse processo a ideologia, a qual incide sobre os discursos, sobre os sujeitos e sobre os sentidos.

Para Orlandi (2000, p. 15), a Análise de Discurso trata do discurso, o qual tem em si a ideia de curso, portanto, observar o discurso é observar o homem falando, e é preciso entender o sentido da língua, simbólica, social e historicamente. A AD leva em conta os processos e condições de produção da linguagem.

Em meados da década de 60, a AD rompe com os estudos da linguagem que estavam em curso no século XX através de uma relação entre Linguística, Marxismo e Psicanálise: a primeira por ter a língua em sua ordem própria; o segundo porque a história do homem não é

transparente; e a terceira em função de que o homem passa a ser sujeito em relação à história. A língua é relativamente independente; o simbólico afeta o real da história; o sujeito recebe afetação pelo real da língua e pelo real da história, descontrolando-se (ORLANDI, 2000, p. 19-20).

Na Análise do Discurso, ainda é preciso pensar o discurso além dos sentidos já dados e a relação dele com a língua a partir do real da história, uma vez que o novo está na relação entre o acontecimento que ocorre na estrutura. Tal teoria comporta o entrecruzamento entre o acontecimento, a estrutura e a tensão entre a descrição e a interpretação, visto que o acontecimento é o encontro entre a atualidade e a memória (PÊCHEUX, 2008, p. 19).

Quanto ao real, Pêcheux (2008), ao observar que o real é diferente da realidade, diz que ele (o real) se cruza com o imaginário e o simbólico. Daí o real ser o impossível porque existem coisas que não se apreende, mesmo que o real se dê a partir do materialismo.

Precisa-se ponderar que o equívoco (pensar o que não é ou vice-versa) é fundamental para pensar o discurso no funcionamento da língua, para tanto, um mesmo objeto não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo ou ter uma propriedade e uma não-propriedade, pois não se pode apenas obedecer aos princípios da não-contradição (PÊCHEUX, 2008, p. 31).

Todo trabalho com a língua sofre consequências, pois ela não dá conta de tudo. A língua é afetada por um real impossível de se escrever por ser simbolizado e aí ocorre uma reformulação do conceito de estrutura. Logo, o estruturalismo eliminou o sujeito psicológico, pois este é inconsciente, e a estrutura que interessa é aquela sujeita a falhas. (GADET & PÊCHEUX, 1981, p. 24)

Assim, descreve-se uma determinada ocorrência na língua porque ela merece uma interpretação. Mas os sentidos podem ser outros, pois a constituição é simbólica entre a palavra e o sujeito (PÊCHEUX, 2008, p. 32). Para melhor entender isso, é pertinente voltar um pouco no tempo.

Em 1969, como exposto resumidamente em capítulo anterior, houve uma exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural. Reuniram-se sequências discursivas, a partir da ideia de que a produção das regularidades das sequências vem de uma máquina discursiva (formação discursiva fechada). As consequências foram condições de produção estáveis e homogêneas; a análise linguística (autônoma) é indispensável à análise discursiva; a análise discursiva implica em construir identidades parafrásticas. Logo, é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita, teórica e metodologicamente. A existência do

outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo: o outro da alteridade discursiva empírica reduzido, seja ao mesmo, seja ao resíduo” (PÊCHEUX, 1993, p. 313).

Já em 1975, na formulação de Pêcheux, ocorreu uma justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual. As relações entre as máquinas estruturais se tornam o objeto da AD. A noção de formação discursiva, de Foucault, explode a concepção de máquina estrutural fechada. Introduce-se a noção de interdiscurso, de fronteiras internas da formação discursiva. O sujeito é assujeitado à formação discursiva (fechamento da identidade). Desloca-se a construção dos *corpora* discursivos. A formação discursiva é campo de regularidades no discurso, uma vez que “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 1997, p. 207). Observa-se um espaço formado pelas regularidades e pelas dispersões enunciativas. Tem-se uma abertura suscetível a mudanças no tempo e no espaço. Há então mudanças no enunciado, o que exerce efeito na formação dos discursos, nos arquivos e nos sentidos produzidos.

Quanto à ideologia, em Pêcheux e Fuchs (1975, p. 165), encontra-se a observação de que, mesmo que a instância econômica se defina a partir de um modo de produção, não se pode considerar a superestrutura ideológica como expressão da base econômica, porque a ideologia não é constituída pela esfera das ideias, acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos. A região ideológica deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre outras bases materiais que lhe dão sustentação. É, pois, na instância ideológica que o sujeito se reconhece como sujeito, sem se dar conta, tendo a sensação de que o faz livremente.

E em 1980, notam-se, também a partir de Pêcheux, novos procedimentos: consideração do outro sobre o mesmo; atenção à alternância de análise linguística e análise discursiva; entrecruzamento de formações discursivas; relevância da heterogeneidade constitutiva e da heterogeneidade mostrada; do intradiscurso e do interdiscurso.

Por conseguinte, assim como tais épocas, em determinadas situações, tiveram seus usos discursivos a partir de suas condições de produção, o presente trabalho também assim o faz.

### **2.1.1 Discurso e condições de produção**

Para se construir um gesto de compreensão de um objeto, não se trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como fato (ORLANDI, 1990). O fato remete a linguagem à sua exterioridade, às relações ideológicas entre formações discursivas, o que permite abordar o

funcionamento do discurso e não apenas a função da linguagem. O funcionamento discursivo não se apresenta na superfície linguística. Para dar conta dele, na interpretação, é preciso partir de marcas linguísticas que indicam propriedades discursivas.

As marcas dizem respeito à organização do discurso. Elas não são suficientes para caracterizar um funcionamento discursivo. Já a propriedade discursiva “tem a ver com a consideração do discurso como um todo em relação à exterioridade, e com a situação (com as instituições, com o contexto sócio-histórico, com a cultura, com a ideologia)” (ORLANDI, 1996b, p. 25).

O que interessa não são as marcas linguísticas em si, mas como elas funcionam no discurso. No nível intradiscursivo, as marcas do discurso apontam para propriedades discursivas que se constituem no interdiscurso. Como o objetivo do gesto interpretativo não é estudar as marcas linguísticas, mas como elas apontam para o discurso, o objeto de estudo pode ser, então, o discurso e, sua unidade de análise, o texto.

Orlandi (2000, p. 30-34) complementa que as condições de produção compreendem os sujeitos e situação. Mas a maneira como a memória os retoma faz valer aquelas. Deve-se levar em consideração o contexto imediato e o sócio-histórico-ideológico. O primeiro refere-se ao local, ao meio, ao momento, ao código etc.; e o segundo aos efeitos de sentido do primeiro. E a memória retoma o interdiscurso.

A noção de condições de produção a partir da ótica de Pêcheux vem articulada à problemática das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Em Pêcheux e Fuchs (1975), o discursivo só pode ser concebido como um processo social cuja especificidade reside na materialidade linguística. Nesse sentido, o discursivo é um dos aspectos materiais da existência das ideologias e as condições de produção são as instâncias em que o discurso ocorre.

Então, um texto parte de contextos, recheado de história, memória, sujeitos e ideologias. É preciso então inteirar-se e deslocar-se num espaço que aqui também é tomado como condição de produção. Este é Chapecó, uma cidade culturalmente rica, de 94 anos e em torno de 190 mil habitantes, que possui imigrantes italianos, alemães, poloneses, japoneses entre outros, além da miscigenação indígena.

Numa retrospectiva histórica, desde os tempos do Brasil-Colônia, a região oestina foi objeto de questões de domínio de sua área: Questão de Missiones ou Questão de Palmas e Questão de Limites (Contestado) entre SC e PR, dificultando o processo efetivo de

povoamento. Os primeiros momentos referentes ao povoamento regional estão ligados aos paulistas em sua marcha rumo ao sul do Brasil.

A criação do Município de Chapecó, em 25 de agosto de 1917, representou para a região oestina: a) a definição da região como parte integrante do contexto catarinense - nova unidade político-administrativa; b) a necessidade urgente de uma ação de colonização para a região por parte das autoridades constituídas em nível local e estadual; c) a transferência da colonização para a iniciativa particular. Assim, a colonização da região inicia-se com as primeiras manifestações no sentido de a região receber ações e empreendimentos das Companhias de Colonização, através da venda e/ou doações de terras por parte do governo.

Chapecó é palavra de origem Kaingang com várias interpretações: "chapadão alto", "chapéu feito de cipó" e "põe no chapéu" para nativos da língua. Segundo pesquisas feitas pelo Dr. Selistre de Campos, a palavra origina-se dos termos "echa" + "apê" + "gô", que na língua dos nativos significa "donde se avista o caminho da roça". A denominação foi oficializada em 25 de agosto de 1917, por ocasião da sua emancipação, através da Lei nº 1.147 do governo estadual. Na época, Chapecó tinha como base territorial a região conhecida como Oeste Catarinense, não havendo limites político-administrativos (DELL`ANTÔNIO, 2009, p. 81-83).

Hoje, o município conta com um Plano Municipal de Educação e um de Saúde (os quais, inclusive, foram objetos de leitura, através do site da Prefeitura: <[www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)>). E agora reúne subsídios para fortalecer um Plano de Cultura que congregue as mais diversas manifestações artísticas e culturais do município e região, respaldado por lei e ancorado pelo poder público municipal<sup>1</sup>.

A proposta de trabalho da Secretaria Municipal de Educação (SED) se ancora no Materialismo Histórico-Dialético a partir de Marx<sup>2</sup>, na Teoria Sócio-Histórica a partir de Vygotsky e na Pedagogia Histórico-Crítica a partir de Saviani. O entrelaçar dessas teorias é feito pela secretaria através das produções de Gasparin. Consequentemente, uma vez que os professores da Fundação Cultural de Chapecó FCC são do quadro de contratação da Secretaria

---

<sup>1</sup> A cidade tem como prefeito um representante do partido dos Democratas (DEM, código 25), de centro-direita, cuja ideologia é o liberalismo social, defendendo a democracia do exercício dos direitos humanos da economia de mercado. Foi refundado em março de 2007 substituindo o Partido da Frente Liberal (PFL), este dissidência do Partido Democrático Social (PSD), este sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) Disponível em: [www.wikipedia.com.br](http://www.wikipedia.com.br). Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

<sup>2</sup> Salienta-se que, antes do governo do DEM em Chapecó, a administração era feita pelo PT, no entanto, quando isso mudou, manteve-se a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação por ser considerada pertinente a realidade social e educacional da cidade.

Municipal de Educação SED, seguem, em linhas gerais, o mesmo percurso teórico, que pressupõe o ensino-aprendizagem na rede municipal de Chapecó. Quanto às especificidades que requerem as áreas culturais da FCC, cabe a cada professor a sua abordagem. O que, eventualmente, ocorre, em comum, são reflexões que concernem à cultura e às artes como um todo.

Como Chapecó vem crescendo estrutural, econômica e culturalmente, assim como outras cidades da região, sentiu-se a necessidade de arregaçar as mangas e registrar e prospectar estratégias e ações para a cultura chapecoense através da constituição do Plano. Vale salientar que a Diretora-Presidente da FCC já vinha acompanhando eventos de cunho estadual e nacional referentes ao caso, buscando assim subsídios teóricos, administrativos e políticos para o desenvolvimento do mesmo. Inclusive, a maior parte dos documentos fontes para o PMCC foram indicações dela para cada área, os quais também não deixam de expressar processos discursivos de outros sujeitos.

Como a pesquisadora, é da área de Letras (contratada temporariamente/anualmente pela SED – Língua Portuguesa - e cedida para a FCC – Literatura -, era uma das pessoas, na FCC, responsável por ajudar a organizar e revisar o PMCC como um todo, mas, principalmente, na área de Literatura, tinha/tem acesso aos documentos que sustentam o projeto bem como o que resultou dele. Mesmo assim, solicitou à Diretora-Presidente da FCC uso deles para fins de pesquisa.

O processo de elaboração do plano se deu a partir de algumas etapas: divisão de grupos étnicos e culturais por setoriais: Literatura, Música, Teatro e Dança, Artesanato, Artes Visuais, Patrimônio Material e Imaterial, Culturas Populares, Arquitetura, Moda; reuniões entre representantes e interessados de cada área; leituras e estudo, discussões e resgate a partir de materiais já existentes que contribuem para compor diagnósticos de cada área; compilação de diretrizes e propostas de ações pertinentes a cada área; revisão e adequação das propostas bem como conjugação de propostas afins, mesmo que de áreas distintas; apresentação das propostas à comunidade; envio do plano para a câmara de vereadores para votação e aprovação; divulgação final do plano pela prefeitura municipal. A responsabilidade pelo documento cabe à Fundação Cultural de Chapecó. Esta atua como difusora da arte, da cultura e do conhecimento, realizando inúmeros programas, projetos e eventos que atraem uma gama diversificada de público em palestras, oficinas, exposições, shows, lançamentos, inaugurações e outros.

A ação educativa desenvolvida pela equipe da Fundação Cultural Chapecó, através de atendimento especializado, aborda questões referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à

preservação do patrimônio e memória, além do incentivo à produção artístico-cultural. A Fundação também atua como articuladora, promovendo parcerias com diferentes entidades ligadas às artes e à cultura. Sua missão institucional é desenvolver políticas públicas que assegurem ao cidadão o acesso à cultura, valorizando a produção artística regional, por meio de gestão ética, transparente e inovadora. E sua visão institucional é ser referência nacional no estímulo à Arte e à Cultura, com excelência em ensino, pesquisa, produção, divulgação e preservação do patrimônio histórico e memória.

A FCC é composta por setores. O de Dança visa contribuir para o crescimento artístico-cultural dos bailarinos, professores e coreógrafos da cidade. Desenvolve projetos de ensino e extensão de dança contemporânea e dança folclórica nos diversos bairros e comunidades do município. Conta com: Curso de Dança Contemporânea; Curso de Dança Folclórica, Alemã e Italiana; Dança Escola (Mostra Municipal de Dança); Festas Étnicas.

O Setor de Literatura compreende a fomentação e divulgação da literatura local, numa perspectiva de Arte, Educação e Cultura. Articula o segmento das Letras no município, viabilizando a valorização desta classe artística, promovendo, a partir de ações e projetos, maior acesso ao livro, estímulo à produção literária, incentivo à leitura – formação de leitores/escritores, democratizando o acesso dos bens culturais aos cidadãos chapecoenses. Suas ações: Projeto Retratos Literários (exposição artística e literária); Semana do Escritor Chapecoense; Feira do Livro do Mercosul; Programações referentes à Biblioteca Pública Municipal Neiva Costella; Projeto Canta e Conta (momento literário e musical); Projeto encontro de leitores; lançamentos de livros, entre outros.

O Setor de Música almeja produção, resgate e formação musical dentro do município, promovendo articulação através de eventos que contemplam os diversos segmentos musicais encontrados na cidade. O trabalho de formação se dá por meio de cursos de Canto Coral, Percussão e Violão nas comunidades, além do Projeto Orquestra Sinfônica e da Escola de Artes de Chapecó, Coral Círculo Italiano; Grupo Vocal de MPB; Coral Infante-Juvenil; Encantar – Encontro Municipal de Corais; Música no Natal.

O setor de Teatro propõe gerar o conhecimento da arte teatral através de promoção de cursos oferecidos à comunidade, dentro do projeto Arte Cidadã; articular os artistas de teatro da cidade; e realizar atividades Artístico-Culturais para difundir o teatro na cidade e região. Conta com: Curso de Teatro; Curso de Clown; Quadros Poéticos; Festival de Teatro de Chapecó.

Atrelados à FCC estão os órgãos públicos: Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella, Museu de História e Arte (MHAC), Museu Antonio Selistre de Campos, Museu da Colonização, Galeria de Artes Dalme Marie Grandó Rauen, Arquivo Público Municipal, Memorial Paulo de Siqueira e Projeto Arte-Cidadã.

O Projeto Arte-Cidadã é uma proposta de trabalho itinerante que visa democratizar na comunidade chapecoense o acesso aos bens culturais e ao saber. Ofertado desde 2005, o projeto busca atender uma demanda social no intuito de proporcionar a formação integral do sujeito. A clientela atendida pode ingressar nos cursos, a partir do 8 anos de idade, não havendo restrição de idade final. Os cursos abrangem diferentes linguagens artísticas, como a música, o teatro, a dança, a literatura, o folclore. Cada uma delas proporciona um tipo de experiência cultural e desperta possibilidades de formação humanística e profissional dos sujeitos.

O projeto Arte-Cidadã objetiva democratizar o acesso à formação cultural, através de cursos e oficinas (citados anteriormente) oferecidos gratuitamente à comunidade, em diversas localidades de Chapecó. Prioriza-se o atendimento de jovens de 07 a 18 anos, em horário complementar à escola, numa perspectiva de educação integral. Atende também adultos e idosos, em projetos com dias e horários específicos. O programa teve início em 2005, de forma experimental e vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Perante tais informações contextuais, locais, institucionais e setoriais, etapas organizacionais do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura têm sido estabelecidas, como, arquivados registros das reuniões/leituras feitas pelas setoriais e das reuniões gerais (e-mails, atas, relatórios, fotos, vídeos), os quais podem servir como um compilado de informações que carregam os mais variados gestos de interpretação, anseios pessoais, profissionais e regionais do que se quer para a cultura de Chapecó, conseqüentemente, apontam para uma pluralidade de leituras e sujeitos-leitores. Logo, tais vontades trazem consigo constituições discursivas e de sujeitos galgadas em formações históricas e sociais que fizeram e fazem parte do desenvolvimento do homem e do lugar em que o homem se encontra, vive, fala, representa e defende, lê, descreve. Nada mais rico para a AD do que um percurso como esse.

Para tanto, tem-se algumas reflexões norteadas por alguns questionamentos. A cultura de um povo, de uma sociedade, envolve elementos artísticos, musicais/instrumentais, bibliográficos, educacionais, visuais, artesanais, comestíveis, performance, históricos, pessoais entre muitos outros. A partir de documentos e leituras pré-determinadas, de cada elemento para compor a representação/conceituação de uma cultura seria possível alguma contribuição no

sentido da reflexão sobre a concepção adotada no PMCC? Se cada setor cultural se preocupa com a linguagem de uma forma diferente, é possível representar essa cultura de uma forma acessível/interpretável/inteligível a partir de questões políticas, sociais, econômicas e pessoais diversificadas?

### **2.1.2 Sujeito, Forma-Sujeito, Formação Discursiva**

Pêcheux (1995, p. 154) trata do sujeito em duas instâncias. O sujeito de direito, que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito. O sujeito ideológico, o qual diz, ao falar de si mesmo: ‘Sou eu!’. Seu mérito é mostrar esse vínculo de uma maneira que o teatro (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo) é observado dos bastidores, de onde se pode captar que se fala do sujeito, ao sujeito, antes que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo!’.

Entra em cena, então, certa maneira de visualizar o sujeito.

A ideologia dá evidências pelas quais se sabe o que é “um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc.”. As evidências fazem com que uma palavra ou um enunciado queira dizer o que realmente diz e obscurecem, sob a transparência da imagem, o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Então, as palavras podem mudar de sentido a partir da posição de quem as usa.

Pêcheux (nas reflexões de 1969 e 1975 da AD), ao conceber o sujeito como revestido de um caráter ideológico, assujeitado à sua FD, concebe também a noção de forma-sujeito. Afirma que uma FD comporta uma forma-sujeito historicamente determinada que, de certa forma, regula o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem. Ocorre, no entanto, que devido à natureza inconsciente da determinação ideológica, o sujeito não percebe a vinculação de seu discurso à forma-sujeito da FD - daí a ilusão de liberdade do sujeito de que fala Pêcheux.

Ao explicar essa ilusão, Haroche (1992, p. 178) observa que “o assujeitamento, ligado à ambiguidade do termo sujeito, exprime bem esta “fixação” de liberdade e de vontade do sujeito: o indivíduo é determinado, mas, para agir, ele deve ter a ilusão de ser livre mesmo quando se submete”.

Para De Nardi (2003, p 70), a ideologia “representa o modo como o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva em relação a qual se constitui, encontrando um lugar de dizer. É a forma-sujeito que simula, para esse sujeito, uma unidade do discurso”.

A posição discursiva dispõe de um desenvolvimento. Em *Semântica e Discurso*, tem-se como formação discursiva: “Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160-161). Para o autor, “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Admite-se que as mesmas palavras podem, no interior de uma formação discursiva dada, ter o mesmo sentido. “A expressão processo discursivo designa o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias que funcionam entre elementos linguísticos significantes em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Toda formação discursiva dissimula, pela transferência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante intrincado no complexo das formações ideológicas. “A esse todo complexo dominante das formações discursivas o autor denomina de interdiscurso, o qual é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

A memória pode ser influenciada por esquecimentos, os quais são explicados a partir de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 177-178): o esquecimento número 1 está relacionado ao processo de enunciação, o dizer sempre pode ser outro que não aquele que está posto; e o esquecimento número 2 está relacionado ao inconsciente, ou seja, o dizer não é original de cada sujeito como se pensa, ele é retomado do outro. Assim, os esquecimentos fazem parte da estrutura dos sujeitos e dos sentidos e têm a ver com a dissimulação da formação discursiva e da interferência da ideologia no já dito (interdiscurso).

Pêcheux (1995, p. 266) resume que “a forma sujeito do discurso na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção do sentido realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira”. Ocorre “uma determinação que se apaga no efeito necessário que ela produz sob a forma da relação entre sujeito, centro e sentido”.

Segundo o autor (PÊCHEUX, 1995, p. 214), “o pré-construído corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade, a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido, ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”.

Sobre a FD, como bem coloca Indursky (2007, p. 78 - 79), em Pêcheux 1975, a noção de formação discursiva representa um domínio de saber, com enunciados que mostram uma maneira de se relacionar com a ideologia em voga, regulando o que deve e pode ser dito. Indursky acrescenta que “é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso [...] pelo viés da forma-sujeito”.

[...] é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica. [...] o sujeito do discurso, ao tomar posição, identifica-se plenamente com seus semelhantes e com o Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da Formação Discursiva. [...] E a identificação do sujeito se dá diretamente com a Forma-sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na Formação Discursiva (grifo nosso) (INDURSKY, 2007, p. 79-80).

Pêcheux (1995, p. 215-217) apresenta três modalidades de tomada de posição do sujeito. Na primeira modalidade, “a *tomada de posição* do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *livremente consentido*” (“o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação”). Na segunda modalidade, o autor dirá que a tomada de posição é uma *separação* “com respeito ao que o “*sujeito universal*” lhe “*dá a pensar*” (“luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno”). E na terceira modalidade, Pêcheux coloca que ela “*integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, [...] de uma tomada de posição não-subjetiva*” (“os conceitos científicos não possuem ‘um sentido’ apreensível no funcionamento de uma formação discursiva, [...], enquanto conceitos, não há nenhuma que lhes corresponda”).

Indursky, quando retoma Pêcheux, ajuda a entender as modalidades de tomada de posição. Ela diz que a primeira fala da superposição entre sujeito e forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, revelando a identificação de uma com a outra e caracterizando o discurso do bom sujeito que reflete o Sujeito (reduplicação da identificação). Na segunda, do mau sujeito, o discurso do sujeito (tomada de posição) é contrário à forma-sujeito e aos saberes por ela organizados na FD (contra-identificação do sujeito que traz o discurso- outro para a FD, tornando-a heterogênea). E na terceira modalidade, o sujeito se desidentifica de uma FD e de

sua forma-sujeito para se identificar com outra FD e, por conseguinte, com outra forma-sujeito (desidentificação completa). Diante disso, “a igualdade dos sentidos e unicidade do sujeito dão lugar à diferença dos sentidos e à fragmentação da forma-sujeito (INDURSKY, 2007, p. 80-83).

Além do sujeito e da formação discursiva, entende-se que a pesquisa em questão também abarca menções sobre autoria. Machado (2008, p. 67) trata a função autor como “ligada aos sistemas legais e institucionais que determinam e articulam o domínio dos discursos, porém, não operam de maneira uniforme em todos eles, em todas as ocasiões e em qualquer cultura”.

A autora faz entender que se deve considerar a presença do indivíduo empírico na escrita, como suporte de registro, o que implicaria num sujeito enquanto autor que se desloca de lugar para sujeito-discursivo pela ideologia que há em qualquer prática discursiva.

Concomitantemente, ocorrem diferentes posições-sujeito e formações discursivas. Ao se inscrever no interdiscurso, o sujeito faz história com seu dizer e, enquanto autor produz evento de interpretação. Como no interdiscurso há várias vozes, tem-se heterogeneidade no discurso. Mas os sujeitos-leitores podem usar do individualismo de uma determinada instituição, movimentando a produção dos sentidos. Logo, a autoria controla os sentidos que escapam pela língua.

O sujeito, conforme Machado (2008, p. 75-77), na função-autor, torna-se um leitor virtual (idealização textual projetada pelo autor). E a materialidade do texto carrega um efeito-leitor (interpretação do produtor e memória do leitor), pois a textualidade proporciona múltiplas leituras (espaço simbólico aberto).

Resumidamente, o sujeito-autor ocupa lugar discursivo e social (duplamente), a função-autor gerencia a escrita a partir da origem do dizer, o efeito-autor levanta gestos de interpretação de saberes do interdiscurso (inconscientemente); o sujeito-leitor ocupa lugar discursivo e social (mutuamente), a função-leitor gerencia a leitura e os sentidos, o efeito-leitor também levanta gestos de interpretação de saberes do interdiscurso (inconscientemente) identificando-se ou não com a posição-sujeito.

No caso do *corpus* desta pesquisa, perceber-se-á que os sujeitos, em geral tendem a achar que são donos do que dizem, do que conceituam, até mesmo porque se percebem paráfrases entre uma sequência discursiva e outra, e os esquecimentos são acionados.

### 2.1.3 Intradiscurso, Interdiscurso, Ideologia

O intradiscurso contempla o discurso transversal, o discurso com relação a si mesmo (agora-antes-depois), o fio do discurso, o discurso de um sujeito, o efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Na formulação desse discurso, pensa-se que se controla o dizer, ocorrendo relação com o Sujeito Universal (com uma Ideologia), com aquilo que todo mundo sabe, linearizando o dizer (PÊCHEUX, 1995, p.146).

Então, o momento do dizer é importante para o interdiscurso, pois o interdiscurso se apoia no momento do dizer. O interdiscurso contempla o pré-construído – aquilo que todo mundo sabe, ou seja, a matéria-prima do sujeito-falante, o que, pela formação discursiva, pode e deve ser dito. Esta se configura no interior do interdiscurso, e o sujeito do discurso é duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente.

Assim, um texto só adquire sentido no interior de uma FD que se configura a partir do interdiscurso, determinado pelo já dito, isto é, por todos os discursos já instituídos.

Chauí (1981, p. 25-26), quando trata da ideologia, afirma que a mesma é uma atividade filosófico-científica que estuda a formação das ideias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações. É um conjunto de ideias de uma época, tanto como ‘opinião geral’ quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

Chauí resume que

O conhecimento da realidade exige que diferenciemos o modo como uma realidade aparece e o modo como é concretamente produzida. Imediato, abstrato e aparência são movimentos do trabalho histórico negados pela mediação, pelo concreto e pelo ser. São termos contraditórios e reais. Sua síntese é efetuada pelo espírito. É o que Hegel denomina conceito (CHAUÍ, 1981, p. 41).

E complementa:

Da concepção hegeliana, Marx conserva o conceito de dialética como movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição. Porém Marx demonstra que a contradição não é a do Espírito consigo mesmo, entre sua face subjetiva e sua face objetiva, entre sua exteriorização em ideias: a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais reais e se chama luta de classes (CHAUÍ, 1981, p. 47).

De acordo com Chauí, a ideologia é um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.

A ideologia resulta da prática social, nasce da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, essa representação é sempre necessariamente invertida. A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes (CHAUÍ, 1981, p. 92).

Pêcheux critica a ideologia concebida por Marx. A abordagem sobre a instância ideológica permite refletir a concepção de formação ideológica.

Conforme Chauí, recém-referida, Marx concebe a ideologia como um sistema de ideias, de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social. Na obra *Ideologia Alemã* (Marx e Engels, 1982, apud CHAUÍ, 1981, p. 92), a ideologia aparece pensada como uma construção imaginária – ainda na perspectiva de que a ideologia não tem história – seria o estudo da origem e formação das ideias.

Para Pêcheux, a estreita relação entre práticas sociais e práticas discursivas torna possível entender a instância ideológica, pois comenta que Althusser se pauta na formulação de Marx sobre a “ideologia ser o estado” para discutir o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado.

Quanto à ideologia, em Pêcheux e Fuchs (1975, p. 165), encontra-se a observação de que, mesmo que a instância econômica se defina a partir de um modo de produção, não se pode considerar a superestrutura ideológica como expressão da base econômica, porque a ideologia não é constituída pela esfera das ideias, acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos. A região ideológica deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre outras bases materiais que lhe dão sustentação. É, pois, na instância ideológica que o sujeito se reconhece como sujeito, sem se dar conta, mas tendo a sensação de que o faz livremente.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1995, p. 152), dá um enfoque marxista-leninista para designar o fato de que as relações de produção são relações entre homens – não relações entre coisas, máquinas.

Também em *Semântica e Discurso*, tem-se que

‘Só há prática através de e sob uma ideologia; [...] Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos; [...] a categoria de sujeito é a constitutiva de toda ideologia.[...] Este termo

não é nem sujeito nem objeto, mas atributo do objeto. [...] é rigorosamente contemporânea ao emprego do termo 'ideologia' no singular, o sentido de 'toda ideologia' (PÊCHEUX, 1995, p.149).

O sujeito e a sua função social estão intrincados ideologicamente, uma vez que um não vive nem se constitui sem o outro, e isso permite compreender a divisão da sociedade em classes.

Mais adiante, Pêcheux (1995, p. 151-152) traz que “enquanto ‘as ideologias têm uma história própria’, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica’, estes são imutáveis em toda a história das sociedades de classe. Assim, para o mesmo, o conceito de Ideologia em geral conduz a pensar no homem enquanto parte da natureza (animal ideológico).

Nessa mesma direção, Orlandi (2000, p. 46-54) mostra que o trabalho da ideologia é “produzir evidências, enquadrando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. [...] Não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia.” Segundo ela, esse sujeito, na produção dos sentidos através da língua e da história, se submete a estas, tornando-se assujeitado. Ele está sujeito a falhas e equívocos, visto que se apropria do discurso do outro e nem sempre diz tudo, nem a língua, nem o próprio sujeito dá conta de tudo o que quer ou pode dizer. Porém, nem sempre o sujeito consegue se deslocar para outro discurso, ocorre, então, que ele só repete o mesmo discurso, literal, formal ou historicamente.

O até aqui escrito possibilita a compreensão de que Chauí desfruta de uma posição idealista diante do conceito de ideologia, ao passo que Pêcheux e Orlandi se enquadram numa perspectiva ideológica materialista. Enquanto a primeira autora expande o conceito a partir de ideias, os outros dois se focam em práticas. E, embora, os três autores tomem o homem e sua naturalidade para compor a ideologia, parece que Chauí pensa num indivíduo que adquire ideologia e Pêcheux e Orlandi pensam num sujeito já dotado de ideologia, por ela constituído.

Portanto, o que se sabe sobre o que se diz de uma sociedade e o sentido a que isso pode levar são, igualmente, importantes. Sendo assim, o já dito/interdiscurso na sociedade chapecoense, já significado, interfere no dito no momento/intradiscurso de elaboração do Plano e principalmente, na aplicação/coleta do questionário sobre os conceitos que envolvem a cultura como um todo. Esses dois conceitos da AD interagem entre si e ajudam a

interpretar/compreender a memória discursiva que perpassa os gestos de leitura alcançados pelos sujeitos da pesquisa.

#### **2.1.4 Memória, sentido e interpretação**

Para Pêcheux (1999, p. 50-53), a memória deve ser entendida não como algo individual, mas social e histórico. “A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível ao próprio legível”.

A memória, o que se sabe do que se diz, pode ser influenciada pelos esquecimentos, como posto anteriormente, explicados por Pêcheux: um está relacionado à enunciação (o dizer sempre pode ser outro) e o outro ao inconsciente (o dizer não é original, é retomado do outro). Logo, os esquecimentos são parte da estrutura dos sujeitos e dos sentidos.

Conforme De Nardi (2003, p. 79), entre esquecimento e retomada que habita a memória, não existe sujeito sem memória porque é a base de sua identidade, logo não há discurso que possa dela fugir, dado que por ela se fazem os possíveis sentidos.

[...] há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os discursos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça... (DE NARDI, 2003, p. 66).

Nesse sentido, Orlandi (2000, p. 22-37) acrescenta que os locutores provocam efeito de sentidos: o discurso está posto, com suas regularidades e seu funcionamento a partir de sua condição de possibilidade que é a língua.

Por conseguinte, a AD coloca em cheque a interpretação a partir de gestos que influenciam o real do sentido, e essa compreensão dá margens para outros sentidos constituintes de um todo. Mas os sentidos dependem, além das palavras, das condições de produção que não dependem apenas das intenções dos sujeitos.

Essas condições de produção englobam os sujeitos (interlocutores), as situações (fatos), as memórias (o saber do dizer), os contextos imediatos, socio-históricos e ideológicos, o interdiscurso (pré-ditos) e o intradiscurso (dizer momentâneo).

Se há retomada do dizer do outro, há paráfrase e, se nesse processo houver deslocamentos de dizeres, haverá então polissemia. Vale ainda pontuar que esses conceitos tencionam-se entre si e influenciam os sujeitos e os sentidos em relação à história e à língua, de acordo com o mesmo referencial teórico em questão.

Pêcheux (1999, p. 52-53) fala do jogo de força da memória a partir do choque do acontecimento: uma força para manter uma pré-existente regulamentação com os implícitos a ela vinculados (paráfrase); outra força de desregularização que abala os implícitos (polissemia).

Toma-se novamente Orlandi (1996b, p. 200-202) para complementar que a leitura parafrástica (reconhecimento/reprodução de sentidos) e a polissêmica (atribuição de múltiplos sentidos) dependem dos níveis de sujeitos e discursos. A autora dá exemplos: discurso lúdico e poético/sujeito textual – polissemia saliente; discurso científico ou de auditório/sujeito do enunciado – paráfrase saliente. Mas ambas trabalham com conhecimento extra-texto, visto que se devem considerar as condições de produção da leitura.

Além disso, a AD trabalha com formações imaginárias: de força, de sentido e de antecipação, uma vez que todo discurso se relaciona com outros (sentido) e assim experimenta os (antecipação), mesmo o sujeito não deixando de dizer algo a partir do lugar que o constitui (força). Consequentemente, a formação do discurso considera instâncias específicas dos discursos e suas relações. O sujeito se insere numa formação discursiva e não em outra ao fazer discurso, daí decorrem os diferentes sentidos, e palavras mesmas podem significar diferentemente: tem-se a metáfora. (ORLANDI, 2000 p. 39-44)

Para interpretar, se esse sujeito repete ou desloca seu discurso a partir da interpelação que o cerca ideologicamente, importante é tomar outros conceitos que podem contribuir para um gesto de sentido mais apurado subjetivamente.

Grantham (2009, p. 46-62) vai apontar que a leitura parafrástica e a polissêmica tem a ver com o limite entre o mesmo e diferente, e a linguagem se assenta entre eles porque é vulnerável a falhas. O dizer é outro porque aparece em outro lugar/tempo, mesmo na repetição, até mesmo porque, por exemplo, um mesmo texto não é lido igualmente em diferentes situações.

Assim, leitura parafrástica fica no campo de estabilização dos sentidos e leitura polissêmica fica no da ruptura.

## 2.2 Cultura, Literatura, Identidade Cultural, Patrimônio Histórico

Como a cultura agrega as mais variadas áreas artísticas, considera-se pertinente esboçá-la de uma forma mais abrangente daquilo que está posto nos blocos discursivos.

No PMCC, cultura pode ser vista como um objeto institucional de organização de uma sociedade, dado que comporta aspectos sociais, relacionais que fazem parte da população de Chapecó ou, pelo menos, de uma parte dela. Esses aspectos são dirigidos pela instituição Fundação Cultural de Chapecó. Mas, interessa, neste trabalho, montar um apanhado teórico sobre o conceito de cultura, a fim de interpretar tais conceitos através das sequências discursivas destacadas.

Santos (1994, p. 7-9) define cultura a partir da humanidade em toda sua riqueza e multiplicidade de formas de existência. Se cada realidade cultural tem sua lógica interna, deve-se conhecê-la para que seus costumes e transformações façam sentido. Assim, estudar cultura contribui para combater preconceitos e dignificar as relações humanas.

Mas o autor também chama atenção para algo importante:

Não existe relação necessária entre características físicas de grupos humanos e suas formas culturais, nem tampouco a multiplicidade das culturas implica quebra da unidade biológica da espécie humana. A diversidade das culturas existente acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza (SANTOS, 1994, p. 15).

Além do mais, de acordo com este mesmo teórico (1994, p. 20-35), as culturas movem-se pelo que existe e pelo que ainda pode vir a existir. Santos apresenta duas concepções básicas de cultura, uma remete a aspectos de uma realidade social (exemplo: cultura francesa, inglesa etc...) e a outra ao conhecimento, ideias e crenças de um povo (a língua francesa, a literatura inglesa etc...).

Em termos históricos, o autor ensina que a preocupação com a cultura ocorre desde o século XVIII na Alemanha. Cultura vem do latim *colere* – cultivar. Os romanos pensaram-na como refinamento pessoal. Cultura serviu como distinção entre humano e animal e, no século XIX, vinculou-se à preocupação pelo conhecimento científico.

Relacionada à nação, cultura servia como sinônimo. As preocupações com a cultura eram tanto elitizadas quanto comuns, embora as discussões sobre cultura nos séculos passados levassem à distinção entre aspectos materiais e não materiais da vida social.

A cultura popular é pensada em relação à cultura erudita, pois tenta classificar as formas de pensamento e ação das populações mais pobres de uma sociedade, uma vez que são diferentes da cultura dominante, que determina a popular. “Lutas políticas têm manifestações culturais” (SANTOS, 1994, p. 56-57).

Outros autores complementam/partilham o/do que mostrou Santos sobre cultura. Tida, muitas vezes, como folclore, religiosidade, artefatos afins, a cultura popular, conforme Arantes (2007, p. 16- 18), abarca resquícios de pesquisas culturais tradicionais que vem da antiga cultura dita ‘cultura’. “O que é identificado e escolhido como elemento constitutivo das tradições nacionais é recriado segundo os moldes ditados pelas elites e, com nova roupagem, desenvolvido, digerido e devolvido a todos os cidadãos”.

O autor corrobora com a ideia de pesquisas que dizem: “É verdade que o empenho do homem está dirigido para fins; mas esses fins são moldados pelos valores da cultura; e os valores são sentidos como intrínsecos, não como meios. E os valores são variáveis e relativos, não predeterminados e eternos [...]” (ARANTES, 2007, p.24-25).

Arantes desenvolve outras ideias pertinentes ao entendimento da cultura:

Os elementos culturais nada significam individualmente. [...] Eles ganham esses significados em decorrência dos contrastes significativos que construímos enquanto participantes de um mesmo grupo social [...] e que sinalizamos por meio de conjuntos de elementos que convencionamos permutar em um mesmo contexto; [...] o significado é função do contexto de ocorrência: em diferentes contextos [...] um mesmo item cultural possui significados diversos; [...] um mesmo objeto condensa significados próprios a diferentes contextos [...]; os significados culturais não são compreendidos através da contemplação passiva do objeto significante, mas com referência ao universo de significados próprio de cada grupo social (ARANTES, 2007, p. 30-32).

Compartilhando das ideias do autor, pode-se dizer que a cultura se dissemina em todo lugar que tenha vida social, pelas relações, interpretações, estruturações de grupos consigo

mesmos e com a natureza. O que gera diferentes visões do mesmo evento cultural, determinando seus limites e lhe dando sentido é o jogo de interesses políticos diversos.

Arantes fecha seu apanhado sobre cultura com uma síntese que muito se aproxima deste estudo e, portanto, digna de ser apresentada:

*fazer teatro, música, poesia ou qualquer outra modalidade de arte é construir, com cacos e fragmentos, um espelho onde transparece, com suas **roupagens, identificadoras particulares, e concretas**, o que é mais abstrato e geral num grupo humano, ou seja, a sua organização, que é **condição e modo da sua participação na produção da sociedade**. Este é, a meu ver, o sentido mais profundo da cultura, ‘popular’ ou outra (ARANTES, 2007, p. 78) (grifo nosso).*

A cultura chapecoense pode estar se mostrando, neste trabalho, mesmo em meio a roupagens, e é por isso que a Análise do Discurso foi escolhida, para auxiliar a “despir” a cultura e entender porque ela se coloca como tal. A posição cultural chapecoense é ideologicamente afetada por ilusões que acometem os sujeitos a pensar que sabem do que falam porque acham que o que falam é original (deles mesmos), mas a memória discursiva em questão é que os faz agir assim. As sequências discursivas vão mostrar isso com mais clareza.

Para tanto, é importante continuar acrescentando noções culturais. Coelho (1999, p.103) diz que “cultura remete à ideia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante”.

Já Gilberto Freyre (1969, p. 20) conceitua cultura como um conjunto de hábitos, valores, influências sociais e costumes reunidos ao longo do tempo, de um processo histórico de uma sociedade. Além disso, acrescenta que tudo o que se incorpora à vida dos indivíduos, preenchendo seu cotidiano, com o passar do tempo, pode ser cultura.

Percebe-se que Coelho pensa pontualmente, ao passo que Freyre reflete cultura, considerando a progressão do tempo. E, ao pensar nos conceitos de cultura emergentes das sequências analisadas a seguir, lembra-se que elas caminham para as duas perspectivas comentadas pelos autores, até mesmo porque cada formação discursiva deixa transparecer seus diferentes ou complementares ‘pontos de vista’. Por esse motivo, continua-se levantando dados de outros autores que colaboram para que não se pense num conceito de cultura necessariamente fechado, estanque ou minimalista.

Darcy Ribeiro também dá sua contribuição, pontuando cultura como:

herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação (1972, p. 97-98).

Para o mesmo autor, a cultura possui três conteúdos fundamentais: sistema adaptativo (conjunto de formas de ação sobre a natureza para a produção das condições materiais de existência das sociedades); sistema associativo (conjuntos de modos de organização das relações interpessoais para os efeitos da reprodução biológica, da produção e da distribuição de bens e da regulação do convívio pessoal); sistema ideológico (conjunto de ideias e sentimentos gerados no esforço por compreender a experiência coletiva e por justificar ou questionar a ordem social). Neste último, encaixam-se tais conteúdos: linguagem, saber, mitologia, religião e magia, artes, corpos de valores éticos (RIBEIRO, 1972, p. 98).

Magalhães (1981), ao abordar a relação entre cultura e desenvolvimento, considera importante o passado para entender o presente e o futuro no que tange à diversidade cultural. Logo, a homogeneização cultural tende à regressão da diversidade da mesma. A cultura precisa da temporalidade para se desenvolver.

E segundo García Canclini (1987, p. 91), a cultura contribui para a atividade governamental, uma vez que a política cultural estimula ações coletivas, reunindo iniciativas diversas, política e socialmente. Sendo assim, através da política, enquanto sistema, a cultura não tende à homogeneização e, conseqüentemente, à regressão da diversidade.

Em Boel, Milane e Birkner (2010a, p. 204-209), tem-se que, para Thompson (1995, p. 165), o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como sócio-histórico constituído de um campo de significados. Além disso, a cultura pode se entendida de duas formas: 1) antiga e estreita; 2) a alta cultura da elite.

A cultura é um estilo de vida próprio, um modo de vida particular, que todas as sociedades possuem e que as caracteriza. Assim, os indivíduos que compartilham da mesma cultura apresentam identidade cultural. Cultura é caracterizada pelas tradições construídas historicamente, a presença da igualdade e da diferença a um viés hegemônico da produção e do desenvolvimento econômico, não resulta em isolamento de grupos, mas os faz distintos quando há outros elementos culturais inseridos na sua cultura (MILANI, 2010, p. 237-240).

Em outro artigo de Boel, Milane e Birkner (2010b, p. 157), referenda-se que, segundo Sérgio de Andrade Pinto (2007, p. 02), existem questões centrais para resolver na cultura: “a delimitação do seu campo de atuação e a sua participação na concepção de estado e da elaboração das políticas sociais, levando ao entendimento sobre quais ações devem ser consideradas na análise”. Desta maneira, o tema relaciona-se com todos os espaços de governo e tem como foco o social. Cita-se, no artigo, também Humberto Cunha Filho (2004, p. 29, apud Boel, Milane e Birkner, 2010b, p. 157)), o qual apresenta uma concepção de cultura para o Direito Brasileiro: “a produção humana juridicamente protegida, relacionada às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, vinculada ao ideal de aprimoramento, visa à igualdade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos”.

O mesmo material aponta que, segundo informações das páginas do Ministério da Cultura ([www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)), o Sistema Municipal de Cultura (SMC) “é um processo que visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural, estabelece novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e cria instâncias de efetiva participação de todos os segmentos sociais no meio cultural”. O Sistema também objetiva articular e implantar políticas públicas que proporcionem a interação da cultura com outras áreas. Para que os municípios implantem os Sistemas Municipais de Cultura (SMC), é necessária a criação de: Secretaria Municipal de Cultura ou Fundação Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Cultura, Sistemas Municipais Setoriais de Cultura, Programa Municipal de Formação Cultural e Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais. A partir disso, os municípios têm condições de integrarem-se aos planos estadual e nacional dos sistemas de cultura. Os ingressos daqueles nestes possibilitam uma maior facilidade na promoção e execução das políticas públicas de cultura integral e, articuladamente, facilita ainda a obtenção de recursos (BOEL, MILANE E BIRKNER, 2010b, p.160).

Adiciona-se ademais que “O Conselho Municipal de Política Cultural é uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, sendo integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Cultura”. Ele tem como principal objetivo formular estratégias e coordenar a execução das políticas públicas da cultura, além de fiscalizar o uso dos recursos aplicados nas políticas públicas do setor.

Os autores mostram que A Conferencia Municipal de Cultura dispõe de espaços de participação da sociedade. Por conseguinte, o Plano Municipal de Cultura (PMC) é “elaborado pelo Conselho Municipal de Política Cultural, a partir das diretrizes definidas nas conferências

municipais de cultura”. A finalidade do plano é pensar e executar as políticas públicas de cultura, levando-se em consideração a proteção e promoção da diversidade cultural de cada município a curto, médio e longo prazo. Deve estar articulado ao SNC e ter validade de dez anos. É um instrumento fundamental no processo de institucionalização das políticas públicas de cultura municipal, estadual e nacional. E o Fundo Municipal de Cultura visa à captação de recursos para custear a execução de programas, projetos e ações culturais, exclusivamente. Deve ser o principal instrumento de financiamento das políticas públicas culturais do município.

“A configuração da cultura em sistemas setoriais busca atender a complexidade da área cultural, que demanda diversos formatos de organização compatíveis com as especificidades e seus conteúdos”. Conforme o Ministério da Cultura, tais sistemas podem ser divididos em museus, bibliotecas, arquivos, teatros e centros de patrimônio, todos já estruturados e os que ainda vão ser criados devem fazer parte do Sistema Municipal de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura (BOEL, MILANE E BIRKNER, 2010b, p. 163).

Para tanto, a formação dos gestores das políticas públicas de cultura e de outras pessoas relacionadas à área é uma estratégia para a implementação e gestão do SNC. Dessa maneira, é necessário preparar profissionais capacitados. Logo, para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões, são fundamentais informações claras, confiáveis e atualizadas sobre o campo da cultura. Então, o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Políticas Culturais, criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (BOEL, MILANE E BIRKNER, 2010b, p. 164).

Chapecó responde a esse quesito tendo como mediação a participação da primeira dama no Conselho Estadual de Cultura. Mas, como bem lembram Boel, Milani e Birkner (*Idem*, p. 170), “embora as políticas públicas de cultura estejam presentes nos discursos políticos, nem sempre a prioridade do discurso garante a prioridade de recursos para a cultura e suas políticas”.

Por Neckel e Bueno (2010, p. 184-185), observa-se que “Cultura funcionaria como uma bússola da civilização. Os repertórios culturais dariam sentido aos olhares dos sujeitos e legitimariam suas ações enquanto membros de uma determinada sociedade. Nessa esteira, o conceito de patrimônio cultural funcionaria como rota possível, marca material, da bússola definidora”. As autoras adiantam que, segundo Marconi e Presoto (2001, p. 42, apud NECKEL e BUENO, 2010): não há humano desprovido de cultura. Nessa perspectiva discursiva, o indivíduo biopsicossocial é interpelado sujeito pela ideologia. Assim, o laço social, pelos

mecanismos de institucionalização, produz os modos de subjetivação desse sujeito. Consequentemente, a cultura, como forma constitutiva do sujeito, produz sua identificação. Sendo assim, a cultura pode ser considerada resultado de intervenção e inscrição social, podendo ser aprendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação de geração em geração, considerando a quantidade de conhecimentos nela contida: sobrevivência, organização social, usos e costumes, crenças, técnicas de trabalho, parentescos, vestimentas, artefatos etc.

O termo cultura, segundo Crespi (1997, p. 14, apud NECKEL e BUENO, 2010), foi utilizado por primeiro “para referir o processo de formação da personalidade humana, através da aprendizagem”. Para os gregos, cultura definia as qualidades pessoais, as quais os indivíduos resgatavam de sua sociedade. Conforme o autor, “o indivíduo considerado culto é aquele que, assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais”. Já para os romanos, o termo “deriva do latim colere, que indicava inicialmente a ação de cultivar a terra e criar o gado”. Este “cultivar” alarga-se para o “cultivar” do espírito, o qual se estende para a fala, artes, ciências etc., ou seja, para o intelecto dos indivíduos. Assim, discutir cultura é expandir para questões como o “[...] patrimônio universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade, aberto a todos, constituindo, enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência” (CRESPI, 1997, p. 15, apud NECKEL e BUENO, 2010, p.185-186).

Entretanto é preciso pensar, em meio a esse contexto cultural, no sentido de representação cultural. Chartier (1990, p. 16-17) menciona que a história cultural objetiva identificar a maneira que lugares e monumentos de uma realidade social são constituídos, refletidos, transmitidos, uma vez que as representações sociais, mesmo tendendo à razão, demonstram interesses grupais. Sendo assim, é imprescindível o contraponto dos discursos com quem os profere, pois eles produzem estratégias que impõem autoridade, explicitando opções e atitudes.

Pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

Encontrando teoria e prática, uma leitura externa à constituição do PMCC leva a crer que os sujeitos que emanam dos discursos recortados para análise tendem a mostrar a sociedade que conhecem, pensam que conhecem/querem, pensam que querem.

Conforme Chartier (1990, p. 20), pode-se pensar a representação como “instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma <imagem> capaz de reconstruí-lo em memória e de o figurar tal como ele é”.

A problemática do <mundo como representação>, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz, obrigatoriamente, a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos ou imagens que dão a ver e a pensar o real. [...] a maneira como ‘os discursos’ afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (grifo nosso) (CHARTIER, 1990, p. 23-24).

Assim, importante é, tanto para o mesmo autor, quanto para a pesquisadora reconhecer “a caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 1990, p. 27-28).

E como toda cultura requer sua literatura, também esta requer, primeiramente, sua conceituação, visto que a literatura é a área na qual a pesquisadora está inserida (principalmente para a confecção do Plano Municipal de Cultura de Chapecó) e através da qual se justifica também a ideia desta pesquisa.

Assim, partindo, primeiramente, de uma perspectiva escolar, de acordo com Faraco (2003, p. 444), “A literatura é [...] componente do complexo de manifestações que compõem a cultura de uma sociedade qualquer. Damos o nome de literatura especificamente ao conjunto de obras escritas de ficção, de poesia e de teatro”. O autor aponta ainda que “Ao estudar a história da nossa literatura, estaremos nos abrindo para uma compreensão mais abrangente da história da nossa cultura, o que é indispensável na nossa formação como cidadãos. Sem uma perspectiva histórica, nós ficamos sempre muito limitados na compreensão da nossa realidade”.

Interessante é perceber nesse apanhado teórico que a literatura é considerada um elemento da cultura e que esta faz parte da formação do cidadão, historicamente constituído. Isto porque, conforme Lajolo (2001, p. 9-16), a literatura aborda vários mundos, alguns semelhantes aos humanos (de fome, miséria, corrupção) e outros distintos (espíritos, anjos, demônios). Ela traz seres artificiais de laboratório, histórias só de imagens, poemas com ou sem

rima. Aliás, como bem diz a autora, um texto pode ou não ser ou deixar de ser literatura ao longo dos tempos, depende do ponto de vista, do significado da palavra e da situação.

Então, conforme Lajolo (2001, 17-35), “uma obra literária é um objeto social muito específico”, para que exista, é necessário um escritor e um leitor, um editor, um distribuidor e um livreiro. Além disso, ela precisa ser proclamada por instâncias competentes (instituições, eventos, titulações), as quais respaldam o valor literário dos textos.

E a escola também dá crédito à literatura, através da censura estética e do encaminhamento literário a partir dos clássicos (classis – classicismo – juízo de valor do que é bom - classe de escola). A própria autora traz o significado de literatura do dicionário Aurélio e ressalta que ela vem do latim *littera* (letra), estreitando relações entre literatura e escrita. “Saber ler e escrever, além de fundamental para exercício de graus mais complexos de cidadania, constitui marca de distinção e de superioridade em nossa tradição cultural.” Antigamente, a literatura significava domínio e conhecimentos gramaticais, só no século XVIII que ela começou a ser popularizada, aproximando-se do que é hoje. Sem contar que a tensão entre a oralidade e a escrita sempre existiu na literatura, uma vez que os movimentos artísticos e tecnológicos competem com a escrita. Ela pode ser dita como uma situação especial de uso da linguagem, através de diferentes recursos, sugerindo significação arbitrária, fragilidade entre ser e nome e, de cada ser o impermeável e o irreduzível.

A literatura é porta para variados mundos que nascem das várias leituras que dela se fazem. Os mundos que ela cria não se desfazem na última página do livro, na última frase da canção, na última fala da representação nem na última tela do hipertexto. Permanecem no leitor, incorporados como vivência, marcos da história de leitura de cada um (LAJOLO, 2001, p. 35).

E ainda,

O universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e da recriação do segundo, é um universo que corresponde a uma síntese, intuitiva ou racional, simbólica ou realista – do aqui e agora da leitura, ainda que o aqui e agora do leitor não coincidam com o aqui e agora do escritor (LAJOLO, 2001, p. 47).

Tudo começa na Grécia, com Homero, Sófocles, entre outros, através de poesias, conflitos, tragédias etc. Na Idade Média, a literatura recheava canções e festejos, mesmo aos olhares do catolicismo ou da aristocracia. E o tom ocioso dos literatos perdura até hoje. Mesmo

assim, no Romantismo, a literatura ganhou um pouco de popularidade com os romances de folhetim que animavam as donzelas românticas, de linguagem mais livre e ousada. E como se não bastasse, um período literário contrastar um pouco o anterior, aproxima-se o Realismo, trazendo veracidade, denúncia e ciência para os leitores iludidos de amor. Chega, na sequência, a modernidade, a contemporaneidade, com sua mistura de estilos, seu conjunto de velho e novo num mesmo cenário. No caso do Brasil, este é redescoberto, retratado, testemunhado e, diferentes cores, sabores, vozes, códigos mostram a literatura atual, que é também internacional porque é virtual e fala até de si mesma. Nesse jogo de ideias, a própria identidade é mexida.

Recordando outro estudioso, mostra-se que “a literatura considerada de *elite* na tradição ocidental, sendo hermética em relação ao leitor de cultura mediana, exprime quase sempre a autoconsciência extrema de um grupo, reagindo à opinião cristalizada da maioria, que se tornou pesada e sufocadora” (CÂNDIDO, 1976, p. 86 - 87).

É como se apenas alguns, os mais elitizados, tivessem acesso à literatura e, assim, o restante da sociedade se recuasse e, automaticamente, se eximisse.

Porém, a literatura vai tomando seu espaço não apenas entre a elite, pois faz parte da evolução da sociedade como um todo. Tanto para o crítico quanto para o estudioso da cultura e da sociedade, ela é, contudo, uma elaboração de novos meios expressivos e um desenvolvimento de nova consciência artesanal, que produzirão novas formas de expressão literária, mais ou menos ligadas à vida social, conforme os acontecimentos os solicitem (CÂNDIDO, 1976, p. 136).

Ou seja, literatura também é lugar de identidade cultural, pois, segundo Hall (2005, p.12-13), o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, que não são unificadas ao redor de um eu coerente. Dentro de cada um, há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que as identificações estão sendo continuamente deslocadas. E se perceber que há uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque se constrói uma cômoda estória sobre si mesmo ou uma conformadora narrativa do eu.

A identidade, segundo o autor, surge não da plenitude que já está dentro de cada um como indivíduo, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do exterior, pelas formas através das quais se imagina ser visto por outros. A identidade completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, se é confrontado por uma multiplicidade desconcertante

e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais se pode identificar – ao menos temporariamente.

O falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de uma identidade. As palavras são multimoduladas. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de melhores esforços para cerrar o significado. As afirmações são baseadas no dizer, conduzidas na corrente sanguínea da língua.

Tudo o que se diz tem um ‘antes’ e um ‘depois’ - uma ‘margem’ na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas é constantemente perturbado pela diferença. (HALL, 2005, p.41, comentando sobre leituras de Derrida, Saussure e Lacan).

Assim, ao invés de falar da identidade como uma coisa acabada, dever-se-ia falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. Psicanaliticamente, continua-se buscando ‘a identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de “eus” divididos numa identidade porque se procura recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2005, p.39).

A identidade em Pêcheux (1995, p. 164) é uma relação possível de substituição. A posição de cada elemento numa determinada esfera supõe redes significantes que se constituem e sustentam as identidades. Se um elemento se identifica com outro, esse outro pode se identificar com o primeiro. Eles podem se substituir, no entanto a substituição do primeiro pelo segundo não é a mesma que a do segundo pelo primeiro.

Logo, a identidade é mutante e, portanto, indeterminada enquanto estrutura social; os indivíduos são sociais, no entanto não são os mesmos. A cultura em relação ao sujeito, enquanto posição, não foi esquecida pela AD, apenas deu-se mais espaço à relação entre língua e sujeito, mas o viés social não deixa de fazer parceria com o histórico, como bem coloca Ferreira. Essa autora esclarece que a noção de cultura se sustenta aos poucos, pois “é um todo complexo; que envolve um feixe heterogêneo de elementos e relações” e “remete à relação do homem com a natureza, que é por ele trabalhada”, chegando-se ao “homem culto, no sentido de cultivado, no qual viceja o saber, aquele em que ‘plantando tudo dá’. Mas cultura remete também ao culto, trazendo consigo um sentido de sacralidade”.

[...] a cultura, pelo viés discursivo, se torna um lugar de produção dos sentidos, que muitas vezes são naturalizados e passam a reforçar o efeito de apagamento da

historicidade de certos fatos sociais. Isso determina a quase banalização de certos comportamentos distintos e idiossincráticos de determinados povos e comunidades, sendo-lhes atribuída a mesma explicação: *isso é cultural* (FERREIRA, 2011, p. 56-59).

De acordo com a autora citada, é preciso, todavia, pensar a cultura como parte do corpo discursivo, um lugar onde o sujeito se inscreve e que também pode estar sujeito a falhas e, pela sua dinamicidade, sujeito à resistência. “É na vida em sociedade que as diferenças entre culturas constituem a imensa diversidade que nos torna parte da humanidade, encontram sentido e ganham expressão como realidade”. Dando continuidade a esse raciocínio sobre cultura, esta engajaria ainda um lugar da produção social da memória (materiais simbólicos geracionais e depósitos de informação social) e do esquecimento (posicionamento invertido – esquece e lembra – que marca exclusões de sujeitos em sociedade). A partir disso, uma *formação cultural* suporia espaço para prever efeitos de sentido produzidos, sem deixar de considerar formações sociais e ideológicas (FERREIRA, 2011, P. 56-59).

Então, o PMCC pode ser refletido como um espaço de discursos resistentes, excluídos, lembrados e/ou esquecidos, trazendo à tona efeitos que a AD ajuda a explicar.

Mas, antes disso, como o patrimônio histórico pode ajudar na composição dessa cultura?

Kievicz (2010, p. 169) retoma convenções da Unesco<sup>3</sup> dizendo que o patrimônio cultural é composto por patrimônios material (tangível) e imaterial (intangível). O primeiro se divide em bens culturais e móveis (exemplos: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e bens culturais imóveis (exemplos: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). Já o segundo é definido como práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas, instrumentos, objetos, artefatos, lugares associados e comunidades, grupos, indivíduos que se reconhecem como parte integrante do patrimônio cultural e preveem a necessidade de salvaguarda deste, mediante preservação, proteção, valorização e transmissão, que devem ser definidas no direito interno de cada país signatário.

Os bens materiais e imateriais patrimoniais se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: as formas de expressão; os

---

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição da República Federativa do Brasil). Pois, de acordo com Barbosa (2001, p. 67, apud KIEVICZ, 2010, p.170-171), a origem etimológica da palavra vem do latim *patrimoniu*, associado à ideia de uma herança paterna ou bens de família. A partir do século XVIII, foi compreendido como sendo os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação. Além do que, cita-se Silva (2008), o qual complementa que o patrimônio cultural está atrelado ao valor que as pessoas atribuem ao legado material do seu passado, junto a um processo simbólico de legitimação social e cultural de bens que conferem às pessoas sentimento coletivo de identidade (KIEVICZ, 2010, p.170-171)

Lemos (2006, p. 12-29) vai trazer que se consideram de cunho patrimonial artefatos, que podem gerar outros, e têm vida útil prolongada ou variável (comida, vasilhas, veículos, construções etc.). Contudo, a modernidade também chega ao âmbito cultural, e vai padronizando, informando, condicionando. Na verdade, o guardar, colecionar objetos, ao longo do tempo, sempre existiu, a importância a eles enquanto registros de memória e história é que veio depois.

Aí entra a relevância do ato de preservar para não desarmonizar o tempo e o espaço. Para o autor citado, preservar é também um ato de patriotismo para com o que está dentro de uma sociedade e sofre influência de fatores externos. Isto é, se o que for preservado tem valor para quem o faz a fim de tornar o elemento preservado, vivo, presente.

A economia também movimenta a preservação e, na atualidade, o setor turístico contribui muito para isso. Mas professores, artistas, filatelistas, ecólogos também entram no páreo pela preservação, mesmo que não haja gestão para a mesma. Principalmente a classe elitizada, pois,

a classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração de algo romântico ou saudosista, constituindo tudo isso manifestação de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de bens culturais para ela constitui a obrigação de manter viva a memória dos avós (LEMOS, 2006, p. 29-30).

Lemos (2006, p. 37-62) lembra que Mário de Andrade, por exemplo, foi um defensor da preservação do patrimônio artístico nacional. Ele agrupava, em seu projeto, as obras de arte em categorias e os elementos a serem preservados incluíam desde objetos e lugares a vocabulários.

No tocante aos lugares, a partir de 1970, eles passaram a ser discutidos como Patrimônio Ambiental Urbano (problemática cultural do que preservar, onde, quando e como, com que interesses). A primeira cidade a ser preservada (pelos seus monumentos maiores, a princípio) no Brasil foi Ouro Preto a partir de 1933.

Quanto à preservação urbana, vale pontuar suas hipóteses: preservar o original, preservar o modificado, preservar a mistura do primitivo com o moderno. Sendo assim, esse viés patrimonial requer análise econômica e social pela sua complexidade.

Até o final da década dos anos setenta, tais repartições públicas, municipais, estaduais ou federais, tratavam de preservar, principalmente, bens arquitetônicos, quase todos de exceção. Mas através da atuação pioneira do Centro Nacional de Referência Cultural [...] na Secretaria de Educação de Brasília, em convênio com a universidade local, é que uma visão mais abrangente foi se definindo e se passou a cuidar e registrar indistintamente atividades peculiares do homem brasileiro (LEMOS, 2006, p. 63).

Não se pode ignorar, segundo o autor, os métodos de preservação desenvolvidos ao longo dos tempos (arqueológicos, científicos etc.), cada um com seus aceites e recusas. A Carta de Veneza, como exemplo de base metodológica, aciona (resumidamente aqui): o monumento é inseparável do meio e da história em que se encontra; a conservação e restauração de monumentos são interdisciplinares (abrange auxílio de várias áreas); o uso de um edifício não deve alterar a disposição de seus elementos; equipamentos e materiais modernos de conservação precisam ser usados; a restauração deve ser fiel ao máximo possível; aceitam-se as marcas de outras épocas para a construção de monumentos arquitetônicos; a remoção de um monumento do seu sítio original deve ser evitada ao máximo; as molduras tradicionais dos monumentos devem ser preservadas; as medidas de agenciamento de conservação dos monumentos devem ser asseguradas; os trabalhos de restauração e conservação devem ser documentados (LEMOS, 2006, p. 75-81).

Mesmo assim, há dois fatos a serem levados em conta: a falta de esclarecimento popular da importância da preservação do patrimônio e o direito de propriedade (individual ou

coletiva) que esbarra em questões jurídicas (o tombamento oficial, por exemplo, não requer desapropriação, mas gera polêmica) (LEMOS, 2006, p. 53).

E ainda existe o documento de respaldo ao patrimônio cultural que é o Compromisso de Brasília (1970), o qual estabelece alguns parâmetros tais como: organização entre estados, municípios e federação quanto aos interesses preservacionistas; criação de órgão para tal; cursos de formação para mão-de-obra restauradora; inclusão de conhecimento de bens culturais nos currículos escolares; defesa de acervos culturais; desenvolvimento de estudos de intelectuais sobre patrimônio histórico; entrosamento de autoridades para conveniente preservação patrimonial; organização pelo poder público de casas de cultura que abarquem o patrimônio; aliança dos poderes públicos no controle do comércio de obras artísticas (LEMOS, 2006, p. 89-92).

Após esse documento, surgiram outros, com outras sugestões. Mas o que rege a organização do patrimônio cultural fica mais a cargo de leis. Planos Diretores são almejados, visto que a questão requer acompanhamento político, econômico, social, estrutural, histórico e jurídico. Quem sabe o PMCC não seja uma parte, mesmo que pequena e municipal, para o estabelecimento de rumos coerentemente progressivos do patrimônio cultural local, regional e quiçá estadual e nacional.

Após contextualização teórica, parte-se para levantamento de aspectos do *corpus* de análise relacionado com a teoria discorrida.

### 3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E AS ANÁLISES

#### 3.1 Da preparação das análises

*[...] o direito de todos os homens a todas as coisas não deve ser retido, mas alguns direitos devem ser transferidos ou renunciados, pois se cada um retém seus direitos sobre tudo, segue-se necessariamente que alguns, através do direito, podem invadir e outros, pelo mesmo direito, se defendem contra os primeiros (pois na necessidade natural de todo o homem está o empenho em preservar seu corpo e aquilo que considera necessário para protegê-lo. E disso segue-se a guerra, pois aquele que não renuncia a seu direito sobre todas as coisas, atua contra a razão da paz, ou seja, contra a lei da natureza ( Hobbes, 2006, p. 109).*

Retomando o propósito do presente trabalho, expõe-se como objetivo geral observar a configuração dos discursos (os gestos de leitura) de diferentes áreas na constituição do Plano Municipal de Cultura de Chapecó, a fim de relacionar essas observações com a teoria escolhida, no caso, a Análise do Discurso, e assim buscar contribuições para compreender a representação da cultura no município de Chapecó.

Para tanto, objetivos específicos são relevantes tais como: pesquisar conceitos que envolvem o universo da cultura de Chapecó bem como de suas diferentes áreas; investigar em que medida o processo de desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura gera representação da cultura de Chapecó; e relatar possíveis compreensões dos efeitos de sentido que emergem do Plano, ao longo do estudo, observando tanto efeitos parafrásticos quanto polissêmicos.

E tais objetivos requerem uma explicação. A pesquisa se justifica por refletir um processo de envolvimento com o trabalho na Fundação Cultural Chapecó, no setor de Literatura e, mais precisamente, com a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Diante de estudos, discussões e propostas de ações importantes para o município, atenta-se para a representação da cultura que vem sendo debatida, a partir de suas diferentes áreas para a confecção de um documento que norteia o desenvolvimento cultural de Chapecó. Como os estudos em Análise do Discurso consideram, além da linguagem, a constituição do sujeito, a formação discursiva, a

ideológica, o processo de identificação em que esse sujeito se inscreve, os gestos de leitura, pensa-se, num encontro entre teoria e prática, ser possível compreender diferentes efeitos de sentido sobre a representação de cultura presente em documentos das diferentes áreas do PMCC.

Além disso, como todo projeto objetivado e justificado pressupõe uma metodologia, o trabalho propõe organizar um arquivo de sequências discursivas referentes à representação da cultura em Chapecó a partir de enunciados proferidos em reuniões, entrevistas e registros; recortar um *corpus* específico para análise a partir do arquivo de sequências organizado, a fim de poder realizar a análise através da teoria proposta, elencando critérios avaliativos (gestos interpretativos, representação estrutural e textual dos mesmos).

Mas, antes do prosseguimento das etapas de pesquisa, pretende-se mostrar como se deu a constituição do *corpus*.

### **3.2 Da constituição do *corpus***

Tendo em vista que a constituição do *corpus* de análise discursiva é atravessada por diferentes sentidos, o que o caracteriza como heterogêneo, trabalha-se tanto com um *corpus* experimental quanto com um *corpus* de arquivo, que são, respectivamente, este formado por materiais obtidos a partir de questionário ou outro tipo de resposta solicitada e/ou constituído a partir de um campo de documentos relacionados ao tema aqui desenvolvido.

Cabe observar que o percurso histórico é fundamental nesta pesquisa, uma vez que permite observar os saberes possíveis de serem percebidos nos diferentes instrumentos utilizados na pesquisa. Na análise de documentos e entrevista aplicada aos profissionais relacionados à cultura (professores, artistas, escritores, músicos, empresários, dançarinos, diretores de repartições públicas, autoridades administrativas) na reunião de apresentação (para a população de Chapecó) das propostas de cada área para a confecção do Plano Municipal de Cultura, alguns conceitos tais como cultura, leitura, literatura, arte, música, teatro, dança e patrimônio histórico foram solicitados, além de contribuições para o documento. Busca-se, então, estudar tal processo e entender se os gestos de leitura, dos sujeitos participantes da construção do plano, coletados a partir das leituras pré-orientadas, contribuem para a identificação conceitual (embasada através de pesquisa bibliográfica) de cada área envolvida e se os mesmos gestos conduzem a uma melhor representação da cultura de Chapecó através dos anseios que emergem das propostas de cada setorial.

Cabe registrar sobre as entrevistas: foram em torno de 70 (setenta) cópias das perguntas distribuídas, mas, apenas 20 (vinte) voltaram respondidas, das quais ainda foram selecionadas algumas das respostas como sequências discursivas para análise. A escolha se deu através das áreas de maior interesse para a pesquisadora e à pesquisa, no caso, cultura, literatura, leitura, patrimônio cultural e contribuições para o plano. Quanto às outras áreas, arte, dança, teatro e música foram tabeladas, mas reservadas para outro momento, em vista do tempo e do espaço do trabalho em questão.

No entanto, é preciso levar em conta também o espaço e referencial teórico delimitado - algumas sequências discursivas serão mais bem exploradas do que outras, o que leva a tender para aglomeração de áreas afins para possíveis discussões.

As conceituações a seguir foram então selecionadas para serem interpretadas à luz da Análise do Discurso, viés da leitura e seus possíveis gestos de sentido. Num primeiro momento, elas se encontram divididas por área (probabilidade de categorização).

Importante é ponderar que as caracterizações foram mantidas na íntegra, com “falhas” de pontuação, acentuação, concordância e/ou regência, entre outros. Quem sabe estas não seriam uma próxima categorização de análise ou até uma próxima pesquisa?

### **3.3 – As análises**

#### **3.3.1 Os discursos no Plano Municipal de Cultura de Chapecó**

*Contemplo os homens chegados ao ponto em que os obstáculos danificadores de sua conservação no estado natural superam, resistindo, as forças que o indivíduo pode empregar, para nele se manter; o primitivo estado cessa então de existir, e o gênero humano, se não mudasse de vida, certamente pereceria (Rousseau, 2009, p. 29).*

A sistematização dos blocos das sequências discursivas a seguir analisadas partiu do seguinte percurso, levando em conta uma tabela de dados colecionados com as seguintes informações: a) Profissão; b) Cultura; c) Cultura x Literatura; d) Arte; e) Leitura; f) Música; g) Teatro; h) Dança; i) Patrimônio Histórico; j) Contribuições para o Plano; k) Idade; no entanto, levaram-se em conta, para as análises, os dados dos itens b, c, e, i e j, por irem ao encontro de maiores interesses na atual pesquisa.

Nas observações, notou-se que alguns entrevistados assinaram o questionário e outros não, mas esse quesito não foi discutido neste trabalho. Quanto à idade dos questionados, esta não foi considerada um fator determinante nesta pesquisa.

A partir disso, recortaram-se as sequências discursivas mais evidentes ao estudo, as quais passam a ser discutidas a seguir, por blocos de domínios.

### **3.3.2 Identificação de saberes culturais e seus efeitos de sentido**

Considerando que o objeto desta pesquisa são os discursos dos domínios que compõem o PMCC a partir de questionário sobre conceitos que envolvem cultura, portanto, oriundos de práticas desenvolvidas com professores, artistas, músicos, dançarinos, empresários, autoridades públicas e privadas, entre outros, a maior parte deles fizeram viver a experiência de colaboradores e retomaram conhecimentos/informações/formações através das quais se apresentam/representam.

Para fins de ilustração de que saberes e práticas do domínio da formação discursiva convencional, sob a perspectiva da relação profissionais dos diferentes domínios x agente cultural, este último como condutor geral de todo o trabalho de elaboração do plano cultural, recortaram-se oito (08) sequências discursivas, de entrevistas realizadas, em outubro de 2010. Estas sequências fazem parte das respostas dadas pelos profissionais à questão “Para você, o que é cultura?”

A cultura é entendida como parte da história de um povo através da qual o ser humano desenvolve hábitos, saberes e manifestações que passam de geração em geração. É o que declara Gilberto Freyre em sua conceituação sobre cultura. Pode-se supor, por conseguinte, uma influência de leitura, ao menos generalizada, do que abrange o Plano Municipal de Cultura como um todo. Chama-se a atenção à SD 06, recortada da resposta do Sujeito 1 (S1).

**SD 6 - E a carga histórica conquistada por uma comunidade e que rege seus hábitos como um todo. ( S1 - Arquitetura e Urbanismo)**

Pode-se observar que aparecem saberes herdados da valorização da história de vida como “carga histórica” e “hábitos”, marcada pela “comunidade”, que simboliza um lugar de

reconhecimento; portanto, é um reconhecimento que valoriza os bons costumes. Nessa medida, o entrevistado entende que o bom deve ser transmitido, e como tal, merece ser cultivado.

Santos (1994), já mencionado, trabalha com esse sentido histórico de cultura, uma vez que o conceito supõe distinção entre homem e animal. Logo, quem tinha cultura e bons costumes era civilizado.

Cabe registrar ainda que “carga histórica” remete a um dos sentidos possíveis dado à cultura, ou seja, divulgar a cultura chapecoense significa também preservar a história. E ‘conquistada’ pressupõe algo já pré-estabelecido, já dado, que remete ao interdiscurso cultural chapecoense, bem como à sua memória. Além disso, o uso de “reger” aponta para a ideia de regramento, como se existisse uma cartilha da cultura de Chapecó a ser seguida rigidamente/fielmente. E mais: este movimento aponta para o lugar do institucional e, portanto, modular de condutas.

Refletindo ainda sobre a questão da experiência como agregadora de cultura, traz-se a SD 7, coletada da fala de S2.

**SD7 - Para mim é tudo que conseguimos adquirir de conhecimento durante nossa vida, para sermos melhores em nossas relações. (S2 - Artesanato)**

Semelhante à resposta da SD 6, o S2 enuncia, no início da resposta “tudo”, uma concepção de totalidade. Aqui, há referência à soma, à integralidade; aquisição de conhecimento com troca de relações é o que se entende por cultura. O sujeito se determina, ora como eu, ora como nós, embora afirme algo amplo, dentro da temporalidade da vida e das relações humanas. A posição-sujeito é metonímica.

Em relação ao posicionamento do sujeito (eu ou nós), Cazarin (2005, p. 255) lembra que na AD “o sujeito é entendido como *descentrado* porque é atravessado pelo inconsciente e afetado pela formação discursiva em que está inscrito”. No interior desta, “coexistem distintas posições de sujeito que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito (sujeito histórico) da FD, essa coexistência de diferentes posições-sujeito no interior da FD contribui para caracterizar o sujeito da AD como fragmentado”. Daí a ilusão/o imaginário de liberdade do sujeito de falar como autor. Logo, o *eu* é uma forma dêitica marcadamente subjetiva de auto-referenciação.

Segundo o entrevistado, “para sermos melhores em nossas relações” é a finalidade de se adquirir cultura. Salienta-se que, se para o entrevistado a cultura melhora as relações, é porque a cultura está atrelada à experiência. Seguindo esse raciocínio, dir-se-ia que se aprende também com a vida.

Tendo em vista essa concepção de aprendizado com a vida que, contraditoriamente, figuram nas práticas discursivas de sujeitos entrevistados, considere-se agora a SD 8, recortada da resposta de S3.

**SD8 - Pode ser aquilo que se cultiva através da comunicação de ações que transmitem conhecimentos, saberes e costumes (S3 - Agente literário)**

Há hipótese de conceituação que não é delimitada por pontuação nem por vocabulário focado, uma vez que “comunicação de ações” é metafórico. “Pode ser” apontada para incertezas. Tal é o sentido de generalidade que o emprego do indefinido “aquilo” pode ocupar o lugar de qualquer ação, como hábitos, moral e deveres do homem. O que se percebe na SD 8 é que a resposta do entrevistado tem algo da ordem do já-dito, ou seja, essa repetição é o que tradicionalmente se chama de paráfrase.

A respeito de um efeito metafórico, Mariani (2007, p. 226) diz que a metáfora nada mais é do que o deslocamento de sentidos, pois “os sentidos existem nas relações de metáfora”. Logo, desloca-se o sentido entre texto e leitor e vice-versa. E a ação social pode orientar uma ordem legítima. Assim, o uso de “conhecimentos, saberes e costumes” possibilitam uma regularidade no reconhecimento do que é cultural. Esta relação entre o convencional e o acréscimo de conhecimento pode melhor ser observada na SD 9, a seguir:

**SD9 - É o cultivo de hábitos artísticos e históricos de um povo. (S4 - Escritora)**

Também ocorre aqui afirmação da conceituação. O vocabulário “cultivo” usado pelo S4 pode ser paráfrase da sequência discursiva anterior (SD8) “cultivar”. Infere-se um sujeito dotado de habilidades artísticas e históricas, portanto também de memória.

Orlandi (2000, p. 37) contribui com isso contando que se há retomada do dizer do outro, há paráfrase e, se nesse processo houver deslocamentos de dizeres, haverá então polissemia. Esses conceitos tencionam-se entre si e influenciam os sujeitos e os sentidos em relação à história e à língua. Consequentemente, também à memória.

Pode-se dizer que o que se sabe sobre o que se diz, quando realçado pelo interdiscurso, leva a construções parafrásticas, repetições, citações, uso de sinônimos para expressar o que se entende por algo que está em questão, independente se isso seja com palavras próprias ou buscadas na íntegra de outros sujeitos.

Quando a memória é permeada pelo intradiscurso, a impressão que se tem é que o sujeito parece se achar no direito de acrescentar algo mais do que sabe ou pode dizer a partir do que já está posto. Mesmo que o sujeito seja movido pelo esquecimento de achar que é dono do dizer, é como se ele se autorizasse a liberdade de ampliar o conceito do que vai explicar. Aí então ele parte para construções polissêmicas.

A partir dessa SD, tem-se que enquanto alguns sujeitos se mostram mais específicos outros são mais gerais, talvez até certo ponto desfocados, no conceituar da cultura. É o caso da sequência a seguir.

**SD10 - É um conjunto de ações que regem o segmento na área das artes de modo geral que abrange o município. (S5 - Coordenador de biblioteca)**

A afirmação da conceituação restringe o conceito a uma área e a um espaço. Talvez algo esteja silenciado aqui enquanto postura de sujeito. ‘Ações que regem’ tem força de autoritarismo representado pelo Sujeito 5. O ‘segmento na área das artes’ parece não especificar o que realmente se entende por cultura, generalizando-a.

Para Coelho (1999), cultura caracteriza a vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante”.

Além de perspectivas gerais, nota-se também perspectivas culturais de tempo e espaço um tanto indefinidos. Veja-se na sequência.

**SD11 - É um conjunto de tradições, costumes de um povo que é passado de geração para geração. (S6 - Funcionário de biblioteca)**

Há uma tomada atemporal de cultura a partir de um conceito. Mas o passar ‘de geração em geração’ traz um movimento à cultura, ao mesmo tempo em que pode fortalecê-la, perpetuando-se, pode também ir transmitindo apenas o que se quer, o que se pode, o que convém.

Magalhães (1981), anteriormente citado, pondera importante o passado para entender o presente e o futuro em relação à diversidade cultural. Esta precisa da temporalidade para não se homogeneizar.

E segue-se na mesma linha de tempo e paráfrase, na próxima sequência discursiva, em que o S7 se coloca como aquisitor da cultura.

**SD12 - É um conjunto de conhecimentos que cada etnia possui, e vem cultivando de geração em geração. É adquiri-se cultura (conhecimento) através da leitura escrita e falada. (S7 - Empresário)**

Outra afirmação de conceito sob perspectiva atemporal de cultura. Ocorre restrição de cultura a uma forma de aquisição, mas evidentemente parafrástica à anterior. O fato de cada etnia possuir sua cultura tende a resgatar certa heterogeneidade de valores que são passados de tempo em tempo.

Porém, nessa sequência, encontra-se menção à leitura como constituinte da cultura. Mas essa perspectiva de leitura pretende capturar um gesto mais aprimorado de interpretação, em virtude de que é realçada pela escrita e pela fala.

A partir disso, na SD13, o sujeito 8 apresenta a composição do que considera cultura.

**SD13 - É um universo feito de ações e idéias de um povo. A cultura tem vários âmbitos (familiar, municipal, estadual, nacional, mundial. Inclui todos os fazeres artísticos e outro como a língua, a comida, hábitos cotidianos de um povo, etc. (S8 - Musicista)**

Existe uma perspectiva abrangente de cultura, mas que talvez aponte para um olhar além do municipal a fim de resgatar outros elementos importantes à constituição da cultura de um lugar. Ocorre leitura de elementos: ações, idéias, âmbitos, fazeres.

Pensando estruturalmente, é interessante inclusive, perceber que o conceito de cultura é predominantemente construído a partir do verbo de ligação “ser”, tendência que segue a progressão da pergunta - O que é Cultura? - , mas que também pode sinalizar o discurso da certeza e da recusa da reversibilidade. A palavra *conhecimento* é recorrente na conceituação, parafraseada por *saberes, idéias, ações, hábitos, costumes, tradições, universo*.

Nesse âmbito, organizou-se o seguinte quadro com a síntese dos domínios de saberes.

Quadro 1

Quadro de materialidade linguístico-discursiva			
SD	Marca da (in)certeza	Ordem do repetível	
		PARÁFRASE	POLISSEMIA
SD6	E	a carga histórica * por uma comunidade e que rege seu hábitos como um todo	Conquistada
SD7 Para mim	é	tudo que conseguimos adquirir de conhecimento durante nossa vida,	para sermos melhores em nossas relações.
SD8	Pode ser	aquilo que se cultiva através da * e costumes	comunicação de ações que transmitem conhecimentos, saberes
SD9	É	o cultivo de hábitos artísticos e históricos de um povo.	
SD10	É	um conjunto de ações que regem o segmento na área das artes de modo geral	que abrange o município.
SD11	É	um conjunto de tradições, costumes de um povo	que é passado de geração para geração.
SD12	É É	um conjunto de conhecimentos que cada etnia possui, e vem cultivando de geração em geração.	adquiri-se cultura (conhecimento) através da leitura escrita e falada.
SD13	É	um universo feito de ações e idéias de um povo. *  Inclui todos os fazeres artísticos	A cultura tem vários âmbitos (familiar municipal, estadual, nacional, mundial.  e outro como a língua, a comida, hábitos cotidianos de um povo, etc.

\*A estrutura original das respostas foi mantida.

\* Os asteriscos marcam que a estrutura foi interrompida para mostrar divisões parafrásticas e polissêmicas

Parece interessante atentar para a questão de que, embora esse tenha sido o primeiro conceito a ser perguntado e, consideravelmente, o que mais abre espaço para visualização do processo cultural de Chapecó como um todo, as parafrases e polissemias estão equilibradas. Os sujeitos tanto repetem quanto acrescentam quesitos considerados constituintes de uma cultura. Isso pode significar a observação da resposta de um sujeito para com o outro e também certa enumeração de pontos que a cultura pode ir abrangendo.

A repetição aponta para os dois processos: o parafrástico e o polissêmico, o que fica na ordem do mesmo (parafrástico) aponta para a convenção, para a moral, para o dever de homem; e o que fica na ordem do novo aponta para espaço geográfico (município), para a leitura, para a memória, para o patrimônio.

### 3.3.3 Identificação de saberes literários e seus efeitos de sentidos

*Pelo pacto social demos existência e vida ao corpo político; trata-se agora de, com a legislação, lhe dar movimento e vontade, pois o ato primitivo pelo qual esse corpo se forma e une ainda não determina nada do que ele deve fazer para se conservar (Rousseau, 2009, p. 44).*

As 10 (dez) seqüências discursivas relacionadas neste bloco de identificação de saberes foram respondidas através do questionário em anexo por alguns dos mesmos sujeitos dos enunciados das SDs culturais e mais outros (mostrados a seguir) a partir da questão na entrevista: Em sua opinião, existe diferença entre cultura e literatura? ( ) sim ( ) não Qual (is)?. Explica-se que alguns enunciados de alguns sujeitos envolvidos foram considerados mais representativos para alguns blocos de SDs enquanto que outros foram para outras. Por essa razão, alguns blocos são compostos por 8 (oito) e outros por 10 (dez) SDs.

Neste bloco de SDs que envolve diferenciação e/ou semelhança entre cultura e literatura, alguns conceitos da AD são levantados, tais como: formação ideológica e discursiva, posição-sujeito. E no tocante à identificação de saber, nesta seção, ela ainda parece conduzir ao convencional.

Em linhas gerais, a literatura é abordada como uma manifestação cultural, ou seja, também parte da cultura de um povo, embora as pessoas acreditem que há diferença entre cultura e literatura e que esta vem representada mais pela escrita. Convida-se à leitura da SD 14 enunciada pelo sujeito 9 (até então não referenciado em outras SDs).

**SD14 - Cultura é arte cultivada pelo nosso povo e literatura é arte escrita (S9 - Professor)**

Observa-se, na SD14, que o conceito de cultura pode ser associado à tradição e literatura à escrita. Neste caso, fica pressuposta a diferença no modo de transmissão: a primeira pode ser manifestada pelo convívio entre as pessoas de uma comunidade; a segunda, é considerada uma arte da escrita.

Ainda nessa SD, quando a literatura vem diluída na ideia da arte de escrever, a cultura desaparece. Desse modo, tornando visível que a literatura é o lugar dos letrados, e como tal, apresenta um viés elitista, ou seja, a literatura não é para todo cidadão.

Para Antônio Candido (1976, p. 179), “A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte”. Nessa perspectiva do autor, a literatura também poderia ser considerada cultura, ideia que não aparece na SD14, pois, para o sujeito da SD, literatura é um espaço do domínio da língua.

Já para Ribeiro (1972, p. 98), a cultura possui um conjunto de ideias e sentimentos gerados no esforço por compreender a experiência coletiva e por justificar ou questionar a ordem social, onde se encaixam tais conteúdos: linguagem, saber, mitologia, religião e magia, artes, corpos de valores éticos. Nesse caso, conforme a SD 14, sendo a literatura uma arte, poderia também ser considerada cultura.

A fim de sustentar o que se acaba de dizer sobre literatura ser não só uma arte, mas também cultura, entendida como um desses conteúdos sinalizados por Ribeiro, vale observar a seguinte SD:

**SD15 - Nem tudo que é cultura pode ser literário e a literatura em alguns pontos é uma cultura de leitura e nada mais. (S3 - Agente literário)**

Como é possível perceber, “Nem tudo que é cultura pode ser literário” sinaliza a fronteira existente entre cultura e literatura. Tal fronteira é marcada pela expressão nominal “Nem tudo”. A dupla indefinição funciona como afirmação daquilo que é e que não é cultura. Por outro lado, essa perspectiva restrita, ora hipotética, ora minimalista, é confirmada, quando o sujeito diz “a literatura em alguns pontos é uma cultura de leitura e nada mais”.

Ambas as SDs - 14 e 15 – identificam-se, principalmente, com uma formação ideológica de poder e uma formação discursiva dominante, elitista, salientada pelas próprias expressões “em alguns pontos” “cultura de leitura e nada mais”. Se literatura é cultura de leitura, ela não é para todos, porque nem todos são alfabetizados, conseqüentemente, exclui o cidadão que não lê ou os que são analfabetos funcionais.

Nessa situação, os saberes da literatura não se identificam com os saberes da formação discursiva, já que não é para todos, só para os que pertencem ao mundo dos letrados. Corroborando com isso, Agustini (2005, p. 68) afirma que “a literatura é o lugar onde se (pode) fala(r) da moral, da índole, da organização social, dos hábitos da cultura que regem os comportamentos (linguísticos) de seus falantes. (...) e lugar de movimento ideológico, social e histórico e, em decorrência, da configuração linguística de nossa sociedade”.

De acordo com essa perspectiva, a literatura é um espaço para a subversão, para resistências, já que nem sempre se pode falar. Nesse caso, literatura e cultura expandem-se entre si e se complementam, ao contrário de se restringirem. “Falar da moral, da índole, da organização social, dos hábitos da cultura” resgata o que foi analisado nas SDs da primeira

seção, pois a maioria dos sujeitos considerou cultura como o lugar das convenções, da conduta do bom homem, entre outros quesitos. Atenta-se então para o fato de tanto cultura quanto literatura continuarem sendo consideradas valores de quem é culto, estudado, leitor.

Ao se relacionar “comportamentos (linguísticos) de seus falantes” e “lugar de movimento ideológico, social e histórico” compreende-se que, se os hábitos culturais se percebem nos linguísticos, a tendência de quem fala em ser cultural enquanto ser culto continua exercendo poder e excluindo o cidadão aquém dessa cultura e dessa literatura. Mas se a autora passa uma ideia de que, através da literatura e da cultura, o sujeito pode ser mais livre em níveis comportamentais, visivelmente nítidos através da linguagem, possivelmente, na literatura e na cultura chapecoense o sujeito não esteja sendo considerado cidadão de vez e voz livre.

A fim de melhor ilustrar o que se disse no parágrafo precedente, a seguir, a SD 16, que, embora relacione cultura ao conhecimento e desenvolvimento intelectual, apresenta a mesma posição sobre literatura.

**SD16 - Cultura compreende um aspecto geral sobre as manifestações intelectuais, literatura é a manifestação expressa de forma gráfica. (S10 - Professor)**

Aqui o sujeito já é outro que não o mesmo da SD14, embora também se apresente como professor. Na verdade, a maioria dos entrevistados são professores, além de exercerem outros cargos pelos quais parecem querer mais se representar.

O enunciado “um aspecto geral sobre as manifestações intelectuais” aparece ligado à educação formal, desenvolvida através dos bancos escolares. Nesse pensamento, quem teria acesso à cultura seria somente quem frequentou a escola. Assim, o sujeito dessa SD também se identifica com a formação ideológica de poder da formação discursiva dominante. Logo, os saberes que predominam nesse caso são, tanto convencionais quanto pedagógicos (profissionais) e institucionais (escolares), comprometidos com valores elitistas.

E o tom do que é certo e “bom” continua. Note-se a próxima SD.

**SD17 - A cultura trata mais especificamente do resgate de costumes de uma sociedade, a literatura dirígiona mais para o campo das letras, escritor diversos – obras ... (S5 - Coordenador de biblioteca)**

Procura-se mostrar o que está pressuposto no enunciado “a cultura trata mais especificamente do resgate de costumes de uma sociedade”, vendo-se que nele aparecem

praticamente os mesmos elementos das SDs da primeira seção. Cultura está ligada à convenção social e moral. Como se cultura pudesse ser especificada em caixas de resgates, costumes e sociedades. E como se existissem costumes primordiais, talvez dos quais não se pudesse abrir mão por estar a cultura sendo comprometida. E no enunciado “a literatura direciona mais para o campo das letras, escritor diversos – obras ...” reafirma a posição dos sujeitos da SDs 13 e 14. E a literatura novamente é condicionada ao registro, já dado, fixo, convencional. Quem não teria acesso às letras, aos escritores e às obras não teria alcance a uma literatura culta? E é só a culta que vale?

Considerando que o lugar social do sujeito 5 (cinco) da SD 17 (que é o mesmo da SD10, da seção anterior onde ele parece não se mostrar muito) é o de coordenador de biblioteca (que na SD17 tende a ser mais explícito em termos ideológicos e discursivos), e este cargo é ocupado por um professor, enquanto tal, está se identificando com a posição-sujeito de chefe, com saberes da formação discursiva dominante/educacional, por isso vai defender a literatura como espaço do domínio da língua. Pêcheux (1995, p. 215-217), na primeira modalidade de tomada de posição do sujeito, aponta que ela “realiza seu assujeitamento sob a forma do *livremente consentido*” (“o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação”).

Pensando a partir das considerações recém postas, a citação do autor impulsiona para a direção contrária a da SD17. “Toda obra é *peçoal*, única e insubstituível, na medida em que brota de uma confiança, um esforço de pensamento, um assomo de intuição, tornando-se uma “expressão”. A *literatura*, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, - para chegar a uma ‘comunicação’” (CÂNDIDO, 1976, p. 139).

Se a literatura é coletiva, aceita sujeitos/cidadãos das mais variadas culturas nas suas reflexões e expressões para que, talvez juntos, possam entender uma obra específica, pessoal. Mas, então, literatura e cultura precisam ser acessadas em equilíbrio para que possam ser compreendidas relativamente. A SD18 pode ajudar nesse processo de interpretação bivalente.

**SD18 - A cultura e literatura andam juntas, constrói a nossa história, enquanto sociedade cultural.**  
(S6 - *Funcionário de biblioteca*)

Observa-se que o funcionário da biblioteca e o coordenador trabalham no mesmo espaço, nem por isso se identificam com os saberes da mesma formação discursiva, uma vez

que o S6 não está numa posição-sujeito dominante e sim dominado. Pode-se relacioná-lo à segunda modalidade de posição do sujeito, na qual este se contrai-identifica com a formação discursiva dominante, no caso, a de chefe, visto que ele é o empregado. Seu saber pode até ser convencional/pedagógico, enfatizado em “constrói a nossa história”, subentendendo um “já dado” que vai sendo alimentado coletivamente (“nossa”) ou apenas aceito ideologicamente pela coletividade. O fato de dizer que “a cultura e literatura andam juntas” permite dizer que uma não sobrevive sem a outra ou vice-versa. Mas será que essa sobrevivência está presa as duas concepções que se tem, vindas de uma ideologia institucional municipal ou geral?

Para Cândido (1976, p. 55), “a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes, como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada”. Será que essa concepção de literatura do S6 é uma necessidade de representação pessoal condicionada à sociedade local ou ao poder local? Ao menos, cultura e literatura, ambas fazem parte da expressão humana e estão imbricadas entre si, mesmo que essa expressão esteja condicionada à ideologia local.

A seguir, a SD 19, proferida pelo Sujeito 11 (onze), retoma concepções antigas de cultura, através das quais se tinha o homem como ser cultural e o animal como não-cultural.

**SD19 - Cultura é a manifestação de racionalidade e literatura é a caracterização, a estigmatização, a identidade desta cultura. (S11 - Jornalista e filósofo)**

Aqui, pode-se pensar na seguinte lógica: há pessoas muito simples e que pensam, falam, tem ótimo convívio, seguem os costumes, preservam memória (no caso das SDs analisadas na primeira seção; e há pessoas muito bem sucedidas profissionalmente, com cargos altos, que se dizem cultos, mas podem agir instintivamente, ou seja, talvez sem pensar. Essa racionalidade enunciada pode estar ligada ao intelectual porque supõe a força da razão em uma sociedade como representante de uma cultura. A identificação cultural nesta SD se dá, parece que prioritariamente pela razão, enquanto que nas sequências da primeira seção outros elementos culturais de identificação se mostraram.

E a próxima SD também leva a considerar outras questões para a conceituação/identificação da cultura chapecoense. O sujeito é outro, S12, e sua posição também.

**SD20 - Se pensarmos a cultura como algo mais abrangente que inclui linguagens artísticas, e considerarmos a literatura como uma linguagem artística, logo, a literatura é uma coisa dentro de**

**uma profusão de linguagens, memórias etc. acredito que generalizar uma coisa a outra, acaba por determinar parâmetros que ignoram as diferenças, os outros territórios que se constituem e se desfazem criando outros (S12 - Atriz)**

Considerando que, para o sujeito da SD 20, “cultura como algo mais abrangente inclui linguagens artística” e “a literatura como uma linguagem artística”, a cultura é mais abrangente e a literatura assume uma dimensão específica. Relativamente a isso, no que diz respeito a linguagens e memórias, é possível perceber que, na SD 20, são elementos mais ligados à literatura. No entanto, cabe observar que, na prática, a complexidade dos conceitos e os parâmetros de uma e de outra, “ignoram as diferenças, os outros territórios que se constituem e se desfazem criando outros”. Neste caso, a fronteira entre cultura e literatura vem determinada por saberes relacionados a uma formação discursiva diferente das demais, que vem do campo da interpretação de papéis que, muitas vezes, não são o seu. Isso porque traz uma abordagem atrelada à diversidade, à identidade.

Ainda, a oscilação entre o emprego do “nós” e do “eu”, presente nas marcas linguísticas “pensarmos”, “considerarmos”, “acredito”, determinam o dizer de um e do outro. O “nós” não só funciona como uma tentativa de aliança do sujeito do discurso com o leitor, como também representa uma identificação com o que já está naturalizado acerca dos dois conceitos. Quanto ao funcionamento do “eu”, é possível afirmar que este vem representar a posição-sujeito em relação à cultura e à literatura. Logo, há inter-relação entre cultura e literatura, mas o receio de limitar uma a outra é bem mais forte. A identificação com os saberes da formação discursiva e com a forma-sujeito que considera a leitura e vocabulário amplos, parece, pode prevalecer aí.

Para caracterizar este aspecto, recorre-se novamente à Cândido que faz menção à memória, aparentemente, além de memória intelectual.

Devido a um e outro motivo, à medida que remontamos na história, temos a impressão duma presença cada vez maior do coletivo nas obras; e é certo, como já sabemos, que forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor. Em primeiro lugar, determinando a ocasião da obra a ser produzida; em segundo, julgando da necessidade dela ser produzida; em terceiro, se vai ou não se tornar um bem coletivo (CANDIDO, 1976, p. 25).

Há, na citação recém mencionada, um tom de proteção em relação a cada conceito, mesmo diante do reconhecimento da influência de fatores externos. Individual e coletivo se

atraem e se repelem de acordo com necessidades interpretativas, já que a literatura, em regra, fica aos encargos dos profissionais da educação e que se especializam nessa área.

Para ilustrar indícios de saberes cristalizados sobre a separação, feita entre literatura e cultura, traz-se a SD 21, selecionada também a partir da entrevista feita entre colaboradores do Plano.

**SD21 - Cultura entendo ser ampla, pois está presente no nosso dia-a-dia e abrange inúmeras áreas, enquanto que a literatura pode ser entendida apenas como a arte de criar textos escritos e artísticos.**  
(S13 - *Funcionário público*)

Ao dizer “cultura entendo ser ampla, pois está presente no nosso dia-a-dia e abrange inúmeras áreas”, o sujeito transmite indeterminação de conceito, ao mesmo tempo em que se mostra participante dela e reconhece que ela abrange outras áreas.

E o que é dito sobre literatura, se inscreve na mesma matriz de sentido do que já foi dito sobre literatura nas outras SDs, algo convencional à escrita. É possível afirmar que ressoa aqui o discurso canônico, literatura como exemplo de texto bem escrito. Voltando ao texto de Agustini (2005, p. 68), a respeito do discurso do literato, ele é o lugar de poder usar a língua para representar costumes culturais e discuti-los “livremente” como constituição de uma sociedade. A língua pressupõe expressão social.

Considerando agora a SD 22, selecionada da mesma entrevista, tem-se:

**SD22 - A literatura é formada por elementos culturais pois lida com idiomas, dados pessoais e fictícios entre outros. A literatura reúne obras de artistas dos âmbitos citados acima. (referindo-se a outros conceitos de outras áreas já questionados na entrevista – grifo nosso)** (S8 - *Musicista*)

O que se observa na SD22 é “a literatura formada por elementos culturais”, pois, segundo entrevistado, ela “lida com idiomas, dados pessoais e fictícios entre outros”. Os efeitos de sentidos se constituem pelo trabalho da ideologia na língua, no que não está dito, ou seja, aparecem declarados quais “dados pessoais” e quais “dados fictícios”. É como se o sujeito dissesse que “literatura conta uma realidade apresentando dados fictícios”.

Em meio a essa reflexão, há interação entre literatura e cultura, mas restringindo cultura a poucos elementos. A literatura parece significar bem mais do que se está habituado a considerar. De acordo com Cândido (1976),

a literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é

passivo, homogêneo, registrando uniformemente seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se juntam ao autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo ( p. 74).

A sequência leva a supor que o sujeito considera a literatura passiva de processos de desenvolvimento, como pontua Cândido, dando exemplos: idiomas, dados pessoais e fictícios, os quais interagem sim com o tempo e o espaço, tornando-se organismos vivos e vigentes.

Refletindo ainda sobre a perspectiva de colocar a literatura como parte da cultura, traz-se a SD 23, recortada da pergunta sobre diferença entre literatura e cultura da entrevistada.

**SD23 - A literatura é parte da Cultura, é uma forma de manifestação cultural (S14 - Agente cultural)**

Semelhante à formulação das SDs 21 e 22, o enunciador da SD23 apresenta o entrelaçamento entre cultura e literatura. Aqui não há detalhamento de que outras partes integram a cultura. Assim, diferentemente da seção anterior, a repetição do mesmo aponta mais para o processo parafrástico, ficando na ordem do mesmo e que ressoa na memória que leitura e literatura são manifestação de uma cultura, e esta se expressa através daquelas.

Nesse sentido, propôs-se também um quadro para caracterizar os saberes literários. Observe-se:

Quadro 2.

Quadro de materialidade linguístico-discursiva			
SD	Marca da (in)certeza	Ordem do repetível	
		PARÁFRASE	POLISSEMIA
SD14 Cultura Literatura	É É	Arte cultivada pelo nosso povo e arte escrita	
SD15 Nem tudo que é cultura a literatura	Pode ser É		Literário e em alguns pontos, uma cultura de leitura e nada mais.
SD16 Cultura Literatura	compreende é	a manifestação expressa de forma gráfica.	um aspecto geral sobre as manifestações intelectuais,
SD17 A cultura	Trata	mais especificamente do resgate de costumes de uma sociedade,	mais para o campo das letras, escrito

a literatura	Direciona		diversos – obras ...
SD18 A cultura e literatura	Andam Constroem	juntas, a nossa história, enquanto sociedade cultural.	
SD19 Cultura Literatura	É é		a manifestação de realidade e a caracterização, a estigmatização, a identidade desta cultura.
SD20 Se * a cultura *a literatura a literatura	pensarmos considerarmos	como algo mais abrangente que inclui linguagens artísticas, e	Como uma linguagem artística, logo, é uma coisa dentro de uma profusão de linguagens, memórias etc. acredito que generalizar uma coisa a outra, acaba por determinar parâmetros que ignoram as diferenças, os outros territórios que se constituem e se desfazem criando outros
DS21 Cultura a literatura	Entendo está abrange pode ser entendida	ser ampla, pois presente no nosso dia-a-dia e inúmeras áreas, enquanto que apenas como a arte de criar textos escritos e artísticos.	
SD22 A literatura A literatura	É lida reúne		formada por elementos culturais pois com idiomas, dados pessoais e fictícios entre outros.  obras de artistas dos âmbitos citados acima.(se referindo a outros conceitos de outras áreas já questionados na entrevista – grifo próprio)
SD23 A literatura	É É	parte da Cultura, uma forma de manifestação cultural	

\*A estrutura original das respostas foi mantida.

\* Os asteriscos marcam que a estrutura foi interrompida para mostrar divisões parafrásticas e polissemicas.

As SDs 14, 16, 17, 18, 19, 22 e 23 apresentam efeito de que o sujeito revela certeza no que diz sobre o que é questionado, ao passo que nas restantes ele parece refletir sobre o conceito e tentar discutir. Assim, a maioria das SDs, desta seção, está inscrita na mesma matriz de sentidos. As SDs 15, 20 e 21 se identificam com uma nova matriz, em virtude de não “engessarem” tanto a literatura apenas como elemento da cultura.

Nota-se que as parafrases e polissemias também se dividem nos meandros da conceituação/diferenciação de cada área. Mas a polissemia ocorre tanto na certeza quanto na incerteza da conceituação.

Quanto à elaboração do Plano Municipal de Cultura de Chapecó, salienta-se que seus encaminhamentos seguiram várias etapas, tais como reuniões para discussões sobre diagnóstico de cada área, para leituras sobre cada área e para apontamento de diretrizes e propostas de cada área. No quadro que segue, são mostrados alguns apontamentos diagnósticos da setorial de literatura os quais contribuíram para a elaboração das propostas deste setor e, conseqüentemente, influenciaram nas respostas sobre o assunto, perguntadas no questionário de conceitos de onde se recortaram as SDs anteriores.

Quadro 3.

Entidade	Evento /data	Formas culturais envolvidas	Finalidade	Local	Público	Recursos	Possibilidade
Ache associação chapecoense de escritores	Semana do escritor chapecoense junho	lançamentos palestras oficinas	divulgar literatura local	vários	escritores leitores escolas	Divulgação alimentação sonorização espaço físico material gráfico	Patrocínio
Contadores de história	vários	contação de histórias	desenvolver o gosto pela leitura a fim de divulgá-la a partir de contação	vários	Infantil	material lúdico material gráfico deslocamento	Parceria prefeitura
Biblioteca Pública Municipal Neiva M. A Costella	vários	Visitas, exposições encontros musicais e literários, palestras empréstimo de livros e pesquisa	proporcionar ambiente de leitura e escrita Prestar serviços a comunidade através de empréstimos e pesquisas	Cedido	Geral	material gráfico divulgação móveis livros	Parcerias públicas e privadas
Zolet/Arquitetura/ Biblioteca Pública Municipal Neiva M. A Costella	Exposição de fotografias agosto	montagem de fotos palestras	resgatar momentos históricos culturais locais	Vários		divulgação montagem deslocamento	Parcerias universidades
Feira do livro	Feira do livro novembro	organização livreira atividades artísticas palestras oficinas	reunir e divulgar literatura nacional através de livros escritores e leitores	Vários		divulgação material gráfico deslocamento organização espacial	Parcerias livrarias Patrocinadores Prefeitura

						livrarias palestrantes oficineiros	
Biblioteca Pública Municipal Neiva M.A Costella	Aperfeiçoamento bibliotecário	Cursos Projetos Visitas Formação Continuada	capacitar profissionais para atendimento ao público	A definir	Efetivar contratações	FCC	Parcerias universidades
FCC	Cursos Seminários Palestras	Visual Escrita Manual Gráfica	profissionalizar agentes culturais	vários	funcionários em geral	disponibilidade de tempo e horários alternativos	Parcerias governo Entidades culturais
Ache	Produção de livros antologia	Confecção e edição de livros	disponibilizar literatura local	vários	escritores	Gráfica Revisão Divulgação	Patrocínio Parcerias públicas e privadas
Biblioteca Pública Municipal Neiva M. A Costella	Mala literária	Leitura Contação de histórias Confecção de material literário	Fomentar literatura, principalmente a local, nas escolas e empresas e outras instituições	Escolas Empresas Instituições	Alunos e funcionários de empresas	Livros Deslocamento	Parcerias públicas e privadas

Percebe-se, pela tabela, que algumas atividades enfocam pontos de leitura efetivamente, outras pressupõem, e outras ainda referem-se mais a questões administrativas. A articulação pode ser notada entre setores que desempenham função padrão (funcionários públicos) e escritores (que dependem de órgãos públicos e privados) – e trabalham com leitura propriamente dita - e cargos de chefia ou independentes – que trabalham com a administração geral de seus setores.

Essa reflexão vai ao encontro da concepção do autor:

Quando se pergunta qual é absolutamente a melhor forma de governo, ascende-se um litígio tão indissolúvel como indeterminado; ou, se o quereis, tem outras tantas boas soluções, quantas combinações possíveis há na postura absoluta e relativa dos povos. Mas se perguntassem que indício revela ser tal povo bem ou mal governado, outra questão seria essa, e de fato se poderia resolver; mas não a deslindam, porque cada um o quer fazer a seu modo. (Rousseau, 2009, p. 79)

Ou seja, os anseios pessoais acordam e adormecem com os sujeitos ao longo do seu percurso cultural. Mas as posições de dominante e dominado se sobressaem e se contêm respectivamente porque ora podem se identificar com a posição ideológica vigente, ora se contraidentificar. Mesmo assim, nos documentos oficiais, a formação ideológica de poder continua abafando a ideologia “subalterna”.

Na constituição do Plano Municipal de Cultura de Chapecó foram previstos, ainda, muitos itens, em cada setorial, tais como propostas, projetos e ações. A literatura, como setor particular nesta pesquisa, representa-se pelo anexo 5 e 6 (mais detalhado). Dentre as propostas, observam-se, com mais ênfase, pontos de leitura propriamente dita. Nota-se, inclusive, que as propostas e ações corroboram para o que havia sido apresentado no diagnóstico da área.

Diante dessas etapas documentais vistas e/ou referidas, uma das preocupações da AD, teoria escolhida para a discussão desse *corpus* nesta pesquisa, é o sujeito e o fato de não ter porque se propor leis se não forem para os homens, para os sujeitos. Logo, a expectativa seria a mesma, poderia se dizer, sobre um plano municipal de cultura. Há que se pensar então:

Não tendo o soberano outra força senão o poder legislativo, não pode obrar senão pelas leis; e não sendo essas senão atos autênticos da vontade geral, não poderia o soberano obrar a não ser estando o povo junto. O povo junto? (dirão) Que quimera! Hoje é uma quimera, mas não o era a dois mil anos: acaso mudaram os homens de natureza? (Rousseau, 2009, p. 84).

Será que as leis garantem refugio ao dominador ou ao dominado? Talvez onde o dominador esteja, o dominado estará, acenando que “concorda”.

### **3.3.4 Identificação de saberes de leitura e seus efeitos de sentido**

*Para descobrir as melhores regras de sociedade que convêm às nações seria necessária uma inteligência superior que visse todas as paixões sem experimentar nenhuma; que, sem relação com a nossa natureza, a conhecesse profundamente; que se dignasse a entender a nossa felicidade, sendo a sua independente de nós; que buscando enfim num andar dos tempos uma glória distante, pudesse trabalhar num século e gozar no outro. Seriam necessários deuses para dar leis aos homens (Rousseau, 2009, p. 46).*

As SDs desta seção dizem respeito à questão - O que é leitura? - proposta pelo questionário aplicado aos colaboradores do PMCC. Noções de sujeito, ideologia e memória serão discutidas através do que significa leitura para os entrevistados.

Pensando na concepção da leitura como conhecimento a ser aperfeiçoado, organizadamente, embora, em partes, seja apreendida como lazer, destaca-se a SD 24.

**SD24 - Aprimora a capacidade de formar opiniões do ser criativo e amplia os conceitos. (S1 - Arquitetura e urbanismo)**

A concepção de leitura como ferramenta para o desenvolvimento da capacidade argumentativa é um domínio de saber que constitui o universo escolar, como uma forma de desenvolver a habilidade linguística do sujeito. Na modalidade escolar, circulam outros elementos como “ser criativo”, “ampliar conceitos”. Dessa forma, o entendimento da leitura como fundamental para o aprendizado, que é próprio da dinâmica educacional, aparece contemplado nessa SD.

Vê-se que o ser já é considerado criativo e só se aprimora e amplia conceitos a partir da leitura. Como se fosse necessário ter em mente outras questões, talvez impostas, para se ter opinião e criatividade e, assim, saber mais sobre as coisas.

Tem-se, a seguir, a próxima sequência.

**SD25 - Visualização e assimilação de algo impresso. (S4- Escritora)**

Como as demais SDs, na SD 25, o sujeito não retoma a pergunta para formular sua resposta. Tal comportamento revela o nível de importância dado pela escritora à leitura. Pode-se dizer que a leitura não se restringe, necessariamente, à habilidade da escrita. Quando diz “algo impresso” não significa atividade só para os alfabetizados poderem ler, pois se pode pressupor, por exemplo, um texto imagético ou até mesmo símbolos. Chama a atenção a forma de dizer que remete ao lugar de onde é dito, por exemplo, a expressão nominal “algo escrito” é enunciada por uma escritora que se coloca sob essa finalidade da impressão, mesmo que sua participação independa da procura pelo livro. Essa é uma concepção instrumentalista de leitura, de texto como pretexto para algo, pois não está levando em conta a leitura como processo de interpretação de sentidos como no caso da Análise do Discurso.

A questão da identificação com a forma-sujeito da FD (SD 25) com a qual o sujeito se identifica é percebida aqui. Pêcheux (nas reflexões de 1969 e 1975 da AD), ao conceber o

sujeito como revestido de um caráter ideológico, assujeitado à sua FD, apresenta também a noção de forma-sujeito. Uma FD comporta uma forma-sujeito historicamente determinada que regula o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem. Devido à natureza inconsciente da determinação ideológica, o sujeito não percebe a vinculação de seu discurso à forma-sujeito da FD - daí a ilusão de liberdade do sujeito.

No entanto, isso leva ainda a pensar a leitura relacionada à escrita. Imagem da leitura como algo pronto, visual, em oposição ao que a AD postula como leitura, gesto de interpretação através de cada sujeito com sua bagagem cultural, ideológica.

Como um texto só existe pelo/para o sujeito, a sua existência, o leitor está em interlocução com outros sujeitos: o autor, o leitor virtual. Como afirma Orlandi (1988, p. 68), a relação se dá entre homens, relações sócio-históricas, mediadas pela materialidade do texto. O leitor real também se relaciona com um leitor virtual inscrito no texto, estabelecendo com a posição-sujeito-escritor uma relação de confiança, admiração ou desprezo.

Considerando agora a SD 26, vem transcrita a seguir:

**SD26 - Fundamental para o crescimento e formação de personalidade, só quem lê consegue fazer a leitura do mundo (S5 - Coordenador de biblioteca).**

Em relação a “para o crescimento e formação de personalidade”, Orlandi (2001, p. 37-44) ressalta que é o leitor que dá sentidos ao texto. A leitura é feita e determina o processo e as suas condições de produção. Aí então, configura-se o espaço da discursividade, no qual se instaura um modo de significação específico. Toda leitura tem sua história, pois as leituras não são as mesmas em tempos diferentes. Há modos de leitura dirigidos a distintas classes sociais, portanto é preciso levar em conta as condições de produção e a relação com outras leituras e outros textos. A autora menciona o texto como uma questão linguística, pedagógica e social porque é importante levar-se em conta o ler, o ensinar a ler e o usar a leitura para determinados fins sociais.

Ocorre, nesta SD, metáfora através de “leitura do mundo”. Há um pressuposto de leitura como formação moral. Também se percebe exclusão de quem não lê, se é que existe alguém que não desenvolva seu gesto de interpretação de uma realidade, mesmo sem leitura impressa.

Tomando a expressão “só quem lê consegue fazer a leitura do mundo” pode-se dizer que para fazer leitura de mundo não é preciso ser alfabetizado e que independe de habilidade linguística. Paulo Freire (1987, p.68) já dizia que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si”.

A SD 27, gerada pelo sujeito 13 (treze) retoma algumas questões já levantadas nesta pesquisa, na primeira seção, a respeito da aquisição de conhecimentos.

**SD27 - É um meio de conhecimento, que adquirimos através dos livros e leituras em geral. (S13 - Funcionário público)**

Observa-se que, embora conhecimento possa levar a um contato de leitura, parece que a aquisição dela através de livros e outros restringe a um ato mecânico entre leitor e objeto, sem necessariamente levar em conta a interação entre escritor, texto e leitor, entre contexto de leitura e formação do leitor.

Silva menciona sobre isso, “compreender um texto significa compreender a relação dinâmica que ele mantém com um determinado contexto, bem como perceber criticamente a objetividade dos fatos desse contexto, como instituída pelo autor” (1995, p. 14). Para a sociedade brasileira, a leitura é tida como privilégio a alguns e não como direito de todos. O autor adentra o campo da literatura, pontuando que ela serve para produzir efeitos que levem o leitor a participar da transformação da realidade. Assim, ler é um modo de conhecer e praticar a cultura (SILVA, 1995, p. 23-26).

E a próxima SD segue a linha da aquisição de conhecimento através de um conceito.

**SD28 - É o ato ler, adquirir informações, onde pode ter vários significados, como para aprender, prazer e etc... (S6 - Funcionário de biblioteca)**

Este conceito é um tanto dicionarizado e um pouco espontâneo. Neste último âmbito, fica incompleto. Ocorre uso indevido de “onde”. Subentende-se que a leitura aqui é vista/tida como depósito de dados, como se fosse um arquivo, mas, provavelmente, sem levar em questão a estrutura ou o acontecimento da leitura.

Na Análise do Discurso, é preciso pensar o discurso além dos sentidos já dados e a relação dele com a língua a partir do real da história, uma vez que o novo está na relação entre o acontecimento que ocorre na estrutura. Esse panorama comporta o entrecruzamento entre o acontecimento, a estrutura e a tensão entre a descrição e a interpretação, visto que o acontecimento é o encontro entre a atualidade e a memória (PÊCHEUX, 2008, p. 19).

Já a leitura, na perspectiva discursiva, é concebida como processo de construção e desconstrução de sentido. A SD29 pressupõe certa relação entre atualidade e memória, construção e desconstrução, mesmo que metaforicamente. Veja-se:

**SD29 - Leitura é um mundo maravilhoso que leva as pessoas a viajarem ao imaginário. É a vida que é passada pelas letras que faz a diferença na nossa vida. (S15 - Secretária-administrativa)**

Talvez se tenha leitura como um esquecimento de algo “verdadeiro/real/prático/concreto” que não queira ser revelado.

As marcas linguísticas “mundo maravilhoso”, “viajarem ao imaginário”, “é a vida que é passada pelas letras que faz a diferença na nossa vida” é o que ressoa para esse sujeito a partir do que se sabe sobre o que já está dito sobre leitura (memória).

Para Pêcheux (1999, p. 50-53), a memória deve ser entendida não como algo individual, mas social e histórico. “A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem reestabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível ao próprio legível”.

O interdiscurso é a matéria-prima do sujeito-falante, pela formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito, a qual se configura no interior do interdiscurso, e o sujeito do discurso é duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente. Assim, um texto só adquire sentido no interior de uma FD que se configura a partir do interdiscurso, determinado por todos os discursos já instituídos.

Courtine (1999, p. 16-20) aborda sobre a ordem do discurso diferente da materialidade da língua, mas realizada na nesta (enunciado), através do sujeito assujeitado pelo seu próprio discurso. Os linguistas pensam o sujeito por marcas linguísticas, passando da ordem da língua para a ordem do discurso. Isso reduz o enunciado ao repetível, e as posições de sujeito regulam o ato de enunciação. No discurso político, a repetição é vertical, não sabida, e a memória ora aparece, ora se oculta.

Deve-se levar em consideração então que a posição-sujeito nesta SD é de alguém que enuncia algo que sente e pensa da leitura, diferentemente de alguém que trabalha com a mesma, no caso dos sujeitos que refletem e discutem sobre a mesma, teóricos, escritores, professores, linguistas.

Na sequência que está por vir, o sujeito também estabelece uma relação sentimental com a leitura.

**SD30- Ato de Prazer e inspiração. Criação e despojamento, vivenciar imagens, experienciar outros e outras e tantos. (S12 - Atriz)**

A formação discursiva, nesta sequência, parece servir de pano de fundo para uma representação de leitura que pode fazer com que a profissão receba e rebata a leitura como constituição do ser diante de outros seres, ora na realidade, ora na ficção. Referenda-se a capacidade de pressupor um outro na leitura.

Como lembra Trombetta (2007, p. 83-85), as histórias de leitura do sujeito são proporcionadas por questões particulares e sociais. Pelo conhecimento de mecanismos discursivos, o leitor se porta como sujeito de sua própria leitura. E Coracini (2002, p. 15, apud, TROMBETTA, 2007, p. 83-85) considera o ato de ler como um processo discursivo, no qual se inserem os sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor – ambos sócio-historicamente determinados e ideologicamente constituídos.

Segundo Orlandi (1996a, p. 135-141), “interpretar, se não se trata de encontrar os sentidos já dados, é então sinônimo de ideologia, entendida como o que oculta o verdadeiro sentido natural”. Ler é saber que o sentido pode ser outro, uma vez que entender o funcionamento do texto enquanto objeto simbólico é entender o funcionamento da ideologia, percebendo em todo o texto a presença de outro texto excluído dele, mas constituidor do próprio. A relação com a interpretação abarca também o que não tem sentido, e o sujeito tem necessidade de domar o sem-sentido.

Assim, pela AD, o sujeito se autointerpreta para interpretar o texto e este ajuda na constituição da interpretação do sujeito para um resgate textual, ideológico, imaginário e sensível aos sentidos.

E a última SD deste bloco de respostas tenta ampliar o conceito de leitura através do já-dado.

**SD31 - Pode ter mais de um significado: “Leitura” e ou “Releitura” da realidade. Como eu vejo um tema, uma realidade, uma estória. Leitura como lazer e leitura como forma de adquirir conhecimento. (S8 - Musicista)**

Imagina-se haver um gesto de leitura a partir do sujeito, o que se entende pressupor uma bagagem de leitura mais densa e uma experiência com a mesma que faça com que se pense nas instâncias de leitura: autor, texto, leitor, situação, função, etc...

“Leitura” e ou “Releitura” da realidade. O pré-construído que faz parte da formação discursiva escolar tende a desconsiderar a releitura, ou seja, um outro sentido, o sentido do outro, uma vez que lida com relações de poder.

No enunciado “como eu vejo um tema”, o sujeito assume posição acerca do tema, que é como caracteriza o conceito ao retomá-lo. Ele se contrai-identifica com a formação discursiva. E, em “uma realidade, uma estória”, tem-se uma concepção de leitura como algo que se conta e que também pode ser inventado. Interessante é perceber que o sujeito, mesmo não sendo de uma área específica de leitura e de escrita, pressupõe uma bagagem leitora, dado que parece saber a diferença entre a disciplina História e a sua estória.

A “Leitura como lazer e leitura como forma de adquirir conhecimento” é vista com diferentes finalidades, a primeira tem a função social de agradar, e a segunda de formar. Elas podem contrapor-se, pois uma vai para o lado emocional e a outra para o racional. Mas o sujeito parece saber disso e contrabalançar o “prazer” e a “obrigação/necessidade”.

E como a pergunta sobre leitura era direta como a de cultura, a estrutura das respostas é também, predominantemente, direta, visível no quadro abaixo.

Quadro 4.

Quadro de materialidade linguístico-discursiva			
SD - Sujeito	Marca da (in)certeza	Ordem do repetível	
		PARÁFRASE	POLISSEMIA
SD24		Aprimora a capacidade de formar opiniões de ser criativo e amplia os conceitos.	
SD25		Visualização e assimilação de algo impresso.	
SD26			Fundamental para o crescimento e formação de personalidade, só quem lê consegue fazer a leitura do mundo.
SD27	É	um meio de conhecimento, que adquirimos através dos livros e leituras em geral.	
SD28	É	o ato ler, adquirir informações,	onde pode ter vários significados, como para aprender, prazer e etc...
SD29 Leitura	É		um mundo maravilhoso que leva as pessoas a viajarem ao imaginário. a vida que é passada pelas letras que faz

	É		diferença na nossa vida.
SD30			Ato de Prazer e inspiração. Criação e despojamento, vivenciar imagens experienciar outros e outras e tantos.
SD31 mais de um significado:  Como eu  Leitura como  e leitura como	Pode ter *  Vejo	Lazer  Forma de adquirir conhecimento.	“Leitura” e ou “Releitura” da realidade.  um tema, uma realidade, uma estória.

*\*A estrutura original das respostas foi mantida.*

*\* Os asteriscos marcam que a estrutura foi interrompida para mostrar divisões parafrásticas e polissêmicas*

Observa-se que, consoante à leitura, ocorreu mais polissemia do que paráfrase uma vez que se subentende diferentes posições de diferentes sujeitos para com a mesma.

O que fica na mesma matriz dos sentidos, a partir das SDs, deste bloco de análise sobre leitura, são diferentes posições por divergentes lugares de produção e formações discursivas. Isso tende a ocorrer um pouco diferente das sequências dos outros blocos, visto que o conceito requerido aqui é parte de todos os outros e todos os outros podem fazer parte deste. Talvez a concepção, o uso e a indicação da leitura estivessem contidas nas outras respostas e venha à tona nesta seção. Diferentes posições-sujeito podem assumir diferentes concepções de leitura.

E se continua querendo descobrir mais além da linguagem por outros conceitos.

### **3.3.5 Identificação com saberes patrimoniais e seus efeitos de sentido**

*De duas maneiras se pode medir o corpo político; a saber, pela extensão do território e pelo número do povo, e entre ambas há uma relação conveniente, para dar ao Estado a sua verdadeira grandeza: os homens compõem o Estado, e o terreno é que nutre os homens; essa relação é pois a de que a terra basta para manter seus habitantes os quais sejam tantos quantos a ela pode nutrir. É nessa proporção que se acha o maximum da força de uma determinada parcela do povo, pois se há terreno*

*demais, oneroso é guardá-lo, a cultura é insuficiente, o produto é supérfluo e eis a causa próxima das guerras defensivas; se não há terreno suficiente, o Estado se acha no que toca as suas carências, nas mãos dos seus vizinhos, e eis a causa próxima das guerras ofensivas. Todo povo cuja posição está na contingência do comércio ou da guerra é em si mesmo fraco, depende dos sucessos, e sua existência é sempre incerta e breve; ele subjuga e muda de situação, ou é subjugado e não é nada; não se pode conservar livre se não a força de pequenez e de grandeza. (Rousseau, 2009, p. 53)*

As SDs analisadas neste espaço fazem parte das respostas dadas à pergunta - O que é Patrimônio Histórico? - ao questionário de coleta de dados sobre conceitos que envolvem o PMCC. O patrimônio histórico, a partir das entrevistas, é interpretado através de bens materiais e imateriais, bem como história e acervo de um povo em um lugar. Assim, reflexões sobre memória, ideologia aparecem aqui.

É importante, antes das sequências, mencionar o que Foucault (1995, p. 205-210) traz para contribuir no entendimento de patrimônio. O autor vai dizer que é considerável o domínio dos objetos (bens e valores concretos), o domínio do sujeito (especialistas em tombamento), o domínio dos conceitos e das categorias (histórico, artístico, etnográfico), o domínio das possibilidades de uso (preservação, conservação e promoção de bens culturais).

Complementando, para o filósofo, a arqueologia é uma atividade histórico-política, e sua análise requer procedimentos: descobrir continuidades obscuras entre os seres (sentimentos, opiniões); constatar utilidade de estudo; identificar sistemas de poder. (FOUCAULT, 1995, p. 155)

A partir disso, tem-se a primeira SD deste bloco de saberes que, pela formação do sujeito, mostra comentário sobre algo que se pratica como conceito.

**SD32 - Obras que apresentem valor estético e emocional para a comunidade em que está inserida.**  
(S1 - Arquitetura e urbanismo)

Há uma materialização do patrimônio ligada ao espaço comunitário. Mas que considera a representação visual e sentimental própria, uma vez que menciona valor estético e emocional, mesmo que restrito à comunidade de inserção, pois as obras podem ter valor semelhante ou diferenciado para quem vem de fora dessa comunidade.

Kievicz (2010, p. 169), mencionando convenções da Unesco, diz que o patrimônio cultural é composto por patrimônios material e imaterial. O primeiro se divide em núcleos

urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e também coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. O segundo, são práticas, expressões, conhecimentos, técnicas, instrumentos, artefatos, lugares associados a comunidades, indivíduos que se reconhecem como parte do patrimônio e preveem a salvaguarda deste, mediante preservação, proteção, valorização e transmissão.

Lemos (2006, p. 12-29) aponta que se consideram de cunho patrimonial artefatos, que podem gerar outros, e têm vida útil prolongada ou variável (comida, vasilhas, veículos, construções etc.). Mas a modernidade chega e vai padronizando, pois colecionar objetos, ao longo do tempo, sempre existiu, a importância a eles enquanto registros de memória e história é que veio depois.

Aí entra o que se sabe sobre o que se diz, e a expressão “valor estético e emocional” da SD32 parece remeter a monumentos que emocionam, significam algo histórico para as pessoas. Mas a convenção do que “deve” ou “não ser preservado” quem delimita é a própria sociedade ou país, melhor dizendo, a ideologia política do local que pode ou não dar mais ou menos importância ao seu patrimônio.

Chapecó trabalha para resgatar patrimônio, mas não é exatamente o povo que julga o que deve ser considerado patrimônio, e sim quem responde por isso. O jogo de poder está presente nesta relação e a ideologia dominante emerge. Essa força de “preservação” segue presente na próxima SD.

**D33 - São bens materiais e imateriais que devem ser preservados, pois são objetos de estudo e pesquisa (S3 - Agente literário)**

A preocupação com a preservação é questão de “dever”. Todavia, parece que a preservação se submete principalmente a material de análise, sendo assim, redundantemente, arquivo arquivado. Talvez o estudo e a pesquisa possam resgatar um veio de leitura, mesmo que neste recorte não se mencione valor disso. Ressoa aqui a ideia de monumento desenvolvida por Foucault. A arqueologia que, ao ser investigada, está sempre retornando a uma origem, a histórias secretas.

No enunciado “que devem ser preservados” pode-se associar a ideia de memória, pois, provavelmente, o que se sabe/está instituído sobre patrimônio (na sociedade chapecoense) é o dever de preservação. Vale mencionar que Chapecó passou por construções e desconstruções

ao longo de sua constituição (chacinas, queimadas, enchentes) além de lugar de passagem para o comércio com outras regiões. Isso movimentou a cidade não só política e ideologicamente, mas também culturalmente. Sendo assim o patrimônio é parte dos elementos culturais e está relacionado intimamente com o desenvolvimento da cultura chapecoense.

E a SD34 segue a mesma linha de raciocínio.

**SD34 - Acervo da história da cultura de um povo.**(S4 - *Escritora*)

Salienta-se as palavras-chave: história, cultura, povo. O patrimônio é mais do que matéria, é então, estrutura e acontecimento, ao passo que materializa, também historiciza. Se ele cerca a cultura, não abrange apenas um ponto e, se é de um povo, deveria ser de mais que um sujeito, uma memória, uma formação discursiva, mas nem sempre é o que predomina, mesmo que a posição sujeito dê margem para isso.

Veja-se outra SD.

**SD35 - Tudo que faz parte da nossa história, patrimônio dos bens material, objetos históricos que são conservados e guardados** (S6 - *Funcionário de biblioteca*)

Os termos usados aqui parecem remeter a algo que se pensa parado, sem muita utilidade. Mesmo assim se referencia a história de uma comunidade. E essa ideia parece seguir na SD36.

**SD36- Acervo de suma importância para catalogar a história, cabe ao poder público preservar e manter.** (S7 - *Empresário*)

O efeito de sentido de “catalogar a história” parece o de engessar a mesma para que ela não se perca, ou talvez não seja mudada. O fato de dizer “cabe ao poder público preservar e manter” significa que o sujeito do discurso não está necessariamente se envolvendo com as questões patrimoniais. Ele parece não se encontrar identificado com a formação discursiva administrativa na qual se insere a proposta do Plano Municipal de Cultura de Chapecó de ser construído por diferentes domínios e anseios a partir de debates representacionais. O sujeito se encontra numa posição de expectador em relação ao que se fazer com a cultura chapecoense, mas, ao mesmo tempo, em posição de cobrador do poder público que é quem detém a autoridade para cuidar ou não do que constitui a história de uma cidade.

Segue-se refletindo as sequências que deixam ver as posições tomadas pelos sujeitos no que concerne a patrimônio.

**SD37 - Tudo o que faz parte da racionalidade, da natureza, da transformação, da criatividade, bem material ou imaterial (S11 - *Jornalista e filósofo*)**

As instâncias resgatadas pelo sujeito ampliam a interpretação de patrimônio, o que pode se atribuir a uma possível vivência do que se conceitua ou uma leitura mais aguçada do assunto, ancorada pela posição-sujeito em questão. Talvez ressoe algo do politicamente correto aqui, pois a razão, a natureza, a criação devem ser preservadas porque poderá fazer falta às gerações futuras. Há uma referência bibliográfica que auxilia nisso:

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração de algo romântico ou saudosista, constituindo tudo isso manifestação de afirmação elitista. Vive-se do passado, das glórias dos outros tempos. A preservação de bens culturais para ela constitui a obrigação de manter viva a memória dos avós (LEMOS, 2006, p. 29-30).

Se o que foi instituído é valoroso para quem o instituiu, a luta é para se manter a instituição. Para tanto, a “racionalidade” se faz primordial, e a “criatividade”, neste caso, parece ser apenas uma tentativa de mostrar a razão como algo mais livre, que pode ser “enfeitado” em relação ao patrimônio.

A formação discursiva do sujeito em questão “permite” que ele racionalize o patrimônio assim como outros conceitos do mesmo sujeito já vistos em outras sequências de outros blocos de saberes.

Dando continuação ao panorama de conceituação patrimonial, observa-se a SD38.

**SD38 - Nada mais que nossa história, nosso passado retratado em documentos, fotos, etc...(S15 - *Secretária-administrativa*)**

Parece que a estrutura e o acontecimento do que se considera patrimônio se perdem, dado que o retratar a história tende a arquivar a mesma. Talvez a interpretação da “nossa” história não se dê apenas por registros ou imagens, mas por gestos de leitura que podem ampliar a história, ver o passado com outros olhos e perceber o que está escrito e fotografado

por outras experiências. Pode ser que a posição sujeito em questão não tenha percebido mais elementos da sua própria história. Isso também pode fazer com que a SD adiante compartilhe da mesma atitude.

**SD39- Pode ser constituído por bens materiais e os não materiais, ou seja, uma estátua de alguém que marcou a história do Brasil ou de qualquer outro país. (S16 - Secretária-administrativa)**

Acontece, nesta SD, exemplificação de uma parte da hipótese do conceito, dado que o “pode ser” pode manifestar outras leituras e assim haver até um silenciamento posto. Entretanto, também parece que a materialização do patrimônio se dá por formas físicas de personagens que tiveram feitos na história cronológica enquanto disciplina. Logo, o discurso pedagógico pode também compor a formação discursiva da posição sujeito dessa SD.

A penúltima SD desta seção vai mostrar outras questões a respeito do patrimônio.

**SD40 - É importante saber de onde viemos, essa tradição entendida como isso (viva), nos apresenta o lugar de onde viemos, de quem somos filhos, seja para não esquecermos, seja para repetirmos ou jamais desfazê-los (S12 - Atriz)**

É relevante perceber que esse sujeito não responde diretamente a questão do que se entende por patrimônio, o que pode ser uma forma própria de resistência, defesa do que se pede ou uma fuga para o próprio sujeito, o qual não deixa de se colocar também como um patrimônio, da sua história e da dos outros, revivida pelo acontecimento.

O sentido que ressoa no enunciado “É importante saber de onde viemos, essa tradição entendida como isso” parece contemplar preservação da história, da memória, mesmo que o interdiscurso retomado pela posição-sujeito se debata com o intradiscurso da formação discursiva atual do próprio sujeito.

Diante disso, pode-se chegar à Coracini (2005, p.43), que retoma Augé (1992, p.48): [...] “por nos sentirmos sós na esfera imensa do público e do social, no espaço de todos e de ninguém que caracteriza o não-lugar sempre marcado pelo anonimato – amplia-se o clamor pelos particularismos, pelos momentos em que podemos, ainda que sob uma forma impessoal, falar de nós mesmos”.

E ainda, “o não-lugar não implica uma ausência de espaço físico, mas um espaço de todos e de ninguém, onde predomina o anonimato e onde a memória do passado não tem vez, não faz história” (AUGÉ, 1992, p. 118, apud CORACINI, 2005, p. 43). Quando a posição-sujeito menciona “seja para não esquecermos, seja para repetirmos ou jamais desfazê-los”

parece estar em crise com a memória dos seus antepassados (interdiscurso) e a sua memória (intradiscurso) e, por essa razão, talvez não siga necessariamente a proposta de responder o que é patrimônio para si, preferindo comentar sobre o que o faz pensar o conceito.

Já a última SD tende a seguir o padrão de resposta das sequências anteriores.

**SD41 - Inclui bens materiais e imateriais que contam a história de uma cidade, uma comunidade que pertence a elas (cidade, comunidade, Estado). (S8 - Musicista)**

Embora dito de outra maneira, através do preenchimento de conceito por elementos que o complementam, os quais são metaforizados, assumindo o papel dos sujeitos de contar a história de um espaço, é possível dizer que os sentidos que circulam aqui se inscrevem na mesma matriz de sentido das SDs 33, 34, 35, 38, 39, acima discutidas.

E visualizando as conceituações/informações sobre patrimônio a partir do quadro de materialidade linguístico-discursiva, também presente nas outras seções de análise, comenta-se que, estruturalmente, os conceitos de patrimônio procuraram responder diretamente a questão, não usando muitos meandros, nem repetição de parte da pergunta para alcançar a resposta.

Quadro 5.

Quadro de materialidade linguístico-discursiva			
SD	Marca da (in)certeza	Ordem do repetível	
		PARÁFRASE	POLISSEMIA
SD32		Obras que apresentem valor estético e emocional para a comunidade em que está inserida.	
SD33	São		bens materiais e imateriais que devem ser preservados, pois são objetos de estudo e pesquisa
SD34		Acervo da história da cultura de um povo.	
SD35		Tudo que faz parte da nossa história patrimônio dos bens material, objetos históricos que são conservados e guardados	
SD36			Acervo de suma importância para catalogar a história, cabe ao poder público preservar e manter.
SD37		bem material ou imaterial	Tudo o que faz parte da racionalidade, da natureza, da transformação, da criatividade, *
SD38		Nada mais que nossa história,	nosso passado retratado em documentos, fotos, etc...
SD39	Pode ser constituído por	bens materiais e os não materiais	ou seja, uma estátua de alguém que marcou a história do Brasil ou de qualquer outro país.
SD40			É importante saber de onde viemos, essa tradição entendida como isso (viva), nos apresenta o lugar de onde viemos, de

			quem somos filhos, seja para não esquecermos, seja para repetirmos ou jamais desfazê-los
SD41	Inclui	bens materiais e imateriais que contam a história de uma cidade, uma comunidade que pertence a elas (cidade comunidade, Estado).	

\*A estrutura original das respostas foi mantida.

\* Os asteriscos marcam que a estrutura foi interrompida para mostrar divisões parafrásticas e polissemicas.

Mesmo complementadas pelas polissemias, as paráfrases se sobressaem na conceituação de patrimônio, o que pode ser resultado de certa confusão sobre elementos/valores/materiais considerados patrimoniais, mas que para quem não vivencia tanto um ambiente patrimonial, talvez possa não construir a importância devida.

Vale apontar que, nas propostas e ações da setorial de patrimônio (em anexo, e agrupadas a outras áreas afins), observam-se proposições que conduzem à leitura tais como mapeamento, identificação, inventário de instâncias materiais e imateriais para o reconhecimento enquanto cultura de Chapecó, bem como a promoção de seminários, fóruns que discutam questões históricas e sociais da cidade e da região. Portanto, outros gestos interpretativos podem surgir.

### 3.3.6 Saberes sobre práticas no Plano Municipal de Cultura de Chapecó

*Falando propriamente, não há governo simples. É necessário que um chefe único tenha magistrados subalternos; é necessário que um governo popular tenha um chefe. Assim, na divisão do poder executivo, a sempre gradação do grande número ao menor, com diferença de que as vezes o grande número depende do pequeno, outras vezes o pequeno do grande. (Rousseau, 2009, p. 74)*

Após levantamento dos saberes sobre Cultura, Literatura, Leitura e Patrimônio e seus efeitos de sentido a partir de seus sujeitos com suas formações discursivas, permeadas por ideologia e memória, pensou-se importante para este estudo saber também quais as possíveis contribuições que cada sujeito, também através de sua área, acha que pode dar ao desenvolvimento das propostas do PMCC. Assim, por intermédio da questão - Em que você

espera contribuir com sua participação na setorial para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Chapecó? - percebem-se gestos de interpretação que fazem pensar o PMCC.

Para pensar como resultado de um movimento de saberes durante a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Chapecó, realizou-se, nas seções apresentadas, análises das SDs de 6 a 41. Considerando que os saberes e práticas culturais se instauram a partir do modo de produção que, por um lado, é alimentado por um conjunto de saberes que orientam a administração do município, por outro lado, este processo é frequentemente atravessado por saberes educacionais, pelas formações discursivas pedagógicas; institucionais, pelas formações discursivas administrativas; artísticos, pelas formações discursivas de interpretação musical, teatral, autoral; convencionais, pelas formações discursivas racionais; doutrinários, pelas formações discursivas autoritárias; contidos, pela formação discursiva subalterna; e assim sucessivamente.

Embora a maioria dos profissionais entrevistados sejam professores, nem todos se classificam como tal, possivelmente, pelo fato de não estarem em sala de aula. A média de idade parece um tanto jovem e a formação com a qual se trabalha ou trabalharia um tanto baixa (ensino fundamental). A maioria das pessoas parece estar preocupada com a cultura de Chapecó de um modo geral, uma vez que parecem estar dispostas a colaborar no que for preciso, independente da profissão. Mas há também quem pense mais na sua área de atuação e até quem está preocupado com o andamento do funcionalismo público na cidade, mais precisamente, com as suas próprias condições de trabalho. Ainda se pode pensar que os pesquisados não apresentam maiores problemas em assinar e/ou nomear o que pensam sobre a cultura em Chapecó, visto que seus nomes apareceram legíveis na entrevista.

Notem-se mais detalhes pelas próprias SDs deste bloco de informações, por intermédio de relações entre FD, memória, posição sujeito, entre outros conceitos da AD.

**SD42 - Auxiliar na Setorial de Arquitetura através de trabalho de conclusão de curso que visa a questão cultural. (S1 - Arquitetura e urbanismo)**

A expressão “através de trabalho de conclusão de curso” conduz à formação do próprio sujeito. Nesse caso, a questão cultural se resumiria a trabalhos acadêmicos. Em Semântica e Discurso, verifica-se que Pêcheux (1995, p. 213-231), fala sobre os trabalhos científicos e sobre a política. A questão ideológica entra em conflito, pois na política, determinações são impostas sem necessariamente serem estudadas cientificamente. Quando ocorre o contrário, as descobertas podem prejudicar/enfraquecer/questionar o valor do já dado

politicamente é o que acontece também com os meios de produção e reprodução. Dependendo do que mostram, podem ser barrados para não esclarecer algo que não deve ser esclarecido para não comprometer a ordem “natural” dos processos de interação humana – “dominador e dominado cada um no seu lugar”.

Continua-se observando certa contraidentificação do sujeito com o que tem sido posto pelo processo de elaboração do PMCC. Observe-se a SD43.

**SD43 - Espero contribuir, solicitando uma avaliação prévia dos profissionais a serem contratados para o desenvolvimento de projetos culturais, especialmente a música. (S9 - Professor)**

É uma contribuição setorializada com vistas a mudanças. Sente-se insatisfação, pela própria solicitação específica. A formação discursiva pedagógica pode estar fortalecendo a manifestação. O pré-construído aqui pressupõe algo que não vai bem, talvez, institucionalmente. Logo, neste bloco de análise, surgem/aparecem/esclarecem-se tanto questões pessoais quanto profissionais sendo mostradas, às vezes, por diferentes sujeitos com divergentes posições ideológicas as quais podem até ter surgido nos debates das áreas durante o desenvolvimento do plano, mas que, na revisão do documento, ficaram mascaradas, talvez ora por imposição da ideologia dominante, ora por proteção da ideologia dominada.

Há mais anseios subjetivos nas SDs subsequentes.

**SD44- Através de opinião e anotações, enriquecer e tornar visível as necessidades que devem ser contempladas no que se refere ao setor que faço parte Biblioteca Pública M. (S5 - Coordenador de biblioteca)**

A contribuição que se pensa também é setorializada e defendida através da identificação do sujeito consigo mesmo. Ele se formaliza e requer atenção, visto que se entende parte da composição do Plano. Pensa-se que no enunciado “Através de opinião e anotações” uma questão importante seria a reflexão da construção de um trabalho coletivo, democrático, o que o sujeito defende aparentando atravessamento de saberes autogestionários, pois, ao mesmo tempo que ele gerencia a biblioteca, no caso, se autogerencia para poder/dever dar sua contribuição no plano e sentir-se “com o dever cumprido” a partir da sua posição de origem.

E o vocábulo ‘visível’ parece remeter a uma memória de não visibilidade às questões referentes à Biblioteca Pública. A locução verbal ‘devem ser contempladas’ corrobora para uma ideologia de defesa dos interesses da biblioteca.

Assim, a defesa dos sujeitos entrevistados vai se prolongando nas SDs

**SD45 - Através do plano, e diretrizes nós funcionárias podemos trabalhar com segurança e qualidade de organização.** (S6 - *Funcionário de biblioteca*)

Ocorre uso do nós para defesa e manutenção de profissão própria. A constituição do Plano também infere reorganização de estrutura e acontecimento. O que pode estar resgatando um interdiscurso de falta de segurança e desordem.

Para esse sujeito do discurso, o que representa o plano é uma garantia de território, de autonomia que parece não se ter, o que se vê pela expressão “podemos trabalhar com segurança e qualidade de organização”.

Chartier (2007, p. 145-146) lembra que sobre a relação entre professores, alunos, bibliotecários e pais, mesmo que os últimos se comportem como consumidores da escola, o esclarecimento de funções de cada parte é essencial, pois a biblioteca não é algo rentável para as partes quanto à demanda e clientela, no entanto, faz parte do ensino-aprendizagem. Assim, concepções diversificadas de leitura podem gerar outros interesses e procuras, no caso, para além de obras literárias clássicas. Então, professores, e porque não dizer bibliotecários, precisam levar em conta expectativas de leituras a partir de realidades e culturas tais, mas encontrando uma forma prazerosa de mostrar que aprender a ler e escrever nunca termina, visto sua complexidade e encanto. Logo, esforço e paciência serão sempre necessários. (CHARTIER, p. 181-184).

Ao refletir sobre o que a autora traz, pode-se relacionar um trabalho com leitura mais dinâmico, como o exposto acima, ao alcance de segurança e qualidade de organização trazido pelo sujeito 6 (seis). Talvez a segurança pressuponha habilidades e competências que o mercado de trabalho exija e que, quando não se tem, é excluído. Consequentemente, a qualidade de organização passa pela dinamicidade do trabalho e, se uma está comprometida a outra também pode estar.

A partir dessa SD, percebe-se uma tendência de contribuição mais global que até então, não tão subjetiva ou setorializada, ao mesmo tempo, mais racional. Atente-se:

**SD46 - Na definição e conclusão de projetos importantes e viáveis para Chapecó.** (S11 - *Jornalista e filósofo*)

O projeto de contribuição é generalizado, mas com intuito de concretizações espaciais. As expressões “definição e conclusão” caminham para uma interpretação de desejo de

fechamento de um ciclo de perspectivas locais. A palavra ‘viáveis’ requer análise do que pode servir ou não para a cidade. Pode estar querendo referir algo, além de cultural, financeiro, administrativo, turístico, político ou simplesmente projetos que são fáceis de serem desenvolvidos.

A SD47 complementa a SD46.

**SD47 - Espero poder contribuir para torná-lo algo realmente concreto e permanente. (S15 - Secretária-administrativa)**

A contribuição se dá com intuito de definição, pois parece haver um gesto de descrença na concretização e permanência do plano, principalmente a partir do advérbio ‘realmente’ que transmite reforço para que algo aparentemente não viabilizado ainda seja finalmente concretizado. Mas o sujeito tende a acreditar em si, talvez pela própria posição e formação discursiva, para a concretização do plano. No enunciado “algo realmente concreto e permanente” é possível pensar que se, em termos culturais, educacionais e até políticos, um plano fechado e eterno existe, o que até democraticamente parece que não. Há atravessamento de discurso histórico aqui (e a memória pode estar contida), pode ser que a administração de um plano de cultura venha sendo adiada ao longo do tempo, perpassando, inclusive, questões de cunho ideológico e político que podem ter sido decisivas para a continuidade ou a estaticidade de um projeto.

Por conseguinte, o que se resgatou do sentido da SD47 não deixa de ser reforçado na próxima sequência.

**SD48 - Espero que possamos construir uma cultura mais forte e ampla para todos. (S16 - Secretária-administrativa)**

A contribuição se dá com intuito de fortalecimento e amplitude das questões culturais. O uso do advérbio de intensidade “mais” significa a ratificação de algo que já existe, nesse caso, a cultura, porque o plano estava sendo discutido/apresentado na época de aplicação do questionário de onde vem esta resposta. Nesta sequência, a cultura representa-se, em termos de memória, já desenvolvida, basta apenas intensificá-la. Mas a posição-sujeito colabora para tais anseios.

Agora, na SD49, cujo sujeito (12) porta-se como o mais atípico das análises, observa-se, novamente, defesa da posição, da formação discursiva e da memória subjetiva.

**SD49 - Acredito numa outra maneira de fazer teatro, um teatro de adjacências, um teatro não instituído como tal um teatro que se propõe a recriar situações que não se tratam da repetição de uma fórmula. Pois se trata de um modo outro de fazê-lo e pensá-lo. Creio que minha contribuição seja essa, ver o teatro de outra maneira, não com enrosocos e engodos que se repetem ad in finitum! Grandes homens do teatro acreditaram na morte do teatro e afirmaram isso. É importante dizer e redizer o teatro está morto, ... (S12 - Atriz)**

Nas tomadas do outro para reafirmar o eu, a formação discursiva faz saltar aos olhos a ideologia defendida. Sinal de que o pré-construído parece não ser julgado com afinco. O intradiscorso ressoa estridente através do vocábulo ‘teatro’ repetido várias vezes. Pode-se dizer que não se quer paráfrase de teatro e sim polissemia pela posição ideológica aparente. A memória teatral é de problemas, pois ‘há enrosocos e engodos’, além de morte.

Depois, na SD50, o sujeito desta, como outros anteriormente nomeados, defende sua posição e faz mais, antecipa suposto já resultado/perspectiva do PMCC ou do que se almejada em termos de organização do PMCC.

**SD50 - Tendo a oportunidade de manifestação já vi avanço e creio ser o nosso plano um grande trabalho porque teve a participação de muitas mãos (S13 - Funcionário público)**

O sujeito também se mostra comprometido a participar do processo, ou seja, essa contribuição é democrática, representada pela metáfora (e também paráfrase) das “muitas mãos”. Todavia, essa posição leva a inferir que a oportunidade de participação podia não ser permitida até então. E memória do autoritarismo parecia estar querendo vir à tona. É como se o acontecimento discursivo fosse retomado e a estrutura dele fortalecida. Mais aí, o “nosso” plano faz pensar que o sujeito se identifica literalmente com a posição ideológica em voga.

Diferentemente, é a posição sujeito na SD51. Atente-se

**SD51 - Como musicista pretendo contribuir com minhas vivência na área de ensino musical, performance musical e composições. (S8 - Musicista)**

A contribuição é setorializada e pessoal, através de atribuições próprias. A parte do todo, pela formação discursiva, quer se garantir, pois a forma-sujeito transmite exclusividade. É uma posição de liberdade, mesmo que talvez contraidentificada ideologicamente, porém,

Não sendo a liberdade fruto de todos os climas, não está ao alcance de todos os povos. [...] Em todos os governos do mundo, a pessoa pública gasta e não produz nada. Donde lhe vem, pois a substância consumida? Do trabalho de seus membros; o

supérfluo dos particulares fornece ao público o necessário; segue-se daí que o Estado civil só pode durar enquanto o trabalho dos homens lhe rende mais do que necessitam (Rousseau, 2009, p. 75).

Assim, sujeitos e instituições parecem se misturar e se confundir, pensando fazer algo que não fazem ou fazendo algo que não pensaram.

E, estruturalmente, no caso desta pergunta, as sequências apontam para uso de verbos e locuções verbais (de ajuda), de uma espécie de exposição subjetiva, até mesmo porque o questionamento é mais aberto e livre, o que também dá margem para complementos nominais e caracterizações. Consequentemente, os predicados são mais pessoais e alguns, inclusive, com vistas a outras concretizações que não apenas o plano.

Quadro 6.

Quadro de materialidade linguístico-discursiva			
SD	Marca da (in)certeza	Ordem do repetível	
		PARÁFRASE	POLISSEMIA
SD42	Auxiliar		na Setorial de Arquitetura através de trabalho de conclusão de curso que visa a questão cultural.
SD43 Espero	Contribuir,		solicitando uma avaliação prévia dos profissionais a serem contratados para o desenvolvimento de projetos culturais, especialmente a música.
SD44 Através de opinião e anotações,	Enriquecer e tornar		visível as necessidades que devem ser contempladas no que se refere ao setor que faço parte Biblioteca Pública M.
SD45 Através do plano, e diretrizes nós funcionáiras	podemos trabalhar		com segurança e qualidade de organização.
SD46		Na definição e conclusão de projetos importantes e viáveis para Chapecó.	
SD47 Espero	poder contribuir	para torna-lo algo realmente concreto e permanente.	
SD48 Espero que	possamos construir	uma cultura mais forte e ampla para todos.	
SD49 Acredito numa outra maneira de fazer teatro, um teatro de adjacências, um teatro não instituído como tal, um teatro que se propõe a recriar situações que não se tratam da repetição de uma fórmula. Pois se trata de um modo outro de fazê-lo e pensá-lo. Creio que minha contribuição seja essa,	Ver		o teatro de outra maneira, não com enroscos e engodos que se repetem ad in finitum! Grandes homens do teatro acreditaram na morte do teatro e afirmaram isso. É importante dizer e redizer o teatro está morto, ...
SD50			Tendo a oportunidade de manifestação já vi avanço e creio ser o nosso plano um grande trabalho

			porque teve a participação de muitas mãos
SD51 Como musicista	pretendo contribuir		com minhas vivência na área de ensino musical, performance musical e composições.

Percebe-se que se faz necessário transmitir o fato de que alguns sujeitos dos discursos multipartidos acima transitam, de ano em ano, por diferentes espaços e funções profissionais, uma vez que são autônomos, ACTs (admitidos em caráter temporários), comissionados (cargos políticos), cidadãos chapecoenses que trabalham fora do órgão público Prefeitura Municipal de Chapecó. Isso posto, observa-se a ênfase pela defesa de cada domínio em questão (música, teatro, biblioteca pública, arquitetura etc.) e, conseqüentemente, a predominância da polissemia em relação à paráfrase.

Mas algumas pistas dão margens para pensar se a autoridade institucional cultural era maior antes ou agora com o Plano, se algumas coisas eram ou não permitidas ou vice-versa.

### 3.3.7 Construções imaginárias sobre cultura para os entrevistados

*Enquanto muitos homens reunidos se consideram como um só corpo, sua vontade é uma, a conservação comum e o bem de todos; as molas do Estado são vigorosas e simples, seus ditames, claros e luminosos, não há interesses intrincados e contraditórios, evidente se mostra em toda parte o bem comum, e para conhecê-lo basta o bom senso. (Rousseau, 2009, p. 93)*

Ao se analisar questões pertinentes a respeito do imaginário social sobre cultura, tem-se a considerar que os entrevistados ressaltam as contribuições do PMCC a partir do discurso pedagógico (provindo de professores), do discurso de outras áreas e do discurso de autoridades. Nesse viés, as tradições e os costumes se mesclam nas “ações que transmitem conhecimentos, saberes” (SD8 e SD11). No entanto, para alguns profissionais de outra área (artesãos, escritores, empresários e musicistas), ocorre a assimilação de conhecimentos como cultura dando-se ênfase ao histórico, a “carga histórica” (SD6, SD9) e ênfase à leitura, à escrita (SD12) e ao artístico (SD13).

A relação entre as instâncias que se têm chamado de cultural e as construções imaginárias produz uma reflexão produtiva sobre o que une o sujeito chapecoense, ou seja,

quando se pensa não no individual e sim em práticas que “abrangem o município” (SD10), supõe-se que o local fala do que é singular na cidade e na educação.

Os saberes comuns sobre literatura e cultura, como se pôde notar nas análises das seções anteriores, fundem-se por meio da escrita (SD14, SD16) e da leitura (SD15). A literatura é abordada como manifestação cultural, parte da cultura de um povo, embora se acredite na diferença entre cultura e literatura, que esta vem representada mais pela escrita. Quando a literatura vem diluída em arte de escrever, a cultura desaparece. Desse modo, a literatura é o lugar dos letrados, apresenta caráter elitista, não é para todo cidadão.

A fronteira entre cultura e literatura vem determinada por saberes relacionados a formações discursivas diferentes. Isso porque traz uma abordagem atrelada à identidade. Essa relação, de acordo com o analisado, acarreta um imbricamento entre as duas, afetando a nomeação de uma e de outra.

No que diz respeito ao discurso da autoridade, o plano passa a ser visto como possibilidade de proposição de políticas sociais e, conseqüentemente, de cultura, pois a ligação entre a cidade e o seu morador estabelece vínculos, produz o lugar de pertencimento. Nesse cenário, a literatura dá materialidade à memória e ressalta nas práticas sociais do chapecoense uma presença significativa da cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A paz, a união e a igualdade são inimigas de sutilezas políticas; a própria candidez afasta o embuste dos homens retos e simples; pretextos refinados, ardis, não os subjagam nem são suficientemente finos para serem iludidos. Ao ver, entre alguns dos mais felizes povos do universo, um grupo de camponeses reger com suma prudência os negócios da República, à sombra de um carvalho, há aí quem não despreze afetações de outros, que se tornam ilustres e miseráveis, com tantos artifícios e mistérios? Um Estado assim governado de poucas leis necessita, e as que de novo carece, todos as reconhecem; quem as propõe manifesta o parecer geral, e sem facções, sem eloquências, promulgam a lei, que já cada um resolveu observar, apenas certo dos outros a seguirem (Rousseau, 2009, p. 93).*

Do encontro entre teoria e prática, a partir de alguns recortes de um todo, tem-se percebido que a cultura de Chapecó, principalmente, através do Plano Municipal de Cultura, se faz por gestos de leitura, talvez não tão bem norteados, mas aleatoriamente e automaticamente. Isso pode se dever ao fato de que, quando se elabora um documento oficial, base para o desenvolvimento de uma determinada esfera da sociedade, pressupõem-se atividades de pesquisas, buscas, relações, comparações, paralelismos ou distinções por meio de outros documentos, fontes, informações já existentes. O interdiscurso produz materialidade para a memória.

No entanto, há de se pensar numa cultura/em gestos de leitura mais profundos que os suscitados pelas sequências e anexos, em virtude de que o conhecimento, promovido, também a partir da leitura, pode ir se alterando/alternando ao longo do tempo e do espaço, diante de representações identitárias, ideológicas, políticas e sociais que se acomodam ou desacomodam no entorno dos sujeitos. Mesmo se percebendo a continuidade de posições autoritárias/institucionais permeando os sujeitos, os documentos, as ações.

Se a questão é buscar cultura, projeta-se também cultura, do mesmo modo que literatura, patrimônio e, conseqüentemente, leitura. Embora sob obviedade, a área de literatura tende a ser a que mais tomou, retomou e subseqüentemente, prospecta leitura, desde seus

diagnósticos até suas propostas e ações, uma vez que a mesma trabalha com a produção de leitura e leitores.

A cultura, para profissionais da educação, está ligada ao saberes e costumes tradicionais que suportam o tempo. Para outros profissionais, ela não é instituída, mas pode ser adquirida a partir de vários elementos históricos, sociais e intelectuais. E, para cargos de chefia, a cultura é regente de outras áreas que fazem parte de um contexto politicamente específico.

A literatura, para docentes, marca graficamente elementos culturais. Para outros profissionais, a ela tem sua base gráfica, mas não estritamente, pois pode abranger outras coisas além do real. E para autoridades, a cultura é ampla e a literatura pode ser um dos seus elementos, porém também está ligada à escrita.

A leitura prospectada não precisa ser posta em caixinhas engavetadas ora de conhecimento, ora de prazer, ora de lazer. Ela pode ser tudo ao mesmo tempo e ainda ajudar a pensar a cultura e a literatura criticamente mediante pré-construídos, momentos e memórias.

Professores dicionarizam o conceito de leitura, mesmo sabendo que também é distração. Portanto, estrutura e acontecimento continuam se tensionando. Profissionais em geral carregam a noção de leitura relacionada à escrita, porém ressaltam a leitura enquanto compartilhar de expressões e sentimentos. E cargos de chefia elitizam a leitura enquanto formação moral e intelectual.

O patrimônio também requer leitura para produzir mais estudo e, logicamente, também abraça interpretações, principalmente, históricas e sociais, compondo assim um “arquivo” de pré-construídos ideologicamente por sujeitos, ora que fazem, ora que registram, ora que leem a história de Chapecó, mesmo que a determinação do que pode ser tombado como patrimônio siga certa hierarquia de autoridade.

Assim, professores formalizam a ideia de patrimônio, centralizando-o, principalmente, em bens arquivados. Outros cargos discutem patrimônio a partir de suas experiências com o mesmo: história, memória, monumentos, documentos.

E, é até de conhecimento que, geralmente, apoia-se uma causa tanto por questões ideológicas quanto por questões pessoais, portanto, já é de se esperar que os sujeitos supostamente contribuintes para a formação do plano pretendam ações que os ajudem no dia-a-dia da lida cultural, independentemente se isso pressupõe ou não produção de leitura ou

leitores, de modo que o gesto interpretativo que se apresenta é da realidade que se tem, nua e crua, ou também silenciada e mascarada, porém sempre ressoada por algum equívoco de esquecimento.

Pela docência, o PMCC é visto como proposta organizacional de trabalho. As outras áreas pensam o plano como reforço para si próprias e para a cultura, na qual se inserem, como um todo. E o discurso da autoridade vê o plano como articulador político, social e econômico.

Assim como a declaração da vontade geral se faz pela lei, a declaração do juízo público se faz pela censura. A opinião pública é uma espécie de lei, de que é ministro o censor, o qual, como o príncipe, só a aplica aos casos particulares. Longe, pois de o tribunal censório ser árbitro da opinião do povo, não é senão o declarador dela; e logo que dela se afasta, suas decisões são ocas e sem efeito. Escusado é distinguir os costumes de uma nação dos objetos de sua estima, porque tudo isso dimana do mesmo princípio e necessariamente se confunde. Entre todos os povos do mundo, não é a natureza, e sim a opinião que decide a escolha de seus prazeres; emendai as opiniões dos homens, e seus costumes por si mesmo se não de apurar. Nós sempre amamos o belo, ou o que tal se nos configura; mas ao julgá-lo, nos iludimos, e este julgar é que importa dirigir. Quem julga os costumes, julga a honra; e quem julga a honra, recebe a lei da opinião (Rousseau, 2009, p. 110).

Como não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, pode-se dizer, aqui, que não há cultura sem formação do cidadão e não há formação do cidadão sem cultura. E esse vice-versa tem como canal principal, nada mais, nada menos que a leitura. Até mesmo porque ela é uma das possibilidades de se chegar mais perto do poder, desde que não seja sufocada por este e, mesmo que seja para se contraidentificar com o mesmo.

As estruturas parafrásticas e polissêmicas advindas dos gestos de leitura das sequências discursivas e conseqüentemente das leituras prévias à montagem do Plano Municipal de Cultural ajudam a pensar que cada domínio discursivo (setorial/área) contribui para a constituição de um documento que represente Chapecó culturalmente, mesmo que, em certos momentos, esses domínios apenas sigam uma lógica institucional de governabilidade. Logo, o PMCC representa/identifica a sua tribo, mesmo que postule questões ideológicas já pré-construídas.

A representação cultural de Chapecó se dá porque a própria cultura dela é rica de significados e, talvez, os silenciamentos/mascaramentos também permitam uma maior abertura cultural, visto que é por onde ressoa que há algo mais a se dizer, fazer, mostrar, construir.

Mas outros gestos podem vir fazendo com que o cidadão chapecoense não se acomode perante imposições arraigadas em outros tempos, afinal, democracia não esteve, não está e talvez nunca estará pronta. É preciso fazer história, entender memória e ultrapassar discursos.

## REFERÊNCIAS

AGUSTINI, C. O imaginário da relação entre língua literária e gramática na voz dos literatos. In SHÖNS, C. R.; RÖSING, T., M. K. (Org.). **Questões de Escrita**. 1 ed. Passo Fundo (RS): UPF Editora 2005.

ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Sistema Nacional de Cultura**. Secretaria de Articulação Institucional. Brasília: MinC, 2005. Disponível em <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: MEC, MinC, 2007. Disponível em <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno de Políticas Culturais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Vol. 1 e 2. Disponível em <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)> . Acesso em 10 de outubro de 2010.

BOELL, A.; MILANE, M. L.; BIRKNER, W. M. K. Cultura, patrimônio cultural e desenvolvimento regional: interações teóricas e práticas. In NECKEL E MILANE (org) **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010a.

\_\_\_\_\_. Cultura, Desenvolvimento e os sistemas municipais de cultura da região denominada território da cidadania do Planalto Norte. In NECKEL E MILANE (org) **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010b.

CHAPECO, Município de Chapecó: Legislação e Evidências. In. **Caderno CEOM**, Chapecó: Fundeste, 1989. Disponível em: <[www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)>. Acesso em: 20 novembro de 2010.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S. A, 1990.

CHARTIER, A. M. **Práticas de leitura e escrita: história e atualidade**. Trad. Ana Maria de Oliveira Galvão et al. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2007.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 6.ed., 1981.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. edição revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CAZARIN, E. A. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí: Unijui, 2005.

COELHO, T. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras Ltda, 1999.

CORACINI, M. J. A escrita de si na internet: histórias ao acaso e o acaso das histórias. In: SHÖNS, C. R.; RÖSING, T., M. K. (Org.). **Questões de Escrita**. 1 ed. Passo Fundo (RS): UPF Editora, 2005, v. , p. 42-54.

\_\_\_\_\_. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2007.

COURTINE, J-J. O Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. IN INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Coleção Ensaio, vol. 12. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DELL'ANTONIO, Lino João. **Nomes Indígenas dos municípios catarinenses: significado e origem**. Blumenau: Odorizzi, 2009, p. 81-83.

NARDI, F. S. De. Entre Lembrança e esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. In: **ORGANON: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Vol. 17. Nº. 35. 2003.

FARACO, C. A. **Português: língua e cultura, ensino médio, volume único**. Curitiba: Base Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.

GADEF, F; PÊCHEUX, M. La **Langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981. Trad. Bras. Behtânia Mariani. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Políticas Culturales en la América Latina**. México: Grijalbo, 1987.

GRANTHAM, M. R. **Da releitura à escritura. Um estudo da leitura pelo viés da pontuação**. Campinas, RG, 2009.

FERREIRA, M. C. L. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. F. A Prática Discursiva da Leitura. In ORLANDI (Org.) **A leitura e os leitores**. 1 ed. Campinas: Pontes, 1998.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOBBS, T. **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

INDURSKY, F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In BARONAS, R. L. **Análise do Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

KIEVICZ, G. L. M. Patrimônio cultural e as tecnologias de comunicação e informação. In NECKEL N. R. M. & MILANE, M. L. (org) **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

KLEIMAN, A. **Leitura: uma abordagem cognitiva do processo**. Pontes: Unicamp, 1995.

LAJOLO, M. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LEMO, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LUCINDA, E. **Parem de falar mal da rotina**. São Paulo: Lua de Papel, 2010.

MACHADO, R.D.S. Sujeito discursivo e a questão da autoria. In: Práticas discursivas identitárias: sujeito e língua. MITTMAN et al (org.) Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

MAGALHÃES, A. **Depoimento do Aloísio Magalhães na Câmara dos Deputados Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a situação do patrimônio histórico e artístico nacional e avaliar a política do governo federal para a sua defesa e conservação**. 3 reunião realizada em 23/04/81. p. 28-30 (datil.)

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MILANE, M. L. Identidade sociocultural do planalto norte catarinense: uma realidade (in) visível. In NECKEL N. R. M. & MILANE, M. L. (org) **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

NECKEL, N. R. M. & BUENO, V. Estudos de/sobre cultura: universidade, município e região. In NECKEL N. R. M. & MILANE, M. L. (org) **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Terra a vista**. São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos/Eni P. Orlandi**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura.** 6 ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio.** 6 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Gestos de leitura:** da história do discurso. Eni P. Orlandi (org.) 3 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA [online].** 2010, no 16. Volume 2 – ISSN 1413-2109 Disponível em: Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade - <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua>> Acesso em 15 de janeiro de 2012.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET; HAK (Org.) **Por uma análise automática do discurso.** 3. ed. Trad. Jonas de A. Romualdo. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 311-319.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997 [1975].

\_\_\_\_\_. **O papel da memória.** Pierre Achard et al. Tradução e introdução José Horta Nunes. São Paulo, Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi – 5. Ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI (Org.) **Gestos de leitura: da história do discurso.** 3 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2009.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura.** 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, E. T. DA. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 1948.

\_\_\_\_\_. **Leitura na escola e na biblioteca.** 5a ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

TROMBETTA, V. M. **A inscrição do sujeito-leitor-autor de cartas on-line e na academia na trama dos sentidos:** entre o interpretável e o compreensível. Dissertação. UPF: Programa de Pós-Graduação em Letras. Passo Fundo, 2009.

## ÍNDICE DOS ANEXOS

<b>ANEXO 1 – entrevista.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO 2 – leitura setorial PROPOSTAS PRIORITÁRIAS.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO 3 – leitura setorial CONFERENCIA NACIONAL DE CULTURA.....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO 4 – leitura setorial - DIRETRIZES GERAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO 5 - gestos de leitura setoriais.....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXO 6 – gestos de leitura setorial – antes, durante, depois.....</b>	<b>154</b>

## ANEXO 1 – entrevista

Prezados(as) Colegas,

Sou aluna do Mestrado em Letras – Linguística da UPF e integrante do Projeto de Pesquisa Língua, Sujeito e Ideologia: O imaginário sobre língua construído pela/na mídia. Venho estudando a temática Cultura, Literatura e Ideologia. Dessa forma, conto com a colaboração dos que queiram participar dessa proposta, tornar visível alguns aspectos da construção de uma memória discursiva presente no processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura e deixar também a minha contribuição à instituição em que estou vinculada, a Fundação Cultural Chapecó.

Agradeço a colaboração.

Se concordar que as informações fornecidas no questionário sejam utilizadas na pesquisa e análises do meu trabalho, por gentileza, deixar sua autorização.

..... declaro que estou ciente da utilização dos dados declarados abaixo.

Data: .....Assinatura: .....

Nome do informante (opcional): \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Se professor (a): \_\_\_\_\_ ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( )  
Ensino Superior

1. Para você, o que é cultura?

\_\_\_\_\_

2. Em sua opinião, existe diferença entre cultura e literatura? ( ) sim ( ) não Qual (is)?

\_\_\_\_\_

3. Se possível, dizer o que você entende por (ou como vê):

3.1. Arte \_\_\_\_\_

3.2. Leitura: \_\_\_\_\_

3.3. Música: \_\_\_\_\_

3.4. Teatro: \_\_\_\_\_

3.5. Dança: \_\_\_\_\_

3.6. Patrimônio Histórico: \_\_\_\_\_

4. Em que você espera contribuir com sua participação na setorial para a elaboração do Plano Municipal de Cultura de Chapecó? \_\_\_\_\_

## **ANEXO 2 – leitura setorial**

### **PROPOSTAS PRIORITÁRIAS**

#### **CONFERENCIA NACIONAL DE CULTURA**

##### **EIXO1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

###### **SUB-EIXO: 1.1 - Produção de Arte e Bens Simbólicos**

1 - Implementar políticas de intercâmbio em nível regional, nacional e internacional entre os segmentos artísticos e culturais englobando das manifestações populares tradicionais às contemporâneas que contemplem a realização de mostras, feiras, festivais, oficinas, fóruns, intervenções urbanas, dentre outras ações, estabelecendo um calendário anual que interligue todas as regiões brasileiras, com ampla divulgação, priorizando os grupos mais vulneráveis às dinâmicas excludentes da globalização, com o objetivo de valorizar a diversidade cultural.

6 - Registrar, valorizar, preservar, e promover as manifestações de comunidades e povos tradicionais (conforme o decreto federal 6.040 de 7 de fevereiro de 2007), itinerantes, nômades, das culturas populares, comunidades ayahuasqueiras, LGBT, de imigrantes, entre outros com a difusão de seus símbolos, pinturas, instrumentos, danças, músicas, e memórias dos antigos, por meio de apresentações ou produção de CDs, DVDs, livros, fotografias, exposições e audiovisuais, incentivando o mapeamento e inventário das referências culturais desses grupos e comunidades.

###### **SUB-EIXO: 1.2 - Convenção da Diversidade e Diálogos Interculturais**

17 - Garantir políticas públicas de combate à discriminação, ao preconceito e à intolerância religiosa por meio de: a) campanhas educativas na mídia, em horário nobre, mostrando as diversas raças e etnias existentes em nosso país, ressaltando o caráter criminoso da discriminação racial; b) demarcação de terras das populações tradicionais (ribeirinhos, seringueiros, indígenas e quilombolas), estendendo serviços sociais e culturais a essa população, a fim de garantir sua permanência na terra; c) campanhas contra homofobia visando respeito a diversidade sexual e identidades de gênero.

18 - Implementar a Convenção da Diversidade Cultural por meio de ações sócio-educativas nas diversas linguagens culturais (literatura, dança, teatro, memória e outras), e as linguagens específicas próprias dos povos e culturas tradicionais, conforme o decreto federal 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 dirigidas a públicos específicos: crianças, jovens, adultos, melhor idade.

###### **SUB – EIXO: 1.3 - Cultura, Educação e Criatividade**

22 - Articular a política cultural (MINC e outros) com a política educacional (MEC e outros) nas três esferas governamentais para elaborar e implementar conteúdos programáticos nas disciplinas curriculares e extracurriculares dedicados à cultura, à preservação do patrimônio, memória e à história afro-brasileira, indígena e de imigrantes ao desenvolvimento sustentável e ao ensino das diferentes linguagens artísticas, inclusive arte digital e línguas étnicas do território nacional, de matriz africana e indígena, e ao ensino de línguas, inserindo-os no Plano Nacional de Educação, sob a perspectiva da diversidade e pluralidade cultural, nas escolas, desde o ensino fundamental, universidades públicas e privadas com a devida

capacitação dos profissionais da educação, por meio da troca de saberes com os mestres da cultura popular nos sistemas municipais, estaduais e federais, bem como (26) Garantir condições financeiras e pedagógicas para a efetiva aplicação da disciplina "Língua e Cultura Local".

36 - Instituir a lei Griô, que estabelece uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento político, econômico e sociocultural dos Grios Mestres e Mestras da tradição oral, acompanhado por uma proposta de um programa nacional, a ser instituído, regulamentado e implantado no âmbito do MINC e do Sistema Nacional de Cultura.

#### **SUB-EIXO: 1.4 - Cultura, Comunicação e Democracia**

63 - Garantir que o acesso a internet seja realizado em regime de serviço público e avançar com a formulação e implantação do plano nacional de banda larga contemplando as instituições culturais e suas demandas por aplicação e serviços específicos.

68. Regulamentar e implementar o capítulo da comunicação social na Constituição Federal, tendo em vista a integração das políticas de comunicação e cultura, em especial o artigo 223, que garante a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. Fortalecer as emissoras de rádio e TV do campo público (comunitárias, educativas, universitárias e legislativas) e incentivar a produção simbólica que promova a diversidade cultural e regional brasileira, produzida de forma independente. Implantar mecanismos que viabilizem o efetivo controle social sobre os veículos do campo público de comunicação e criar um sistema de financiamento que articule a participação da união, estados e municípios.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

#### **SUB-EIXO: 2.1: Cidade como fenômeno cultural**

80 - Estabelecer uma política nacional integrada entre os governos federal, estaduais, municipais e no Distrito Federal, visando a criação de fontes de financiamento, vinculação e repasses de recursos que permitam a instalação, construção, manutenção e requalificação de espaços e complexos culturais com acessibilidade plena: teatros, bibliotecas, museus, memoriais, espaços de espetáculos, de audiovisual, de criação, produção e difusão de tecnologias e artes digitais, priorizando a ocupação dos patrimônios da união, dos estados, municípios e do Distrito Federal em desuso no país.

83 - Criar marco regulatório (Lei Cultura Viva) que garanta que os Pontos de Cultura se tornem política de Estado garantindo a ampliação no número de Pontos contemplando ao menos um em cada município brasileiro e Distrito Federal, priorizando populações em situação de vulnerabilidade social de modo a fortalecer a rede nacional dos Pontos de Cultura.

#### **SUB-EIXO: 2.2 - Memória e Transformação Social**

101 - Incluir na agenda política e econômica da União, estados, municípios e no Distrito Federal o fomento à leitura por meio da criação de bibliotecas públicas, urbanas e rurais em todos os Municípios, com fortalecimento e ampliação dos acervos bibliográficos e arquivísticos, infra-estrutura, acesso a novas tecnologias de inclusão digital, capacitação de recursos humanos, bem como ações da sociedade civil e da iniciativa privada, com objetivo de democratizar o acesso à cultura oral, letrada e digital.

112 – Propiciar condições plenas de funcionamento ao Ibram de modo a garantir com sua atuação, que os museus brasileiros sejam consolidados como territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocadas a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação das identidades, a percepção crítica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimento, a promoção da dignidade humana e oportunidades de lazer.

#### **SUB-EIXO: 2.3 - Acesso, Acessibilidade e Direitos Culturais**

124 – Criar dispositivos de atualização da lei de direitos autorais em consonância com os novos modos de fruição e produção cultural que surgiram a partir das novas tecnologias garantindo o livre acesso a bens culturais compartilhados sem fins econômicos desde que não cause prejuízos ao(s) titular(es) da obra, facilitando o uso de licenças livres e a produção colaborativa, considerando a transnacionalidade de produtos e processos de forma que se atinja o equilíbrio entre o direito da sociedade de acesso a informação e a cultura e o direito do criador de ter sua obra protegida, assim como o equilíbrio entre os interesses do autor e do investidor.

131 – Assegurar a destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-sal para a cultura, aos programas de sustentabilidade e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, ampliando os investimentos nos programas que envolvam conveniamentos entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **SUB-EIXO: 3.1 - Centralidade e Transversalidade da Cultura**

140 – Implementar e fortalecer as políticas culturais dos estados, a fim de promover o desenvolvimento cultural sustentável, reconhecendo e valorizando as identidades e memórias culturais locais – incluindo regulamentação de profissões de mestres detentores e transmissores dos saberes e fazeres tradicionais, ampliando as ações intersetoriais e transversais por meio das interfaces com a educação, economia, comunicação, turismo, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente, segurança pública e programas de inclusão digital, com estímulo a novas tecnologias sociais de base comunitária.

141 - Incentivar a criação e manutenção de ambientes lúdicos, para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais em escolas públicas e espaços educacionais sem fins lucrativos, museus, hospitais, casas de saúde, instituições de longa permanência, entidades de acolhimento e abrigos, CAPs, CAPs – AD (Centro de Atenção Psicossocial), centros de recuperação de dependentes químicos e de ressocialização de presos (Apacs) e presídios.

#### **SUB-EIXO: 3.2 - Cultura, Território e Desenvolvimento Local**

152 – Promover, em articulação com o MEC, organizações governamentais e não governamentais, a criação de cursos técnicos e programas de capacitação na área cultural para o desenvolvimento sustentável.

154 – Fomentar e ampliar observatórios e as políticas culturais participativas com o objetivo de produzir inventários, pesquisas e diagnósticos permanentes, também em parceria com universidades e instituições de pesquisa, subsidiando políticas públicas de cultura, articuladas intersetorialmente e territorialmente, com ações capazes de preservar os patrimônios cultural e natural, inserindo as histórias locais nos conteúdos das instituições educacionais, identificando e valorizando as tradições e diversidade culturais locais, aproximando os

movimentos culturais das questões sociais e ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável local e a redução das desigualdades regionais.

### **SUB-EIXO: 3.3 - Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Turismo**

165 - Promover e garantir o reconhecimento, a defesa, a preservação e a valorização do patrimônio cultural, natural e arquivístico a partir de inventários e estudos participativos, em especial nas comunidades tradicionais, estimulando o turismo comunitário sustentável, por meio da articulação interministerial com participação popular, que crie parâmetros para a atuação nessa vertente da economia da cultura e destine recursos, inclusive por meio de editais, para a implantação e o fortalecimento de roteiros turísticos que articulem patrimônio cultural, memórias, meio ambiente, tecnologias, saberes e fazeres, valorizando a mão-de-obra local/regional, com a realização de ações voltadas para a formação, gestão e processos de comercialização da produção artístico-cultural da região.

175 - Valorizar as tradições culturais dos 5 biomas, como forma de proteção e sustentabilidade, bem como garantir a melhoria e conservação das vias de acesso a todos os municípios, revelando e valorizando suas potencialidades turísticas e culturais, com sua difusão em museus, sites específicos e redes sociais, preservando o patrimônio material e imaterial, regulamentando em lei o cerrado e demais biomas como patrimônio cultural.

## **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

### **SUB-EIXO: 4.1 - Financiamento da Cultura**

187 - Com base no art. 3º inciso III da Constituição brasileira que estabelece a redução das desigualdades sociais e regionais, que seja garantido o reconhecimento do “custo amazônico” pelos órgãos gestores da cultura em projetos culturais, editais e leis de incentivo, em especial pelo Fundo Nacional de Cultura, assegurando dotação específica e diferenciada para os estados da Amazônia Legal, considerando as dimensões continentais, as diferenças geográficas e humanas e as dificuldades de comunicação e circulação na região, incluindo o Custo Amazônico na Lei Rouanet no Fundo Amazônia.

192 - Garantir, com a aprovação da PEC 150/2003, ainda neste semestre, as políticas de fomento e financiamento, via editais, dos processos de criação, produção, consumo, formação, difusão e preservação dos bens simbólicos materiais, imateriais e tradicionais (indígenas, ribeirinhas, afro-descendentes, quilombolas e outros) e contemporâneas (de vanguarda e emergentes), facilitando a mostra de suas obras artísticas, garantindo direitos autorais e registrando os artistas e suas obras como patrimônio nacional.

### **SUB-EIXO: 4.2 - Sustentabilidade das Cadeias produtivas**

230 - Ampliar os recursos públicos e privados, para a sustentabilidade das cadeias criativas e produtivas da cultura, valorizando as potencialidades regionais e envolvendo todos os setores da sociedade civil e do poder público no processo de criação, produção e circulação dos bens e produtos culturais, objetivando ampliar a circulação e a exportação dos produtos culturais brasileiros.

236 - Criar um programa nacional (por região) de capacitação de agentes e empreendedores culturais, com foco nas cadeias produtivas, contemplando a elaboração e gestão de projetos, captação de

recursos e qualificação técnica e artística, ofertando oficinas, cursos técnicos e de graduação, em parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES).

#### **SUB-EIXO: 4.3 - Geração de Trabalho e Renda**

250 - Regulamentar as profissões da área cultural, criando condições para o reconhecimento de direitos trabalhistas, previdenciários no campo da arte, da produção e da gestão cultural, incluindo os profissionais da cultura em atividades sazonais.

252 - Investir na profissionalização dos trabalhadores da cultura, através da ampliação dos cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes, realizar concursos públicos em todas as esferas governamentais para o setor, equiparando nestes concursos o piso salarial de nível superior à carreira especialista em gestão pública ou equivalente e incluindo o reconhecimento de novas áreas de formação relacionadas ao campo.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

#### **SUB-EIXO: 5.1 - Sistemas Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Cultura**

262 – Consolidar, institucionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural (consultivos, deliberativos e fiscalizadores), tendo, no mínimo, 50% de representantes da sociedade civil eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, planos e fundos de cultura, comissões intergestores, sistemas setoriais e programas de formação na área da cultura, na União, Estados, Municípios e no Distrito Federal, garantindo ampla participação da sociedade civil e realizando periodicamente as conferências de cultura e, especialmente, a aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 416/2005 que institui o Sistema Nacional de Cultura, da PEC 150/2003 que designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária e da PEC 049/2007, que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal, bem como dos projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura-Procultura e do que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura.

279 – Criar um sistema nacional de formação na área da cultura, integrado ao SNC, articulando parcerias públicas e privadas, a fim de promover a atualização, capacitação e aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores, técnicos e artistas, para atender todo o processo de criação, fruição, qualificação dos bens, elaboração e acompanhamento de projeto, captação de recursos e prestação de contas, garantindo a formação cultural nos níveis básico, técnico, médio e superior, à distância e presencial, fazendo uso de ferramentas tecnológicas e métodos experimentais e produção cultural.

#### **SUB-EIXO: 5.2 - Planos Nacional, Estaduais, Distrital, Regionais e Setoriais de Cultura**

308 – Defender a aprovação do Programa Cultura Viva e o Programa Mais Cultura no âmbito da proposta de consolidação das leis sociais como políticas públicas de Estado, com dotação orçamentária prevista em lei e mecanismo público de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil.

310 - Garantir que as conferências nacional, distrital, estaduais e municipais de Cultura tenham caráter de política pública e que suas diretrizes e decisões sejam incorporadas nos respectivos Planos Plurianuais e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, assegurando sua efetiva execução nas Leis Orçamentárias Anuais.

#### **SUB-EIXO: 5.3 - Sistema de Informações e Indicadores Culturais**

324 – Realizar imediatamente mapeamento preliminar das manifestações culturais, dos distintos segmentos (conforme a II CNC), dos povos e comunidades tradicionais (em conformidade com o decreto 6040), das expressões contemporâneas, dos agentes culturais, instituições e organizações, dos grupos e coletivos, disponibilizando o banco de dados resultante em uma plataforma livre de fácil acesso e com descentralização da informação; em paralelo, a criação de um órgão federal de estudos e indicadores culturais integrado ao SNC; mapear as cadeias criativas e produtivas, empreendimentos solidários; investir em capacitação técnica de equipes locais; atualizar continuamente o mapeamento preliminar e gerar produtos tais como: roteiros e eventos de integração e intercâmbio; catálogos com as várias linguagens e manifestações, publicação de anuários e revistas.

336 - Implantar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e os respectivos sistemas estaduais e municipais, desenvolver mecanismos de articulação entre governo e sociedade civil, para facilitar e ampliar o acesso às informações e capacitar pessoal em todas as esferas, para a geração, tratamento e armazenamento de dados e informações culturais.

Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf>> Acesso em: 21/06/2010.

**ANEXO 3 – leitura setorial**  
**CONFERENCIA NACIONAL DE CULTURA**  
**PRÉ-CONFERÊNCIAS SETORIAIS**  
**ESTRATÉGIAS PRIORITÁRIAS**

**ARTESANATO**

**EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Criar edital específico de fomento ao artesanato, regionalizando de forma a ampliar o acesso e assegurar maior igualdade na distribuição de recursos federais.

**EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Estimular a produção, circulação, comercialização e intercâmbio da produção artesanal, garantindo o acesso aos pontos de comercialização do artesão visitante, por meio de feiras e eventos nacionais e regionais anuais, inclusive com a criação de feiras específicas de produtos brasileiros nas 05 macrorregiões, com a efetiva participação dos trabalhadores artesãos organizados na gestão destes eventos.

**EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ampliar e desenvolver programas públicos para formação na área do artesanato, integrando os mestres artesãos e seus conhecimentos, em parceria com instituições de ensino, visando à capacitação técnica, ao estímulo à pesquisa, ao resgate de técnicas tradicionais e garantindo ao artesão ensinar em estabelecimentos formais de educação.

**EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Criar um fórum interministerial com participação de representantes do Setor de Artesanato, visando traçar estratégias conjuntas voltadas para o desenvolvimento do setor artesanal e ampliar os mecanismos de financiamento público e/ou privado, objetivando a produção, divulgação e comercialização do artesanato e garantindo que, onde houver dinheiro público, o artesão participe dos eventos sem custos. Fortalecer o controle social sobre a aplicação destes recursos repassados pelos órgãos públicos por meio de conselhos compostos por membros do governo e da sociedade civil organizada do artesão.

**EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Promover espaços permanentes de diálogos e fóruns de debate sobre o artesanato, aberto aos artesãos e suas organizações nas casas legislativas do Congresso Nacional, Assembléias Estaduais e Distrital, Câmaras Municipais e Ministérios que atuam na área, inclusive objetivando a regulamentação da profissão do trabalhador artesão.

**ARTES VISUAIS**

**EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Fomentar a experimentação em artes visuais, comportando todas as linguagens, técnicas e suportes por meio de programas e projetos específicos para ampliação de público e políticas públicas de estímulo à produção,

estabelecendo: Resgate, preservação, pesquisa e construção de banco de dados da produção de artistas e práticas artísticas; Apoio à criação e difusão da arte, através de bolsas e editais de âmbito nacional; Redes de trocas de informações e realizações artísticas com intercâmbios e residências dentro e fora do país; Implantação de centros de referência em formação, informação e produção das Artes Visuais em todos os estados.

## **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Consolidar o Colegiado Setorial de Artes Visuais por meio da garantia de infraestrutura com destinação de recursos para que os conselheiros circulem em todas as regiões brasileiras, no sentido de divulgar e dialogar sobre a formulação e implementação das políticas públicas do setor de artes visuais.

## **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Identificar, catalogar, fomentar, incentivar e capacitar artistas, produtores, pesquisadores e promotores das artes visuais contemplando a diversidade individual, coletiva e de criatividade. Desenvolver estas cadeias produtivas por intermédio de políticas públicas inclusivas, afirmativas, abrangentes e específicas, possibilitando, assim, criar, reestruturar e ativar espaços próprios para o desenvolvimento dos trabalhos deste segmento em todos os municípios do Brasil, assegurando a preservação do patrimônio cultural e natural de cada município e a integração destes espaços através da construção de uma rede de informação virtual.

## **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Criar incubadoras voltadas à economia criativa, para o segmento das artes visuais, com pelo menos um pólo em cada macrorregião do país, vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC), que visem à formação artística, técnica e de gestão cultural. Requalificar os espaços culturais públicos já existentes e fomentar a criação de novos, contemplando também os espaços independentes geridos por grupos autônomos. Deverão ser asseguradas cotas de recursos anuais do poder público para a manutenção dos mesmos; assim como para divulgação, reflexão, residências artísticas e intercâmbio entre os espaços.

## **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Ampliar e desconcentrar os investimentos em produção, difusão e fruição em artes visuais, com vistas ao equilíbrio entre as diversas fontes e à redução das disparidades regionais e desigualdades sociais, assim como ampliar o reconhecimento e a apropriação social da diversidade da produção artística brasileira, por meio de políticas de capacitação e profissionalização, pesquisa, difusão e formação de público, apoio à inovação de linguagem, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios e promoção do desenvolvimento das atividades econômicas correspondentes.

## **ARQUITETURA**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Promover programa de difusão e crítica da Arquitetura e Urbanismo, fomentando sua qualificação por meio de processos seletivos de projetos e concursos públicos que valorizem a pesquisa e a tecnologia, bem como a diversidade cultural e urbana.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Considerar a cidade como fenômeno cultural, realizando programas de reconhecimento e análise de sua diversidade arquitetônica, urbanística e paisagística enquanto expressões culturais, visando à instituição de espaços de relevância simbólica, em particular aqueles não hegemônicos.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Fomentar a difusão, intercâmbio e discussão das manifestações arquitetônicas e urbanísticas através de uma rede nacional que identifique técnicas, características e sua interface com os valores locais.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Difundir o valor sócio-cultural da Arquitetura para as diferentes camadas da sociedade e criação de mecanismos que garantam a implantação de um serviço público de Arquitetura social.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Atuar junto aos diversos entes da federação, inter ministeriais, secretarias e entidades da sociedade civil para garantir a arquitetura de qualidade em programas com financiamento público, estimulando a seleção de projetos e o acompanhamento da sociedade.

## **ARTE DIGITAL**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Instituir ou ampliar itinerários formativos de nível fundamental, médio, técnico e superior que contemplem a formação relacionada a arte digital, tanto na sensibilização e formação de público, quanto na capacitação continuada de artistas, na formação de pesquisadores, especialistas e gestores culturais; inclusive através de programas de residências artísticas, redes colaborativas e intercâmbios, principalmente com países do hemisfério sul, Lusófonos e Hispânicos; editais de bolsas de pesquisa; fortalecendo as instituições públicas estaduais e federais, estruturando espaços culturais laboratoriais e experiências de educação não-formal, criando equipamentos, tecnologias e serviços que facilitem a integração desses itinerários, com ênfase nas tecnologias livres e no trabalho colaborativo.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Garantir que o acesso a Internet seja realizado em regime de serviço público e avançar com a formulação e implantação do Plano Nacional de Banda Larga contemplando as instituições culturais e suas demandas por aplicações e serviços específicos.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Incentivar a criação e implementação de laboratórios de produção e experimentação de Arte Digital com equipamentos (computadores e softwares especiais, sensores e dispositivos de som e imagem, projetores de alta luminância e resolução), infra-estruturas e recursos humanos adequados às especificidades da área, com o fim de fortalecer a pesquisa, produção artística e o desenvolvimento sustentável no campo artístico e cultural, além de apoiar os centros de pesquisa da área já existentes em universidades, escolas e outras instituições.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Incentivar a formação de incubadoras vinculadas com a área da arte digital, através de projetos colaborativos, que se utilizem preferencialmente de tecnologias verdes ou metarecicladas, visando a facilitação da formação de pares e aceleração da troca de conhecimento bem como fortalecendo a economia criativa local e regional.

## **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Criar Coordenação de Arte Digital na Funarte para gerenciamento do fomento à formação, produção e difusão do campo da arte digital, lançar editais no segmento de: pesquisa, produção, exibição, conservação e formação de acervos, entre outros, bem como incluir a área de Arte Digital como segmento a ser contemplado nos recursos de orçamento: fundos de incentivo à cultura; sistemas de financiamento e patrocínio; seja no âmbito federal, estadual e municipal (exemplos: PEC 150, 'Pré-sal', leis estaduais e municipais de incentivo, FUST) e utilizar parte dos recursos de incentivo fiscal das empresas no fomento de ações de arte digital nas regiões onde atuam.

### **AUDIOVISUAL**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Estabelecer ações e medidas que viabilizem a parceria de fato entre a produção independente e regional do audiovisual brasileiro, e a televisão aberta, pública e privada, e a televisão por assinatura (a) O Estado Brasileiro deve assegurar que os prestadores de serviços de radiodifusão e TV por assinatura implementem as finalidades educativas, culturais, informativas e artísticas previstas na Constituição Federal. Também em cumprimento ao Artigo 221 da CF, a televisão aberta deve respeitar patamares mínimos de 30% de conteúdos regionais e de produções independentes, excluindo a produção publicitária. (b) As TVs públicas devem passar a investir 8% de seu orçamento na co-produção e aquisição de direitos de antena de filmes brasileiros em fase de pré-produção, produção e/ou finalização. (c) Na TV por assinatura, deve-se garantir os incentivos à produção nacional e independente nos canais e nos pacotes de programação em apoio ao PL 29 aprovado na CCTCI, que cria condições para ampliar o mercado de TV por assinatura, reduzir preços, garantir qualidade e potencializar a atividade econômica da produção audiovisual. Contudo, devem ser criados novos mecanismos e instrumentos para a ampliação das cotas da inserção da produção nacional e independente, uma vez que os atuais percentuais estabelecidos no projeto são insuficientes para atender a demanda e o potencial do audiovisual brasileiro.

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Implementar e consolidar políticas públicas para o campo da preservação audiovisual de modo a: (a) Criar e modernizar cinematecas estaduais e municipais, pólos de restauração audiovisuais regionais e fortalecer instituições públicas, organizações sociais e colecionadores particulares; (b) Estimular a pesquisa técnico-científica e capacitar profissionais para atuarem no campo da preservação audiovisual; (c) Identificar e catalogar obras audiovisuais nas unidades da federação, garantindo-se a difusão, o acesso e a exibição para finalidades sócio-culturais e educativas sem fins lucrativos.

#### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ampliar as redes de distribuição e acesso, mediante: a) expansão, descentralização e a diversificação do parque exibidor nacional, mediante programas de construção, implantação, modernização e digitalização de salas de exibição em direção a pequenas e médias cidades e periferia das grandes cidades com baixa concentração de salas de cinema, a partir de critérios de democratização do acesso e sustentabilidade econômica, combinando recursos de diversos agentes de financiamento, tais como BNDES, Petrobras, Fundos Regionais e Fundo Setorial do Audiovisual. b) fortalecimento dos circuitos não comerciais integrados por cineclubes, festivais e outros pontos de exibição; c) fortalecimento das empresas brasileiras e das entidades da sociedade civil atuantes na distribuição, programação e organização de catálogo, dedicadas às obras audiovisuais nacionais, nas diversas plataformas; d) democratização do acesso às obras audiovisuais realizadas com financiamento público visando o circuito não comercial mediante revisão da legislação de direito autoral vigente.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Que o governo federal, em articulação com estados e municípios, formule e implemente uma Política Nacional de Conteúdos Digitais integrando e estimulando as cadeias produtivas dos setores do audiovisual (cinema e TV), animação, jogos eletrônicos, música e virtualização. Em consonância com o Plano Nacional de Banda Larga e todas as plataformas possíveis, esta política deve basear-se em desenvolvimento econômico regional, formação e capacitação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, distribuição e exportação, mobilizando todas as fontes de recursos disponíveis e que venham a ser criadas, inclusive as oriundas dos Fundos de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Nordeste.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Criar, fortalecer e articular uma rede de instituições públicas (universidades, filmes commissions, museus de imagem e som, sistemas estaduais e municipais de fomento e instâncias de participação social, entre outras), para atuar em parceria com os órgãos gestores da política nacional do audiovisual, que, integrada ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e ao Sistema Nacional de Cultura – mobilizando a sociedade e o Congresso Nacional para a aprovação da PEC 150/2003, do PL do SNC e do Plano Nacional de Cultura: (a) formulem e façam a gestão de políticas indutivas ao desenvolvimento do audiovisual brasileiro em suas potencialidades e em todas as regiões do país; (b) estimulem a implantação e desenvolvimento de APL's como estratégia de fortalecimento dos diversos agentes da cadeia produtiva do audiovisual, buscando o desenvolvimento e sustentabilidade dos diferentes elos da cadeia produtiva, como a formação, produção, distribuição e difusão, exibição e memória; (c) envolvam os setores público, privado e terceiro setor, na garantia de amplo acesso à informação e fruição aos 16 bens e serviços audiovisuais, promovendo estudos que busquem a viabilização da contabilidade do público do circuito não-comercial de exibição; (d) Implementar programa nacional de formação para o audiovisual, que garanta a criação de cursos Livres, Básicos (Pontos de Cultura e de Mídias Livres e Associações Comunitárias), Técnicos (NPD's, Sistemas S, CANNE, CTAv e Escolas Técnicas) e Cursos Superiores em audiovisual, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como a qualificação dos profissionais de ensino, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96. Essas ações deverão ser implementadas em parceria com instituições públicas, privadas e mistas, atualizando e provendo os recursos necessários para a formação nos diversos elos da cadeia produtiva, e a preservação, a pesquisa, memória e a formação de

público; adotando as pluralidades de mídias e suportes, em todas as plataformas de softwares existentes, universalizando o acesso à diversidade cultural brasileira.

## **ARQUIVO**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Ampliar a representação e a participação do segmento Arquivo na política cultural, afirmando as instituições e acervos arquivísticos públicos e privados como expressão da diversidade simbólica e cultural e como patamar para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Contribuir para o entendimento ampliado do arquivo municipal como espaço de memória, educação, cidadania e cultura e não apenas como depositário dos documentos do poder público municipal.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Fortalecer a preservação do patrimônio arquivístico como legado para as futuras gerações.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Promover articulação entre as políticas de Arquivo e de Cultura, estimulando o financiamento governamental direcionado para a área de Arquivo.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Ampliar a participação dos arquivos públicos e privados no planejamento, execução e avaliação de políticas voltadas para o fortalecimento da ação do Estado e de inclusão social no campo da cultura.

## **CIRCO**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Criar um sistema Nacional de Memória da Atividade Circense, dedicada a documentação, preservação, restauração, pesquisa, formação, aquisição e difusão de acervos.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Garantir o acesso da classe trabalhadora circense aos serviços básicos através de um conjunto de ações interministeriais (Saúde, Educação, Trabalho, MDS, Cultura, entre outros).

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Criar linhas de crédito e financiamento com juros sociais e programas subsidiados (BNDES, CAIXA, entre outros), bem como programas de fomento ligados ao FNC, mais percentual de loteria e Pró-Cultura, que contemplem fundos de emergência e atividades de: formação, criação, produção, circulação, pesquisa, manutenção, exibição, festivais e outros que fomentem a atividade circense, mantendo e aprimorando prêmios e editais já existentes.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Reconhecer e fortalecer o circo como economia criativa, criando linha de crédito e financiamento com juros sociais e programas subsidiados (incluindo financiamento BNDES), bem como programas de fomento ligados ao FNC, mais percentual de loteria e Pró-Cultura, que contemplem fundos de emergência e as atividades de: formação, circulação, pesquisa, manutenção, exibição, festivais e outros que fomentem a atividade circense, mantendo e aprimorando prêmios e editais já existentes.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Criar lei federal que reconheça o circo como patrimônio cultural.

#### **CULTURAS INDÍGENAS**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Fortalecer as identidades e culturas dos povos indígenas brasileiros, assegurando que a proteção e a promoção dos conhecimentos tradicionais e do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas reconhecerá a titularidade sobre seus conhecimentos tradicionais e sobre o patrimônio cultural material e imaterial desses povos, respeitando e implementando o disposto pela Convenção 169 da OIT, pela Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, e pela Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Implementar um programa de ações de valorização e difusão do patrimônio cultural indígena, assegurando a proteção dos direitos coletivos intelectuais, priorizando: a) Realizar a 1ª Conferência Nacional de Cultura dos Povos Indígenas; b) Realizar periodicamente encontros e intercâmbios entre representantes de povos indígenas em âmbito nacional, transfronteiriço e latino-americano, voltados às discussões de propostas de valorização, fortalecimento e difusão dos patrimônios materiais e imateriais indígenas, bem como das políticas públicas voltadas à formação e capacitação de educadores e agentes multiplicadores indígenas e não indígenas para o reconhecimento desses patrimônios; c) Tornar acessíveis informações organizadas sobre os acervos documentais e etnográficos guardados em instituições de pesquisa, universidades e museus, no Brasil e no exterior aos povos indígenas, suas comunidades interessadas em conhecer e recuperar elementos e informações de suas tradições culturais.

#### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Garantir a autonomia e o respeito às especificidades culturais de cada povo indígena e territórios com recursos ambientais adequados para uma boa qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento sustentável desses povos indígenas e de suas comunidades e adequar a legislação cultural e ambiental, com a participação plena e efetiva de representantes dos povos indígenas.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Garantir aos povos indígenas o acesso aos recursos e fundos públicos e de bancos de desenvolvimento voltados para a proteção e promoção do patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas do Brasil, respeitadas as suas características culturais e seus modos próprios de organização.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Instituir e implementar por meio de programas federais, estaduais e municipais, com dotações orçamentárias próprias, uma política pública nacional para as culturas dos povos indígenas elaborada com a participação plena e efetiva dos povos indígenas, adequada às suas necessidades e projetos contemporâneos, que leve em consideração seus usos, costumes, tradições e a especificidade de seus modos de organização e pensamento.

## **CULTURAS POPULARES**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Inserir, formalmente, nos currículos da Educação Básica e da Formação de Professores os saberes e as práticas das culturas populares garantindo, nesse processo, o pagamento paritário e isonômico dos Mestres das Culturas Populares com outros profissionais da cultura e da educação, bem como o incentivo à titulação dos mesmos por meio do título de notório saber, em áreas específicas das Culturas Populares, chanceladas por Universidades Públicas.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Criar mecanismos de reconhecimento e regulamentação da profissão de mestre(a), ampliando a discussão, junto aos órgãos competentes, sobre o projeto de Lei do Mestre(a), que garanta o direito aos Mestres reconhecidos pela sociedade e comunidade de receber benefício de um salário mínimo, mesmo sendo ele aposentado pelo INSS.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Realizar mapeamento, registros e documentação das manifestações e expressões das culturas tradicionais e populares e gerar documentos e dados sobre as características da economia nessas tradições culturais, identificando suas vantagens competitivas, sua unicidade, seus processos e dinâmicas, as redes de valor e o valor agregado potencialmente da intangibilidade de seus produtos ou manifestações e, em especial, incluindo nos editais e processos de financiamento público das culturas tradicionais e populares da região amazônica o Custo Amazônia mediante o reconhecimento das especificidades e singularidades geográficas, sociais, ambientais e culturais dos projetos e iniciativas culturais oriundos dos estados da região.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Fortalecer nas três esferas de governo os mecanismos de financiamento público das culturas populares, garantindo o aumento dos recursos oriundos dos fundos setoriais, em conformidade com a importância do segmento, e da receita orçamentária, de maneira acessível direta e desburocratizada, para promover o mapeamento de todas as suas possibilidades produtivas, capacitar seus agentes e fomentar o empreendedorismo e a economia solidária.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Priorizar a ocupação de uma vaga nos conselhos estaduais e municipais de cultura pelos protagonistas e fazedores das culturas populares e fortalecer a participação da sociedade civil no gerenciamento das políticas públicas.

## **CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Construir uma rede colaborativa de caráter propositivo com abrangência nacional, formada por representantes do poder público e sociedade civil, coordenada pela Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de promover a formação, articulação e intervenção política com vistas a favorecer a execução de políticas públicas afins com a diversidade da cultura afro-brasileira, resguardando o universo variado da produção simbólica.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Definição de ações afirmativas para a cultura afro-brasileira na mídia, ocupação espacial e georeferenciamento orientado pela presença negra e cultura afro-brasileira nas cidades garantindo a apropriação dos marcos regulatórios político-jurídicos já existentes que interessam a comunidade afro-brasileira e a uma política cultural para a cultura afro-brasileira.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Garantir um percentual do recurso do FNC, para valorização e promoção da cultura afro-brasileira, a ser gerido pela Fundação Cultural Palmares – FCP.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Criar mecanismos de ações afirmativas que contemple projetos promovidos por proponentes afro-descendentes e a produção cultural negra, no Fundo Nacional de Cultura, no segmento da diversidade, além de editais promovidos pelas estatais. Levando em consideração não somente a produção, mas também a difusão e distribuição dos produtos culturais negros para os eventos nacionais e internacionais, inclusive criando uma Feira Nacional de Cultura Negra para promover intercâmbio e negócios entre os empreendimentos negros.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Formação continuada a ser organizada pelo ministério da cultura sobre relações raciais nas secretarias e vinculadas do MINC, com objetivo de combater o racismo institucional, além da promoção pelo MINC de oficinas de capacitação para elaboração de projetos de cultura negra, juntos às organizações proponentes, bem como a proposição à AGU para realização de curso de formação em relações raciais junto aos procuradores federais e advogados da união, solicitando à SEPPIR para que dê ênfase a cultura afro-brasileira nos programas dos ministérios e secretarias da presidência.

## **DANÇA**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Criar, sistematizar e efetivar programas e projetos para a formação de profissionais na área, fomentando e facilitando a abertura de cursos de licenciatura e/ou bacharelado em dança nas universidades públicas brasileiras, além de outros mecanismos de reconhecimento e/ou qualificação para o ensino não formal.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Garantir a criação de uma Diretoria de Dança na FUNARTE e a implantação de Diretorias e/ou Coordenações de Dança na estrutura organizativa dos municípios, estados e Distrito Federal, com cargos ocupados por profissionais da área com reconhecida atuação no campo da dança.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Criar marcos regulatórios – Lei da Dança – articulando ações entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Ministério da Cultura - MinC e Ministério da Educação - MEC que assegurem o pleno exercício dessa profissão, estabelecendo pontes entre esses e as instâncias estaduais, distrital e municipais.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Criar e implementar leis de fomento e fundos setoriais para a dança nas esferas federal, estadual, municipal e distrital, com dotação orçamentária definida, critérios transparentes de seleção e distribuição de valores.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Assegurar que a versão completa do Plano Setorial da Dança, elaborado pelo Colegiado Setorial em 2009, seja disponibilizada por um prazo mínimo de 45 dias para consulta pública, e que todas as sugestões e alterações sejam consideradas pela nova composição do Colegiado Setorial de Dança, e sua versão final seja legitimada pelas instâncias legislativas em caráter de urgência.

### **DESIGN**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Instituir o registro da memória do design no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e financiar a criação de centros de memória do design brasileiro, que privilegiem a pesquisa, o resgate, a preservação, a conservação e a documentação, difundindo a produção do design nacional de forma descentralizada e com gestão integrada.

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Fazer valer os direitos do cidadão ao design universal, previstos no Decreto Presidencial número 5.296/2004 e contemplados na NBR 9050/ABNT, compreendendo o design como elemento estruturante dos processos de planejamento e projeto urbano, por meio de mapeamento dos potenciais campos de intervenção do design na cidade e da aplicação de critérios de design em editais de compras, prestação de serviços e obras públicas.

#### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Criar incentivos fiscais ou adaptar os incentivos existentes para: empresas patrocinadoras de pesquisas, eventos e projetos que contemplem a ação do design pelo desenvolvimento sustentável; empresas que adotem o design na adequação de seus produtos a critérios de sustentabilidade; ações de formalização da indústria criativa e ações de criação de pólos de produção de design em áreas degradadas ou regiões estratégicas para o desenvolvimento regional.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Inserir o tema design como item financiável no Fundo Nacional de Cultura (FNC), por meio do Fundo Setorial de Ações Transversais e de Equalização, da Renúncia Fiscal, além de outras fontes de fomento, contemplando projetos para as seguintes áreas e atividades: ensino fundamental e médio, museus, eventos de design, prêmios, concursos, promoção à memória, design público, design urbano, design social, design de informação, projetos de desenvolvimento sustentável, estudos, pesquisas, artigos e publicações, linhas editoriais e intercâmbio cultural nacional e internacional, entre outras.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Garantir participação institucionalizada em todas as instâncias do Sistema Nacional de Cultura, assegurando: unidades específicas de Design nos órgãos gestores da Cultura; a presença dos representantes do design nos Conselhos de Política Cultural e Conferências de Cultura; ações de design nos planos de Cultura; recursos nos orçamentos e inserção do design no Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura (SNIIC) e nos programas de informação nas três esferas dos governos federal, estadual e municipal.

#### **LIVRO/ LEITURA/ LITERATURA**

##### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Instituir legislação que garanta a continuidade e ampliação de políticas e programas de fomento à leitura e literatura, considerando a diversidade da criação literária das regiões.

##### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Garantir para toda a população urbana e rural, em sua diversidade, a criação, manutenção e a sustentabilidade de bibliotecas públicas, comunitárias, itinerantes e escolares da rede pública e outros espaços de leitura, com quadro de profissionais qualificados que permitam o acesso à leitura literária, científica e informativa, em seus diversos suportes (livros, jornais, revistas, internet, livro acessível, em Braille, audio-livros, equipamentos visuo-espaciais etc.), informatizadas, em rede, integradas e dinamizadas por mediadores de leitura.

##### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Promover a formação de leitores, produtores de texto e mediadores de leitura, visando erradicar o analfabetismo funcional e não funcional, elevando o índice de letramento, a 10 sinalização (libras) e braile, da população, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de um pensamento crítico que articule produção cultural sustentável, consciência ambiental e preservação das identidades e territórios culturais, favorecendo o patrimônio natural, material e imaterial, condição básica para o exercício pleno da cidadania.

##### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Garantir e promover a produção local (autores, editores, livreiros), compreendendo a preservação desses como prioridade de segurança intelectual e cultural nacionais; ampliando os recursos do FNC que visem principalmente o financiamento de projetos editoriais de relevância, onde o custo do livro facilite o acesso

à leitura e ao conhecimento; garantir a difusão, circulação, capacitação e distribuição das produções regionais; estabelecer tabelas 13 especiais para remessa dos livros junto aos Correios (carimbo apoio cultural dos correios/política pública dos Correios para a redução de tarifas); garantir linhas de créditos acessíveis para a cadeia produtiva do livro (editoras, livrarias e distribuidoras) e para os leitores e também autores independentes; criar leis que regulamentem os mecanismos de comercialização, distribuição e circulação da produção editorial nacional e regional como forma de traduzir a bibliodiversidade e as cadeias produtivas e criativas do livro locais. Garantir como orientação do MinC a exigência de um mínimo de produção local em estoque e em exposição nas livrarias, bem como na composição de acervos das bibliotecas públicas.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Consolidar o PNLL, por meio de mecanismos legais e da garantia dos recursos orçamentários; criar o Instituto Nacional do Livro, Leitura e Literatura, e incentivar a implantação de planos e fundos estaduais e municipais, mediados pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Política Cultural, assegurando o controle e a participação social e criando um sistema de condicionamentos e contrapartidas previstas nos demais programas sociais do governo federal para as instâncias responsáveis pela institucionalização das políticas públicas; Fortalecimento do sistema nacional de bibliotecas públicas.

#### **MODA**

##### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Registrar de maneira multimídia, organizar e promover as memórias que formam a identidade cultural material e imaterial da moda brasileira por meio de recursos públicos, considerando as diversidades locais.

##### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Promover a articulação interministerial para formação e qualificação do profissional da moda, fomentar estudos e pesquisas que mapeiem, a partir do território, a interdisciplinaridade e diversidade da moda e potencializar as microrregiões com a realização de projetos de moda.

##### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Financiar projetos de geração de emprego e renda, promover estudos de mapeamento e fomento de processos sustentáveis na moda com reafirmação cultural em grupos/comunidades por meio de políticas de capacitação, profissionalização e estímulo à produção e à circulação.

##### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Elaborar editais públicos específicos para o setor de moda e fomentar parcerias com órgãos públicos e privados para a consolidação das atividades de grupos acadêmicos, experimentais e oriundos da sociedade civil organizada com ações nacionais e internacionais.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Promover a institucionalização da Moda no Ministério da Cultura por meio da criação: do Fundo Nacional da Moda; do Comitê da Moda; e da agenda propositiva de trabalho com o Ministério da Cultura.

## **MUSEUS**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Assegurar o registro e a valorização da memória dos diferentes grupos sociais, fortalecendo e garantindo a manutenção dos museus, espaços e centros culturais, com ênfase em comunidades menos favorecidas.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Ampliar, qualificar e melhorar o investimento nos quadros de profissionais da ação educativa e do serviço sociocultural dos museus e demais espaços de memória.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Promover políticas públicas que garantam a gestão museal e o acesso a mecanismos de fomento e financiamento direcionados para a diversidade e o patrimônio cultural, os direitos humanos e a cidadania, integrando a economia, a museologia, a educação, a arte, o turismo e a ciência e tecnologia, visando ao desenvolvimento local e regional, bem como à sustentabilidade cultural e ambiental.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Fomentar a relação museu-comunidade, considerando a função social dos museus, produzindo novas perspectivas de geração de renda pautadas em produtos e serviços, que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres, nesse sentido criando Fundo Setorial de Museus em âmbito Federal, Estadual, Municipal e Distrital voltado para entidades governamentais e não governamentais, a fim de garantir a sustentabilidade de seus planos museológicos, plurianuais e destacando a manutenção dessas instituições.

### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a implantação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área.

## **MÚSICA**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Criar e implantar um Sistema Público Nacional de formação profissional de músicos, que abrangerá desde a formação musical até o aperfeiçoamento; e que poderá integrar e articular os equipamentos culturais e organismos de formação musical já existentes, sejam eles municipais, estaduais, federais ou organizações sociais.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Criar políticas públicas nacionais e regionais de fomento à distribuição, circulação e difusão nos meios de comunicação (públicos e privados), da música produzida no Brasil, em todos seus segmentos e gêneros, respeitando suas especificidades, regionalismos e diversidades, de modo a permitir o acesso dos cidadãos a estes produtos culturais.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Criar ações de circulação, através da ocupação das redes de festivais, feiras, pontos de cultura, coletivos, casas e demais espaços, fomentando, assim, o fortalecimento e a formação destas redes associativas da música, em sua diversidade e especificidades regionais.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Estabelecer uma agenda ampla de debates junto à sociedade civil e o setor musical para revisão da lei 3857/60 que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e rege a profissão do músico, incluindo nesta discussão temas como seguridade social e a criação de uma aposentadoria especial para a categoria, tendo em vista a atipicidade de sua atividade.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Constituir um Sistema Nacional Setorial de Música, com criação de Grupo de Trabalho para pesquisa e desenvolvimento de proposta visando a implementação do mesmo (Agência Nacional da Música, FUNARTE\CEMUS, Fundo Setorial de Música, Conselho Gestor do Fundo Setorial de Música, Colegiado Setorial de Música do CNPC e Rede Música Brasil).

#### **PATRIMONIO MATERIAL**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Fixar como pauta prioritária a elaboração de programas para atender às necessidades dos grupos minoritários, por meio de mapeamento, inventário e trabalho articulado entre as áreas do patrimônio para a produção de diagnósticos completos; verificação dos dispositivos legais existentes e, quando forem insuficientes, criação de novos marcos regulatórios; definição das competências; criação de mecanismos de fomento (editais e leis de incentivo) condicionando-os às necessidades e vontades dos grupos; e assegurando a divulgação dos resultados dos projetos por meio de publicações, sites, vídeos, programas de rádio e TV.

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Construir, através das instituições públicas federais, estaduais e municipais de cultura, um sistema de educação patrimonial para todos os níveis de ensino da educação formal e informal, reafirmando a transversalidade do tema PATRIMÔNIO CULTURAL e também o ensino técnico em áreas específicas de conservação e restauração de bens culturais, em rede com as instituições públicas de educação, utilizando o Sistema Nacional de Cultura - SNC para o fomento deste processo.

#### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Vincular as ações de preservação à participação efetiva da sociedade, estabelecendo obrigatoriamente a elaboração de planos de manejo voltados para a regularização da utilização, produção e acesso aos bens culturais. Assim como, diagnosticar, possibilitar e incentivar o aproveitamento econômico desses bens de modo auto-sustentável e que tal aproveitamento não comprometa a sua preservação.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Formar, qualificar e valorizar os trabalhadores e gestores do setor de patrimônio cultural como meio de impulsionar sua formalização no campo de trabalho, assegurando melhores condições de emprego e renda, priorizando áreas de vulnerabilidade social.

## **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Implementar uma gestão compartilhada de preservação e valorização do patrimônio cultural entre as diversas instituições das diferentes instâncias nas três esferas do poder público e sociedade civil na qual será realizada uma normatização dos conceitos relativos ao tema, bem como da legislação (incluída aqui a sua revisão e regulamentação), das normas gerais, dos instrumentos, dos procedimentos e das metodologias. Na implantação desta gestão compartilhada e para sua efetividade será incentivada a criação dos conselhos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural, deliberativos e paritários, dos fundos estaduais e municipais de patrimônio, de incentivos fiscais e do repasse diferenciado do ICMS e impostos correlatos (ex.: “Lei Robin Hood” de MG).

### **PATRIMONIO IMATERIAL**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Criar programas de Educação Patrimonial, articulados entre os poderes municipal, estadual, federal e os indivíduos vinculados às produções simbólicas locais, objetivando a realização de cursos e oficinas nas escolas, de modo que os mestres da cultura popular nelas entrem pela porta da frente, bem como publicações de material didático e paradidático, em vários suportes, a serem distribuídos nas instituições de ensino para disseminar nelas as práticas culturais imateriais da localidade

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Criar instrumentos para a ampliação dos recursos orçamentários, visando o aumento da oferta de editais, no âmbito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, para o fomento anual, que contemplem diversos segmentos culturais menos favorecidos. Simplificar o processo seletivo e de prestação de contas, capacitando os agentes culturais locais para a elaboração de projetos que atendam às demandas específicas.

#### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Incluir nos programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio imaterial a regularização das profissões de mestres detentores e transmissores dos saberes e fazeres tradicionais.

#### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Criar um Programa permanente de desenvolvimento e capacitação de agentes culturais vinculados às comunidades tradicionais detentoras do patrimônio cultural imaterial, voltado para a captação de recursos, organização de associações, cooperativas, bem como outras formas de fomento às estruturas e arranjos econômicos tradicionais locais. O Programa deverá levar em conta as especificidades locais, bem como deverá estabelecer, preferencialmente, parcerias com agentes já atuantes nesse campo (componentes do sistema “S”, dentre outros).

## **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Articulação, ampliação e difusão - no âmbito do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – dos marcos legais federais, estaduais e municipais voltados para a preservação, promoção e salvaguarda do patrimônio imaterial, alinhados aos seguintes princípios: participação informada das bases sociais envolvidas; produção de conhecimento e documentação; implementação de ações e planos de salvaguarda.

## **TEATRO**

### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

Garantir junto ao Ministério da Educação a criação, a implementação, a ampliação e o fortalecimento de cursos de formação na área das Artes Cênicas, obedecendo-se às seguintes diretrizes: a) Acesso à formação em seus diferentes níveis, como educação básica, profissionalizante e continuada; b) Abrangência das várias instâncias de educação e cultura: educação fundamental, superior, à distância, nos pontos de cultura, entre outros equipamentos que possam ser criados para este fim; c) Reconhecimento e qualificação dos profissionais de notório saber; d) Reconhecimento das tecnologias da arte em toda sua abrangência, através de apoio à inovação e à pesquisa científica no campo artístico cultural;

e) Utilização das técnicas e ações já realizadas pelo Ministério da Cultura; f) Observância das especificidades de cada região e seus contextos.

### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

Criar Programas federais, estaduais e municipais de transformação e utilização de espaços públicos em Equipamentos Culturais, requalificando, inclusive, áreas urbanas, através de ferramentas que garantam a permanência e continuidade destes Equipamentos. Quanto aos espaços públicos abertos, debater e criar, conjuntamente em comissões paritárias com a sociedade civil, marcos legais nacionais para plena utilização destes espaços, como equipamentos culturais, levando em conta as especificidades dos diversos segmentos das artes cênicas, adequando-os para apresentações artísticas. Quanto aos prédios passíveis de serem considerados de utilidade pública que estejam ociosos, construir, adequar, equipar para atividades teatrais como: espaço para ensaios, atividades formativas, para sede de grupos que desenvolvam ações continuadas, para apresentações e atividades afins.

### **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Garantir a criação de programas e políticas públicas permanentes de intercâmbio, fomento e circulação da produção teatral através de mecanismos de incentivo, como: a) Realização de Editais de Teatro para as macro-regiões do país, com critérios que valorizem aspectos identitários e territoriais de cada localidade, respeitando também a fase de experimentação de cada artista ou núcleo artístico; b) Criação e implementação do Programa Teatro Mais Cultura para a disponibilização de kit básico de equipamentos (iluminação, som, vestimentas cênicas, dentre outros) a ser utilizado em apresentações teatrais, priorizando grupos inseridos em pequenas comunidades e pequenas cidades.

### **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

Apresentar as seguintes emendas ao projeto de lei nº 6722/2010 PROCULTURA: a) Inclusão de item que acrescente aos mecanismos de implementação do Procultura, os PROGRAMAS SETORIAIS DE ARTES, CRIADOS POR LEIS ESPECÍFICAS, COM ORÇAMENTOS E REGRAS PRÓPRIAS (Artigo 2º - ACRESCENTAR Item V); b) Inclusão de parágrafo que garanta a NÃO APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS RELATIVOS À DIMENSÃO ECONÔMICA na avaliação dos projetos culturais cujas atividades ou formas de produção não podem ser auto-sustentáveis devido à sua própria natureza ou objetivos (Artigo 8º); c) Inclusão de parágrafo único que EXCLUA A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS MOLDES DA LEI

DE CONTRATOS E LICITAÇÕES PARA A CATEGORIA DE PRÊMIOS CONCEDIDOS ATRAVÉS DAS SELEÇÕES 14 PÚBLICAS (Artigo 36); d) Garantia de montante de RECURSOS DESTINADOS AO FUNDO NACIONAL DE CULTURA NUNCA INFERIOR AO MONTANTE DISPONIBILIZADO PARA A RENÚNCIA FISCAL QUE TRATA O CAPITULO IV DESTA LEI (Artigo 60).e) Retificação do artigo que institui o Prêmio de Teatro Brasileiro, no sentido de garanti-lo como PROGRAMA SETORIAL PARA O TEATRO, REGULAMENTADO POR LEI ESPECÍFICA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA (Artigo 66), para fomentar: I – Núcleos artísticos teatrais com trabalho continuado; II – Produção de espetáculos teatrais; e III – Circulação de espetáculos ou atividades teatrais.

#### **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

Fazer através do SNIIC – Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais, em caráter de urgência, o mapeamento do teatro brasileiro, em toda a sua diversidade cultural e em todos os elos da sua cadeia produtiva, criando uma plataforma virtual para registro e divulgação da história da produção teatral nacional. Este mapeamento deve contar com apoio do IBGE, SEBRAE, e de entidades estaduais e municipais de economia e estatística, devendo subsidiar as ações do MinC – preferencialmente através do pacto federativo – na aplicação dos recursos de financiamento ao teatro, considerando as realidades identitárias regionais. 19

Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/ESTRAT%C3%89GIAS-SETORIAIS-EIXO.pdf>>. Acesso em: 21/06/2010.

## **ANEXO 4 – leitura setorial**

### **DIRETRIZES GERAIS**

#### **EIXO 1: PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL**

##### **Fortalecer as ações do Município no planejamento e execução de políticas culturais**

###### **1. Instituições e mecanismos de integração**

- Apoiar as atividades existentes, realizadas pelos grupos, associações e entidades que desenvolvem ações relacionadas à diversidade cultural na cidade de Chapecó;
- Possibilitar o desenvolvimento da cultural do município de Chapecó, representada pelos seus significativos patrimônios material e imaterial;
- Promover eventos de inserção e integração das diversas etnias e manifestações formadoras da identidade cultural do município;
- Referenciar as ações artístico-culturais do município de Chapecó;
- Estimular a produção, a qualificação e a integração das diversas áreas da cultura;
- Fortalecer parcerias com instituições de ensino e empresas, ligadas direta ou indiretamente à promoção e difusão artístico-cultural.

###### **2. Financiamento**

- Promover editais para pesquisa, estímulo à produção artística, ensino, aquisições, curadorias, publicações, manutenção de patrimônio e difusão das diversas linguagens e manifestações culturais do município;
- Criar lei de incentivo à produção e à aquisição de produções artísticas locais.

###### **3. Legislação**

- Incentivar e instruir as representatividades culturais locais quanto à regulamentação legal para o desenvolvimento das atividades de grupos e associações em formação;
- Implementar Políticas Públicas que garantam a preservação, pesquisa, difusão, produção e ensino das manifestações da diversidade cultural local;
- Cumprir a legislação vigente que determina a acessibilidade universal e os direitos autorais.

#### **EIXO 2: CULTURA, CIDADE E CIDADANIA**

##### **Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural do município**

###### **1. Preservação e valorização do patrimônio artístico, cultural e ambiental**

- Criar programas de apoio a preservação e ao ensino-aprendizagem da oralidade das etnias formadoras do município;

- Assegurar a pesquisa, produção, manutenção, ampliação, preservação, promoção, exposição e fortalecimento dos acervos artísticos e históricos existentes;
- Promover resgate e diagnóstico dos diversos contextos históricos, lingüísticos, geográficos, patrimoniais e culturais do município.
- Assegurar a consolidação de projetos que garantam a preservação e a valorização dos acervos históricos e documentais, públicos e privados, transformando-os em espaços de memória, de apropriação cultural e de pesquisa;
- Garantir a preservação da identidade histórico-cultural de Chapecó, através da valorização das suas representações dos patrimônios materiais e imateriais.
- Preservar os patrimônios naturais ambientais de Chapecó, através de políticas públicas que garantam a harmonização e o equilíbrio entre esses patrimônios e as ações necessárias para o desenvolvimento sustentável.

## 2. **Estímulo à reflexão cultural e valorização da diversidade**

- Promover palestras, seminários, oficinas de caráter educativo, de qualificação técnico-artístico-cultural e apresentações artísticas em instituições de ensino e entidades de caráter público e privado;
- Introduzir na grade curricular dos cursos universitários e da educação básica nas instituições do município, o estudo teórico e prático da cultura afro-brasileira, cultura popular e cultura indígena;
- Garantir e fortalecer a inter-relação dos espaços de memória públicos e privados existentes nas áreas urbana e rural de Chapecó.

## **EIXO 3: CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **Universalizar o acesso dos chapecoenses à fruição e à produção cultural**

#### **1. Fluxos de produção e formação de público**

- Apoiar a criação de espetáculos e exposições das diversas linguagens artísticas;
- Garantir a realização de um evento anual de repercussão estadual e/ou nacional, em cada linguagem artística atuante no município de Chapecó;
- Fomentar e difundir a prática artística como instrumento de apropriação cultural junto às instituições de educação básica no município.

#### **2. Equipamentos culturais e circulação da produção**

- Otimizar e disponibilizar espaços físicos, públicos para capacitação e nas diversas linguagens artísticas e históricas;
- Apoiar a circulação e difusão de espetáculos, exibições e exposições das diversas linguagens e manifestações artístico-culturais em equipamentos públicos do município.

### **3. Estímulo à difusão através da mídia**

- Apoiar a introdução de programas diretamente relacionadas à cultura nos veículos de comunicação locais;
- Promover a visibilidade das diversas ações culturais, junto aos meios de comunicação locais e regionais, bem como das mídias eletrônicas.

## **EIXO 4: CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**

### **Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável**

#### **1. Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura**

- Capacitar, através de cursos e oficinas, os profissionais da cultura para a elaboração de projetos de captação de recursos junto a fundações públicas e instituições privadas;
- Apoiar iniciativas de formação superior em arte e cultura.

#### **2. Estímulo ao desenvolvimento da economia da cultura**

- Incentivar e auxiliar na comercialização de produtos relacionados à cultura e a diversidade de cada etnia e manifestação artístico-cultural;
- Promover a valorização dos diversos espaços culturais e de memória, através de políticas públicas, dando-lhes maior visibilidade turística, assegurando a meta de transformar Chapecó num centro de referência histórico – cultural;

#### **3. Regulação econômica**

- Assessorar na regulamentação dos grupos e companhias estáveis do município;

## **EIXO 5: GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**

### **Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais**

#### **1. Organização de instâncias consultivas e de participação direta**

- Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade;
- Criar colegiados municipais das diversas áreas envolvidas na cultura.

#### **2. Diálogo com as iniciativas do setor privado e da sociedade civil**

- Firmar articulações, convênios, parcerias, apoios recíprocos com associações culturais e artísticas, instituições de ensino públicas e privadas, entidades benemerentes, instituições de instância governamental e empresas;
- Divulgar as leis de incentivo (como a Lei Rouanet) junto aos empresários locais, esclarecendo sobre a participação das empresas.

## ANEXO 5 - gestos de leitura setoriais

### PROPOSTAS PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS (aqui acopladas em grupos afins)

#### ARQUITETURA, ARQUIVOS, MUSEUS, PATRIMÔNIO IMATERIAL E PATRIMÔNIO

#### MATERIAL

- Criar do Centro Histórico de Chapecó, contemplando os prédios e fachadas históricas no entorno da Praça Coronel Bertaso, prédio do MHAC, Galeria Dalme Marie Grandorauen, Memorial Paulo de Siqueira e demais edificações e espaços característicos da evolução cultural de Chapecó;
- Realizar diagnóstico, inventário e restauro dos acervos públicos, bem como aquisição de objetos para compor o acervo;
- Promover ações de mapeamento, identificação e tombamento de prédios (públicos e privados), que possuem relevância histórica na construção da identidade arquitetônica de Chapecó;
- Promover a valorização dos espaços de memória, a partir de ações de visibilidade, divulgação e finalidade turística;
- Realizar fóruns, debates e seminários voltados às questões que envolvem o Patrimônio Imaterial local;
- Promover de modo participativo o mapeamento, a identificação e o registro documental das referências culturais imateriais locais;
- Contribuir para a garantia das condições sócio-ambientais necessárias para a produção, reprodução e transmissão de bens culturais de natureza imaterial;
- Iniciar as ações de mapeamento, identificação, inventário, educação ambiental e patrimonial, já previstas no projeto “Araucária: um símbolo do Patrimônio Natural Ambiental de Chapecó”;
- Promover projeto de educação patrimonial nas instituições de ensino públicas e privadas de Chapecó;
- Efetivar um espaço moderno e adequado para Arquivo Público Municipal;
- Ordenar as iniciativas privadas em mobiliário urbano;
- Envolver na elaboração dos projetos de mobiliário urbano a população usuária nas questões de educação patrimonial;
- Desenvolver projetos para a locação de monumentos nos espaços residuais do sistema viário.
- Criar comissão que avalie o projeto dos monumentos, bem como a outorga de benefícios fiscais quando da promoção de arte urbana em edifícios privados;
- Ampliar a participação popular nas decisões acerca de projetos de monumentos que afetem significativamente a paisagem;
- Promover projetos paisagísticos de preservação ambiental e arquitetônica;

- Criar um catálogo acerca das espécies nativas e de arborização urbana de maneira a promover seu conhecimento e apropriação por parte da população;
- Apoiar iniciativas comunitárias de trabalho voluntário na implantação e manutenção dos espaços públicos;
- Criar um plano de arborização urbana e paisagismo que permita e incentive a parceria público-privada para a implantação e manutenção dos espaços;
- Desenvolver a adaptação para acessibilidade universal em edifícios já existentes, adequando os projetos às características histórico-arquitetônicas;
- Desenvolver plano municipal de preservação e utilização do patrimônio arquitetônico urbano e rural que identifique os elementos a serem objeto da política e estabeleça critérios para sua utilização;
- Incluir os exemplares significativos da arquitetura histórica em roteiro de visitação turística.

### **CULTURAS POPULARES, AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS**

- Possibilitar o desenvolvimento das culturas afro-brasileira e indígenas, patrimônios culturais brasileiro, contemplando espaço físico específico, convênios para apoio financeiro, divulgação e difusão no meio educacional e na construção de espetáculos temáticos;
- Proporcionar aos grupos de dança das etnias alemã, italiana, polonesa, japonesa, entre outras existentes, cursos de língua para cada etnia;
- Promover e garantir o reconhecimento das etnias e outras entidades relacionadas às culturas populares, revelando e valorizando suas potencialidades turísticas e culturais, com sua difusão em museus, sites específicos e redes sociais;
- Incentivar e auxiliar na comercialização de produtos gastronômicos, artesanato, vestimenta, relacionados à cultura e à diversidade de cada etnia;
- Articular parcerias públicas e privadas para apoio ao trabalho de resgate cultural étnico;
- Promover a aproximação dos diversos grupos étnicos, incluído os grupos indígenas, em eventos culturais;
- Criar um grupo de estudo que inicie o processo de unificação da Língua Caingangue;
- Introduzir na grade curricular de cursos universitários, ensino fundamental e ensino médio o estudo teórico e prático da cultura afro-brasileira, cultura popular e cultura indígena;
- Adquirir para o acervo da biblioteca municipal e escolas municipais livros relacionados à cultura afro-brasileira e específicos de capoeira, culturas populares existentes no município de Chapecó e cultura indígena;
- Fomentar o acesso e a produção de pesquisa, resgate e difusão do conhecimento tradicional e patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, cultura popular e cultura indígena no município de Chapecó.

### **AUDIO VISUAL**

- Fomentar a produção audiovisual através da criação do Edital Municipal de Audiovisual, que contemple anualmente a produção e distribuição de curtas-metragens, documentários, vídeos e longas;
- Apoiar o desenvolvimento de projetos voltados à captação de recursos propostos por entidades ligadas ao setor bem como as parcerias com entidades públicas e privadas;
- Adequar e disponibilizar um espaço para exibição de filmes;
- Criar e/ou apoiar mostras e festivais de cinema em Chapecó em tempo e espaço físico fixo e/ou itinerante;
- Apoiar encontros, seminários, eventos que reúnam entidades de representatividade audiovisual no estado e no país, como forma de possibilitar ao setor um diálogo permanente com outras regiões produtoras;
- Incentivar a discussão da sétima arte nas escolas públicas e particulares de Chapecó;
- Pesquisar, mapear e catalogar as produções audiovisuais chapecoenses, elaborando um histórico e criando um espaço de Museu do Audiovisual;
- Organizar e editar anualmente um livro com pesquisas realizadas sobre audiovisual;
- Apoiar e incentivar as ações de entidades de fomento à sétima arte, como Associações, Cineclubes e outras entidades afins;
- Incentivar/realizar cursos, oficinas, seminários, congressos visando o aperfeiçoamento conceitual e técnico dos profissionais da área;
- Estreitar a relação com os setores de teatro e música.

#### **ARTES VISUAIS E DIGITAIS**

- Elencar e adequar espaços públicos apropriados para exposições;
- Disponibilizar espaço previsto para exposições na Feira EFAPI com sala, equipamentos adequados e monitoria especializada;
- Implementar cursos de aperfeiçoamento e de formação continuada, visando a capacitação dos profissionais, tais como: Curadoria, Crítica, Monitoria;
- Promover exposições com artistas de outras localidades, sejam regionais, estaduais, nacionais e/ou internacionais;
- Propor didáticas pedagógicas com artistas nas escolas em parceria com a secretaria da educação;
- Promover intercambio com curadores;
- Organizar acervo digitalizado de artistas locais no site da Prefeitura Municipal;
- Catalogar de forma impressa, no formato de livro, informações dos artistas plásticos locais

#### **ARTESANATO**

- Consolidar espaço na região central do município, específico para comercialização dos produtos artesanais de Chapecó, garantindo o acesso facilitado ao turista;

- Promover cursos e palestras de qualificação do artesão local;
- Contratar pesquisa, a fim de diagnosticar a tipologia do artesanato, a partir do resgate do contexto histórico, lingüístico, geográfico e cultural do município;
- Criar catálogo impresso e digital sobre o artesanato local;
- Manter a realização da MERCOARTE – FEIRA DO ARTESANATO CHAPECOENSE;
- Garantir 5% de espaços para comercialização de produtos artesanais em feiras e eventos expoentes no calendário local;
- Garantir ao artesão o acesso ao “espaço social” em shoppings, aeroportos e rodoviária.

### **MODA E DESIGN**

- Promover a pesquisa para construção da memória da moda em Chapecó;
- Promover e divulgar uma moda artesanal tendo como referência elementos da cultura local;
- Organizar oficinas e workshops para a valorização da identidade da moda local;
- Fomentar a pesquisa e a realização de projetos de sustentabilidade na área de moda;
- Incentivar as produções com matéria prima local e regional;
- Fomentar a organização de grupos de trabalho (artesãs, associações, cooperativas) que busquem através da moda dar representatividade aos produtos elaborados;
- Promover o espaço do MUSEU da MODA, em parceria com cursos técnicos e superiores relacionados à área.

### **CIRCO, DANÇA E TEATRO**

- Efetivar o Festival de Teatro de Chapecó como um evento anual;
- Promover ações que fomentem e difundam a linguagem das artes cênicas, por meio da capacitação de professores dentro de escolas do município e formação de núcleos artísticos;
- Fortalecer o evento “Dança Escola” e criar o “Encena Escola” numa parceria das instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas com a Prefeitura Municipal, através da Fundação Cultural;
- Inserir, ao longo da programação do Festival de Teatro de Chapecó, as atividades de pesquisa, preservação e fomento à produção circense;
- Criar um banco de dados referente aos aspectos de memória das Artes Cênicas locais;
- Cadastrar grupos e companhias estáveis de artes cênicas da cidade;
- Estabelecer uma política de ocupação dos espaços cênicos, a partir de discussão com os segmentos da área, em consonância com o perfil e a identidade de cada um deles;
- Criar espaços cênicos multiuso que sejam destinados a espetáculos de pequeno porte não ficando delimitado unicamente ao palco italiano como uso;

- Criar edital de incentivo à formação, montagem e difusão das artes cênicas locais (teatro, dança, circo).

### **LITERATURA, LIVRO E LEITURA**

- Promover oficinas e cursos de capacitação em produção textual para profissionais e estudantes;
- Investir em materiais de divulgação de atividades, trabalhos, eventos, ações que envolvem a leitura, a literatura e o livro, bem como a biblioteca pública municipal;
- Dinamizar espaços de bibliotecas, especialmente no que se refere a alojar eventos ligados à área;
- Criar projeto que vise divulgar as atividades literárias além dos espaços habituais de leitura;
- Criar um colegiado das bibliotecas locais;
- Criar programa municipal de leitura, livro e literatura em parceria com as redes de ensino públicas e privadas, básicas, ensino médio, técnico e superior, para alavancar o setor desde a infância até a terceira idade, garantindo acesso e valorização do cidadão através da leitura;
- Criar um portal da produção literária local;
- Criar projetos de leitura e produção literária nas escolas;
- Criar um catálogo das produções literárias locais;
- Criar edital de incentivo à formação, editoração e difusão literária local;
- Efetivar um espaço moderno e adequado para a Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella;
- Promover bienalmente a Feira do Livro de Chapecó.

### **MÚSICA**

- Implantar em Chapecó um Curso Superior em Música, numa parceria entre instituição de ensino superior e a Prefeitura Municipal;
- Criar circuitos itinerantes na cidade com apoio municipal, para promover e valorizar a produção dos músicos locais, além de fortalecer, unificar e divulgar os diversos segmentos musicais que atuam na cidade de Chapecó;
- Promover cursos de capacitação técnica musical para os profissionais das funções diretamente ligadas à produção musical local;
- Criar edital de incentivo a produção musical local;
- Incentivar a pesquisa etnomusicológica na cidade;
- Criar o portal da música de Chapecó;
- Criar a mostra municipal de música estudantil, com oficinas e cursos para professores e alunos e apresentações de trabalhos produzidos pelos alunos;

- Criar evento anual da música contemplando os diversos gêneros musicais distinguidos na comunidade;
- Estabelecer recursos financeiros específicos para profissionalizar, qualificar e manter a Orquestra Sinfônica de Chapecó e seu quadro profissional;

## **ANEXO 6 – gestos de leitura setorial – antes, durante, depois**

### **PROPOSTAS, PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS**

#### **Literatura, Livro e Leitura**

- Promover oficinas e cursos de capacitação em produção textual para profissionais e estudantes;
- Investir em materiais de divulgação de atividades, trabalhos, eventos, ações que envolvem a leitura, a literatura e o livro bem como a biblioteca pública municipal;
  - Dinamizar espaços de bibliotecas, especialmente no que se refere a alojar eventos ligados à área;
  - Criar projeto que vise divulgar as atividades literárias além dos espaços habituais de leitura;
  - Criar um colegiado das bibliotecas locais;
  - Criar programa municipal de leitura, livro e literatura em parceria com as redes de ensino públicas e privadas, básicas, ensino médio, técnico e superior, para alavancar o setor desde a infância até a terceira idade, garantindo acesso e valorização do cidadão através da leitura;
    - Criar um portal da produção literária local;
    - Criar projetos de leitura e produção literária nas escolas;
    - Criar um catálogo das produções literárias locais;
    - Criar edital de incentivo a formação, editoração e difusão literária local;
    - Efetivar um espaço moderno e adequado para a Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella;
- Promover bienalmente a Feira do Livro de Chapecó.

#### **Consensos:**

##### *O que já acontece:*

- Investir em materiais de divulgação de atividades, trabalhos, eventos, ações que envolvem a leitura, a literatura e o livro bem como a biblioteca pública municipal (a Fundação Cultural Chapecó tem tomado iniciativas, alguns exemplos: festival de teatro, semana do escritor, programa arte cidadã, Canta Chapecó, Projeto Farroupilha, entre outros);
  - Criar projeto que vise divulgar as atividades literárias além dos espaços habituais de leitura (a Semana do Escritor Chapecoense contempla algumas atividades, mas outras podem ser visadas);
  - Dinamizar espaços de bibliotecas, especialmente no que se refere a alojar eventos ligados à área (a Secretaria da educação tem trabalhado com as bibliotecárias das escolas a fim de tornar o espaço o coração da escola);

##### *O que está em andamento:*

- Promover bienalmente a Feira do Livro de Chapecó (já aconteceu e a pretensão é de que continue, mas alguns acordos precisam ser firmados);

- Criar projetos de leitura e produção literária nas escolas (algumas atividades têm sido desenvolvidas pela Secretaria de Educação);

*O que ainda não é contemplado, mas está em estudo:*

- Criar um portal da produção literária local;
- Criar um catálogo das produções literárias locais (a partir do momento em que determinados eventos se tornarem marcos de determinadas épocas/datas);

- Criar edital de incentivo a formação, editoração e difusão literária local (a FCC pode dar o primeiro passo);

- Efetivar um espaço moderno e adequado para a Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella (a Prefeitura tem em pauta, alguns estagiários de arquitetura e urbanismo tem mostrado interesse em projetos para uma sede definitiva);

- Criar programa municipal de leitura, livro e literatura em parceria com as redes de ensino públicas e privadas, básicas, ensino médio, técnico e superior, para alavancar o setor desde a infância até a terceira idade, garantindo acesso e valorização do cidadão através da leitura;

- Criar um colegiado das bibliotecas locais (grupo para encontros, capacitações, incentivo, troca de experiências, etc...).